

Silvia Maria Vieira dos Santos
Jarles Lopes de Medeiros



olhares plurais na escola:

dialogando sobre direitos humanos,
gênero e sexualidade

olhares plurais na escola:

dialogando sobre direitos humanos,
gênero e sexualidade



**CEARÁ
EDUCA**



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA DE ENSINO MÉDIO E PROFISSIONAL - SEXEC/EMP
COORDENADORIA DA DIVERSIDADE E INCLUSÃO EDUCACIONAL - CODIN

Ficha Técnica

Comissão Organizadora

Marília Colares Mendes
Marlia Aguiar Façanha
Sílvia Maria Vieira dos Santos

Revisão

Crislay Micaely Crisóstomo Maia
Nohemy Rezende Ibanez
Maria Marlene Vieira Freitas

Projeto Gráfico, Diagramação e Arte-Final

Danilo Miranda Ramos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica

S237o Santos, Silvia Maria Vieira dos
Olhares plurais na escola: dialogando sobre direitos humanos,
gênero e sexualidade / Silvia Maria Vieira dos Santos, Jarles Lopes de
Medeiros. – Fortaleza: Seduc, 2022.

Livro impresso
ISBN 978-65-89549-31-4

Livro eletrônico
ISBN 978-65-89549-32-1 (E-book)

1. Direitos humanos. 2. Educação. 3. Gênero. 4. Sexualidade.
I. Santos, Silvia Maria Vieira dos. II. Medeiros, Jarles Lopes de. III.
Título.

CDD: 372.372



Elmano de Freitas da Costa
Governador

Jade Afonso Romero
Vice-Governadora

Eliana Nunes Estrela
Secretária da Educação

Emanuelle Grace Kelly Santos de Oliveira
Secretária Executiva de Cooperação com os Municípios

Helder Nogueira Andrade
Secretário Executivo de Equidade, Direitos Humanos e Educação
Complementar e Protagonismo Estudantil

Maria Jucineide da Costa Fernandes
Secretária Executiva de Ensino Médio e Profissional

Maria Oderlânia Torquato Leite
Secretária Executiva de Gestão da Rede Escolar

Stella Cavalcante
Secretária Executiva de Planejamento e Gestão Interna da Educação

Julianna da Silva Sampaio
Coordenadora de Comunicação

José Wilson Araújo Fraga
Coordenador de Educação em Direitos Humanos, Inclusão e
Acessibilidade

Felipe Kokay Farias
Articulador da Coordenadoria de Educação em Direitos Humanos,
Inclusão e Acessibilidade

Ana Lúcia Silva Farias
Orientadora de Célula de Educação em Direitos Humanos,
Inclusão e Acessibilidade

Equipe de Educação em Direitos Humanos Gênero e Sexualidade

Marília Colares Mendes
Sílvia Maria Vieira dos Santos
José Wellington de Oliveira Machado
Luana Mara Diogo
Laura Braz Olivier

apresentação

A Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc), por meio da Coordenadoria da Diversidade e Inclusão Educacional (Codin), desenvolve ações dedicadas ao reconhecimento e ao respeito às diversidades, identidades de gênero e orientações sexuais, por meio da política de Educação em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade (EDHGS) que tem o intuito de que as estratégias, metas e objetivos almejados nos planos educacionais e demais documentos normativos sejam realidade em nossas escolas.

As ações dessa Política tem foco em formações específicas na área de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade para professoras(es), gestoras(es) e estudantes. São formações que ocorrem a partir da demanda das escolas e das regionais (Credes e Sefors) e mediante a exigência da legislação estadual e federal vigente.

Com o intuito de aprofundar e efetivar as discussões e as ações acerca dos temas envolvidos na relação entre educação e direitos humanos, foram selecionados consultores especialistas, vinculados ao Programa Aprender pra Valer, para a elaboração da presente publicação, construída e finalizada entre os anos de 2019 e 2020.

Este portanto, é o resultado do trabalho realizado que apresentamos com entusiasmo e esperança, o livro “Olhares plurais na escola: dialogando sobre direitos humanos, gênero e sexualidade”, desenvolvido pela Seduc com o intuito de que seja utilizado como referência pela rede estadual de ensino como uma ferramenta de informação, formação, trabalho e ação para professoras e professores no cotidiano do espaço escolar.

SILVIA MARIA VIEIRA DOS SANTOS

Mulher negra, historiadora e pedagoga. Professora de História do Ensino Médio na Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc). Licenciada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE - 2001). É especialista em juventude. Realizou pesquisa acerca dos/as jovens negros/as e a relação desses corpos com as africanidades. É também especialista em Metodologias do Ensino de História e produziu como trabalho monográfico uma pesquisa sociopoética com professores sobre as Africanidades. Mestra em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC - 2011). Realizou pesquisa sociopoética com jovens negros/as do Movimento Negro, da escola e do candomblé com o objetivo de descobrir conceitos que eram produzidos por esses grupos sobre as africanidades a partir das diversas realidades em que estavam inseridos. Doutora pela mesma universidade (UFC - 2015). Pesquisou, no doutorado, sobre como os jovens candomblecistas viviam sua condição juvenil e o que aprendiam naquele espaço religioso. Faz parte dos Coletivos Ibilé e Elas do Axé. Tem experiência na área de História e Educação com ênfase nas Africanidades, Religiosidades, Juventudes, Gênero e Sexualidade. Atualmente é Técnica Educacional da Coordenadoria da Diversidade e Inclusão Educacional - CODIN/SEDUC

E-mail: arrupiada13@gmail.com

JARLES LOPES DE MEDEIROS

Mestre em Educação e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (PPGE/UFC). Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), licenciado em Língua Portuguesa pela Faculdade da Grande Fortaleza (FGF) e especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade da Aldeia de Carapicuíba (FALC). É professor do Curso de Pedagogia da UECE e atua como tutor no Curso de Pedagogia da Universidade Aberta do Brasil (UAB/UECE). Professor de Língua Portuguesa vinculado à Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc). Áreas de interesse e atuação: formação de professores, gênero, sexualidade, diversidade sexual, LGBT, MAIS PAIC, Ensino de Língua Portuguesa, Alfabetização e Letramento.

E-mail: jarlelope@gmail.com

Olhares plurais na escola: dialogando sobre Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade nos convida a refletir sobre os conceitos científicos ante a realidade prática e vivida das juventudes, como também nos possibilita desconstruir tabus, estigmas e preconceitos que se instauraram historicamente sobre a temática de gênero e sexualidade.

Propomos um novo olhar, uma nova compreensão da realidade plural que tange nossas Escolas, através deste material que contém cinco módulos, os quais envolvem conceitos e conteúdos acerca das temáticas apresentadas, bem como relatos de experiências de docentes que já realizaram atividades dessa natureza em sala de aula, além de sugestões de atividades desafiadoras para cada módulo.

Pretendemos compartilhar questões que afloram no cotidiano da escola e que nem sempre as(os) docentes estão preparadas (os) para responder. Nesse sentido, não queremos oferecer receitas prontas de como fazer, mas sugerir que as(os) leitoras (es) possam relacionar a teoria e a prática alicerçadas na troca de experiências.

As discussões estão pautadas no dia a dia da escola. Em cada módulo temos uma seção chamada “Desafio da Escola”, “Campanhas Educativas” e “Atividade Escolar/Eletiva” que tratarão de questões do cotidiano escolar e de depoimentos de professoras(es) que fazem atividades relacionadas à temática, além de sugestões de atividades escolares e disciplinas eletivas, bem como traremos campanhas educativas direcionadas ao tema.

Dessa forma, *Os olhares* foram pensados e construídos para contribuir com os desafios educacionais envolvidos nas questões relacionadas aos direitos humanos, gênero e sexualidade. Assim, convidamos você, professora(r), a navegar neste trajeto cheio de trocas, experiências e acolhidas para que juntas(os) possamos compreender e subsidiar as(os) nossas(os) estudantes em suas questões identitárias e assegurar suas dignidades a partir da educação para os direitos humanos.

Bons estudos!

Silvia Maria Vieira dos Santos
Jarles Lopes de Medeiros



Módulo 1

educação em direitos humanos:	
caminhos para a equidade.....	13
1.1 Educação em direitos humanos: caminhos para a equidade.....	14
1.2 A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).....	15
1.3 Escola e direitos humanos: diversidade, equidade e a diferença que agrega.....	18
1.4 O desafio da escola.....	19
1.5 Legislações brasileiras.....	21
1.6 Dicas de filmes.....	23
1.7 Dicas de séries.....	23
1.8 Campanhas educativas.....	24
1.9 Atividade escolar/Eletiva.....	24
Referências.....	29

Módulo 2

gênero e seus conceitos.....	31
2.1 Gênero e seus conceitos.....	32
2.1.2 Conceito de gênero.....	33
2.2 O patriarcado e a subjugação do feminino.....	37
2.3 Masculinidades e feminilidades.....	40
2.4 O desafio da escola: gênero no cotidiano escolar.....	42
2.5 Dicas de filmes.....	45
2.6 Dicas de séries.....	45
2.7 Campanhas educativas.....	46
2.8 Atividade escolar/Eletiva.....	47
Referências.....	55

Módulo 3

as relações de gênero.....	57
3.1 As relações de gênero.....	58
3.2 Os movimentos feministas.....	59
3.3 Quem somos e como nos organizamos.....	65
3.4 A violência de gênero.....	72
3.5 O desafio da escola.....	82
3.6 Dicas de filmes.....	84
3.7 Dicas de séries.....	84
3.8 Campanhas educativas.....	85
3.9 Atividade escolar/Eletiva.....	86
Referências.....	92

Módulo 4

a complexidade da sexualidade.....97

4.1	A complexidade da sexualidade.....	98
4.2	Sexualidade para além das questões biológicas: conceitos de sexo e sexualidade.....	98
4.3	Sexualidade e saúde.....	103
4.4	Reprodução precoce na adolescência: meninas mães e meninos pais.....	107
4.5	Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs).....	112
4.6	O desafio da escola: a cultura do estupro e o aborto dentro da escola.....	114
4.7	Dicas de filmes.....	117
4.8	Dicas de séries.....	118
4.9	Campanhas educativas.....	118
4.10	Atividade escolar/Eletiva.....	120
	Referências.....	134

Módulo 5

as identidades de gênero/sexuais.....137

5.1	As identidades de gênero/sexuais.....	138
5.2	Para além da compreensão da sigla LGBT.....	139
5.3	Transexualidade e travestilidade.....	142
5.4	A cultura heteronormativa e o culto à LGBTfobia.....	147
5.4.1	A LGBTfobia (homofobia e transfobia): um problema estrutural.....	149
5.4.2	A LGBTfobia e sua estreita relação com as questões de gênero.....	152
5.5	Resistência LGBT.....	155
5.5.1	LGBTcídios.....	155
5.6	O desafio da escola: a (des)construção da diferença.....	163
5.7	Legislações importantes.....	167
5.8	Dicas de filmes.....	170
5.9	Dicas de séries.....	171
5.10	Campanhas educativas.....	172
5.11	Atividade escolar/Eletiva.....	173
	Referências.....	179



1

educação em direitos humanos

caminhos para a equidade



1.1

educação em direitos humanos:
caminhos para a equidade

*Foi pra diferenciar
Que Deus criou a diferença
Que irá nos aproximar
Intuir o que ele pensa
Se cada ser é só um
E cada um com sua crença
Tudo é raro, nada é comum
Diversidade é a sentença.
(Diversidade – Lenine)*

Estamos iniciando nossos estudos com o tema-chave deste livro: direitos humanos. Eles foram histórico-socialmente construídos a partir de lutas e reivindicações de diferentes grupos, tendo como objetivo a dignidade da vida humana, independente da condição dos sujeitos, sob diferentes perspectivas. De acordo como Valim (2015), o conceito abrange diferentes dimensões constituintes da dignidade da vida humana “[...] que vão desde a preservação física, psicológica e social do indivíduo, contra toda e qualquer forma de violência e arbítrio, até o acesso aos bens naturais, tecnológicos, culturais e científicos necessários ao pleno desenvolvimento humano” (VALIM, 2015, p. 14). Tratar o tema na atualidade é um desafio e o abordaremos no campo educacional. Portanto, ele é destinado a toda a comunidade escolar, sobretudo, às(aos) professoras(es) e alunas(os).

No entanto, atualmente existem diferentes ideias difundidas em torno da concepção que temos de direitos humanos, o que, às vezes, pode gerar incompreensão. Exemplo disso é a forma como alguns noticiários policiais de televisão abordam o tema ao vincular os direitos humanos à ideia de “proteção de bandido”. Esse entendimento acaba por enfraquecer o debate em torno da efetivação desses direitos, no que uma das propostas deste estudo é justamente ampliar e efetivar a sua compreensão.

Todo ser humano, independentemente da condição que o particulariza, tem direito a condições básicas de dignidade as quais estão expressas na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) a serem discutidas neste módulo. Trata-se de um debate bastante atual e necessário em diversas áreas, sobretudo,

no campo educacional, uma vez que o contexto histórico-social brasileiro é permeado por desigualdades econômicas, étnicas, religiosas, de gênero, de sexualidade, dentre outras, o que gera violência, preconceito e exclusão. Abordar o tema nos espaços educacionais torna-se um caminho viável para uma sociedade justa, democrática e equitativa.

1.2

a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)

A DUDH é um marco histórico no campo dos direitos humanos. Sendo o seu principal documento, é a partir dela que os demais documentos¹ sobre a temática vão ser discutidos e elaborados em diversos lugares do mundo. Sua importância se deve ao fato de que apresenta, de forma sistematizada, o que vinha sendo discutido até então no campo dos direitos humanos. Assim, este módulo discute o assunto de forma prática e objetiva, destacando os principais conceitos.

A *Declaração*² não foi “criada por alguém”, tampouco para proteger um grupo específico de pessoas. O documento é a síntese de uma longa caminhada no campo dos direitos básicos do ser humano que já vinham sendo discutidos há séculos. De acordo com Dallari (2004 apud VALIM, 2015), sua origem remonta à Antiguidade, sendo possível perceber elementos da busca pela dignidade humana em textos clássicos como *Antígona*³. No período compreendido como Idade Média, percebemos em São Tomás de Aquino uma aproximação com a noção de direitos humanos que temos hoje, ao destacar que os homens têm o direito de se rebelar contra governos opressores, uma vez que era um direito natural assegurado por Deus.

¹ Dentre esses documentos podemos citar: *Constituição Federal brasileira* (BRASIL, 1988); *Estatuto da Criança e do Adolescente* (BRASIL, 1990a); *Lei nº 8.080, que institui o Sistema Único de Saúde* (BRASIL, 1990b); *Lei Orgânica de Assistência Social* (BRASIL, 1993) e *Código Penal* (BRASIL, 2017).

² Doravante, para evitarmos repetições, sempre que utilizarmos a palavra *Declaração* estaremos nos referindo à *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

³ O texto *Antígona*, de Sófocles, pode ser encontrado no livro “A trilogia tebana”. Disponível em: <http://portaleinstein.com.br/uploads/7910sofoclestrilogiatebana Postado em 27.fev.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2019.

Conforme Porfírio (2019), no século XVIII a *Declaração dos Direitos* (EUA) e a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (França) se configuram como marcos significativos na construção de uma cultura dos direitos humanos em diferentes lugares do mundo. No século XX, a Declaração apresenta a síntese de toda essa caminhada. É o principal documento no mundo relacionado aos direitos humanos.

Furlani (2016) destaca que todas as mulheres e homens do planeta são seres humanos pertencentes à mesma espécie, o que de acordo com a *Declaração*, deveria nos assegurar os mesmos direitos e dignidade. No entanto, conforme ela salienta, nem todos os seres humanos vivenciam, efetivamente, os direitos humanos.

De acordo com Sorto (2008), a *Declaração* é um documento histórico que coloca o ser humano como sujeito de direitos, inserindo-o no centro do processo normativo em âmbito internacional. Isso quer dizer que as suas influências percorrem diferentes culturas e diversos lugares do mundo. Trata-se de uma Carta de autoria coletiva, assinada por todos os países da Organização das Nações Unidas (ONU) — atualmente 193, dentre eles o Brasil.

A DUDH é permeada pelas tradições ocidentais e como fruto de duas Grandes Guerras ela redimensionou a maneira como lidamos uns com os outros. Em diversos lugares é uma referência no processo de preservação da vida, visando à seguridade da dignidade humana, sendo a forma que os países-membros encontraram para manter a paz mundial.

Na prática, isso implica direitos e garantias a diferentes sujeitos que, até então, não eram amparados por legislações ou outros documentos. Os países-membros da ONU, por exemplo, que assinam a concordância com a Declaração, não podem restringir os direitos das pessoas baseados em concepções de gênero, classe ou etnia, uma vez que conforme Artigo 1º da Declaração, homens e mulheres possuem os mesmos direitos: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos” (ONU, 2009).

Mesmo cada país tendo sua cultura e seus costumes próprios, isso não implica que pode fazer o que bem entende com o ser humano, pelo menos não nos países-membros da ONU. Quando o assunto é violência contra a mulher, por exemplo, a ONU tem poder de intervenção nessas nações.

Professoras(res), neste momento talvez você se questione: mas o que isso tem a ver com o Brasil? Com a nossa vida? Em nosso país, na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), é possível ver claramente tal influência: todos são iguais perante a lei. Viver em um país em que o seu ordenamento jurídico aponta para que todos devam ter os mesmos direitos, é a premissa básica da educação em direitos humanos. Claramente marcada pelas influências da *Declaração*, a nossa Constituição surge em um contexto pós-Regime Militar. Assim, de acordo com Pereira (2016), segue os caminhos da dignidade humana buscando proteger as(os) cidadãs(ãos) de possíveis arbitrariedades estatais. A seguir, apresentamos os pontos mais importantes do documento⁴:

Artigo I - Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

Artigo III - Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo V - Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo VII - Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei.

Artigo IX - Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo XIV - Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

Artigo XVIII - Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião.

Artigo XXVI - Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais



(BRASIL, 1988).

Como podemos perceber os efeitos deste documento na prática? Além de ser um documento com abrangência mundial para os países-membros da ONU, tendo influenciado diversas legislações aqui no Brasil conforme já citado, um dos principais impactos que a Declaração provocou foi pôr fim a um relativismo cultural, ou seja, mesmo respeitando as diferentes culturas

⁴ Você pode conhecer a Declaração e mais detalhes sobre o assunto acessando o site a seguir. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

e tradições das Nações, os países-membros não podem, por exemplo, atear fogo em uma pessoa como forma de pagamento de pena criminal. Cada país tem sua cultura, mas certas práticas são inadmissíveis, pois podem infringir os direitos humanos.

1.3

escola e direitos humanos: diversidade, equidade e a diferença que agrega



Prezadas(os), até aqui vimos um pouco do histórico da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* e seus impactos no mundo, especificamente no Brasil. O desafio para nós professoras(es) é suscitar reflexões e práticas que de fato efetivem o que diz o documento e, dentre outras possibilidades, isso será possível por meio de uma abordagem transdisciplinar, considerando diferentes áreas do conhecimento, não se limitando apenas a uma única compreensão. Os estudiosos marxistas, por exemplo, abordam a questão da diferença e/ou segregação social a partir do ponto de vista econômico: a luta de classes. Sob essa óptica, a história da humanidade está relacionada à história da luta de classes na qual existe um antagonismo entre explorados e exploradores.

No entanto, Furlani (2016) destaca que essa análise não comporta a complexidade do mundo contemporâneo, uma vez que a questão econômica não é a única marca identitária das sociedades, existindo outros fatores decisivos na exclusão de diferentes grupos. “Para muitas pessoas, gênero, raça, etnia, condição física, orientação sexual, nacionalidade, etc., são marcas identitárias responsáveis por experiências de exclusão tão significativas quanto a classe social” (FURLANI, 2016, p. 23).

A escola, enquanto lugar de formação do sujeito em suas múltiplas dimensões, é espaço privilegiado da diversidade. Em seus espaços convivem diferentes grupos que talvez não tivessem oportunidade de se conhecerem em outro ambiente. A palavra de ordem é *equidade*. Segundo Abbagnano (2012), em seu Dicionário de Filosofia, justiça e equidade significam a mesma coisa, ou seja, nem sempre o que está escrito na lei é possível ser aplicado literalmente a todas as pessoas de forma igual, tendo em vista que somos seres diferentes e múltiplos.

Portanto, torna-se fundamental a concepção equitativa

de tratamento dos sujeitos de acordo com a sua condição e necessidade, sem perder de vista o ordenamento jurídico: “[...] temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza. Temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2003, p. 56).

Como exemplo de equidade podemos citar as pessoas que vivem em uma comunidade indígena. Apesar de possuírem os mesmos direitos das demais que vivem em outras localidades, são diferentes das que vivem em uma comunidade quilombola, assim como diferem das pessoas das cidades localizadas nas grandes metrópoles. Essa diferença pode demandar “necessidades” diversas, não homogêneas, como, por exemplo, o livro didático que uma escola da Zona Rural utiliza pode ser diferente do de uma escola localizada na capital do estado, uma vez que há traços culturais e identitários que variam de acordo com o contexto sociocultural.

Em nosso país, todas essas pessoas diferentes em suas singularidades têm em comum o fato de serem brasileiras, por exemplo. No entanto, essa diversidade implica, muitas vezes, tratamentos diferenciados devido a vulnerabilidades de determinados sujeitos perante a sociedade como: a violência que a mulher negra enfrenta em comparação a não negra; a violência que as pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBTs)⁵ sofrem em relação às heterossexuais. A vulnerabilidade não está na pessoa em si, mas é o contexto social no qual está inserida que a torna vulnerável. Apesar de todos serem iguais perante à lei, as diferenças necessitam do olhar equitativo, ou seja, justo, considerando as particularidades de cada sujeito.



o desafio da escola



A escola, como parte da sociedade, não está imune aos seus efeitos. De acordo com Louro (2004), desde a sua fundação, que remonta ao século XIX, a instituição segregou vários sujeitos em diferentes tempos históricos. Primeiro, somente uma elite colonial tinha acesso aos seus espaços, estando de fora as(os)

⁵ A sigla LGBT engloba toda a diversidade sexual, mesmo que as diferentes identidades e orientações sexuais não estejam explícitas em suas letras. No Módulo V discutiremos com mais profundidade essa sigla.

negras(os), as(os) escravas(os) e as mulheres. Em seguida, permitiu a educação destas, no entanto, separou-as dos meninos. Na atualidade, apresenta-se alinhada às questões econômicas, podendo apresentar diferentes nuances (positivas ou negativas) de acordo com a classe social.

Enquanto instituição social, a escola acaba por refletir o cenário no qual está inserida, ou seja, apresenta marcas da sociedade mais ampla. No entanto, não podemos incorrer no risco de dizer que a instituição apenas reproduz o que acontece fora de seus espaços. Nesse sentido, Bourdieu (2009) destaca que a escola não só reproduz, mas também produz práticas de exclusão bem específicas. Há tipos de violência que só ocorrem dentro da escola. A exemplo disso temos a prática do bullying⁶, muito embora existam variações dela noutros espaços — como o cyberbullying⁷, por exemplo.

Furlani (2016) salienta que, nesse contexto, a escola é espaço de resistência e luta, existindo uma articulação do sistema educacional com as políticas públicas:

“[...] entre os ‘direitos humanos’, a ‘cidadania plena’ e a ‘inclusão social’. A suposta neutralidade política escolar é definitivamente posta em xeque” (FURLANI, 2016, p. 23). A comunidade escolar lida diariamente com diferentes tipos de preconceitos e/ou exclusão social, o que a faz criar estratégias de combate e superação desse quadro, com a criação de grupos de estudos por parte de professores e alunos, projetos desenvolvidos

ao longo do ano, palestras ou até mesmo a criação de disciplinas escolares, como é o caso das Disciplinas Eletivas nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI), unidades de ensino vinculadas à Secretaria de Educação do Ceará (Seduc). Ao final desse módulo apresentaremos um exemplo desse tipo de atividade.

A diversidade de comportamentos dos estudantes e das(os) professoras(es) numa escola é

⁷ Apesar de existirem semelhanças entre as práticas do bullying e do cyberbullying, há particularidades entre elas: enquanto a primeira ocorre em ambientes escolares, a segunda acontece em espaços virtuais com implicações nos espaços sociais. Você pode saber mais sobre o tema com a leitura do livro “Bullying e cyberbullying: o que fazemos com o que fazem conosco” (MALDONADO, 2011).

⁶ Você pode conhecer um pouco mais sobre a prática do bullying e seus conceitos com a leitura do livro “Bullying: mentes perigosas na escola” (SILVA, 2010).

o mote necessário para a criação de uma cultura de paz pautada nos direitos humanos. Para muitas pessoas é somente na instituição escolar que é possível conhecer e conviver, durante certo período de tempo, com diferentes sujeitos. Assim, é injustificável que práticas pedagógicas de segregação ainda sejam cultuadas e/ou reproduzidas.

1.5

legislações brasileiras

Constituição Federal de 1988 (CF)⁸

Marcadamente influenciada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, é o principal ordenamento jurídico brasileiro, base para todas as legislações e políticas públicas. Criada em 1988, é a nossa 7ª Constituição Federal atualmente em vigor, também conhecida como Constituição Cidadã. Trata de inúmeras questões referentes à promoção e efetivação da democracia, tais como: igualdade entre os brasileiros (todos são iguais perante a lei); permanência e acesso de todos/as à educação pública e de qualidade; redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais; direito de greve e liberdade de expressão; fim da censura.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁹

Criado em 1990, trata-se de um documento que coaduna com a Constituição, uma vez que atende o que consta no Artigo 227 desta, o qual destaca que é dever da família, do Estado e da sociedade garantir à criança, ao adolescente e ao jovem o direito à saúde, educação, alimentação, cultura etc. O ECA reuniu e definiu esses direitos apresentados pela CF estabelecendo normas a serem seguidas com fins de proteção integral da criança e do adolescente, os quais possuem todos os direitos do ser humano, tendo prioridade absoluta nos serviços públicos. Aponta que é dever de todos primar pela proteção deles, assegurando que tenham o direito ao pleno desenvolvimento.

⁸ Acesse a Constituição Federal completa no site oficial do governo federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 fev. 2020.

⁹ Acesse o Estatuto da Criança e do Adolescente no site oficial do governo federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 10 fev. 2020.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) ¹⁰

É a principal legislação educacional brasileira e está em consonância com os princípios da Constituição Federal. Amplia o conceito de educação, abrangendo diferentes espaços, envolvendo diferentes dimensões do desenvolvimento humano e dos espaços sociais. Destaca que se há aprendizado, há educação. Partindo dessa compreensão, a LDB vai ordenar/disciplinar a educação escolar a qual deverá se vincular ao mundo do trabalho e à prática social. O exercício da cidadania, que também atravessa o mundo do trabalho, é o objetivo principal da educação, a qual deve ser inspirada na liberdade humana. Destaca que a educação é dever da família e do Estado. Organiza o sistema educacional brasileiro em todos os níveis e modalidades, da Creche ao Ensino Superior, determinando carga horária mínima de ensino. Delimita as funções dos profissionais da educação, estabelece quais são as obrigações das diferentes instituições de ensino, dentre outras, organizando assim o sistema educacional brasileiro.

Temas Transversais (PCNs)¹¹

Com o objetivo de orientar os professores em relação aos objetivos e princípios de cada disciplina escolar, o Ministério da Educação (MEC) criou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) no ano de 1997. São divididos em seis volumes: Matemática, Língua Portuguesa, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Educação e os Temas Transversais. Estes são divididos em seis áreas que devem perpassar todo o currículo escolar: Ética, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural e Trabalho e Consumo. Com os Temas Transversais podemos inserir nas escolas temas como direitos humanos e valorização da igualdade e equidade entre os diferentes sujeitos.

Lei Maria da Pena¹²

Lei em vigor desde o ano de 2006. Visa assegurar a integridade física e mental das mulheres vítimas de violência doméstica com a devida punição de seus agressores. Desde a sua criação houve

¹⁰ Acesse a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no site oficial do governo federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 10 fev. 2020.

¹¹ Acesse os Parâmetros Curriculares Nacionais no site do Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

¹² Acesse a Lei Maria da Penha no site oficial do governo federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 10 fev. 2020.

uma diminuição no número de feminicídios dentro dos lares. É considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das melhores leis no enfrentamento da violência contra a mulher.

1.6

dicas de filmes



Carandiru

Direção: Hector Babenco. Brasil, 2003.

Milk: a voz da igualdade

Direção: Gus Van Sant. EUA, 2009.

Um grito de liberdade

Direção: Richard Attenborough. Reino Unido, 1987.

Gandhi

Direção: Richard Attenborough. Reino Unido, 1982.

A Lista de Schindler

Direção: Steven Spielberg. EUA, 1993.

Tempos Modernos

Direção: Charles Chaplin. EUA, 1936.

O Pianista

Direção: Roman Polanski. França, 2003.

1.7

dicas de séries

13 Razões

(13 Reasons Why), 2017.

The Good Wife: pelo direito de recomeçar

(CBS), 2009.

Pode me chamar de Francisco

(Netflix), 2013.



1.8

campanhas educativas

20 de Novembro – Dia da Consciência Negra¹³

O Dia da Consciência Negra é comemorado em 20 de novembro. A data é uma referência à morte de Zumbi¹⁴. Nascido livre em Pernambuco, ele foi escravizado aos seis anos de idade. Liderou o Quilombo dos Palmares, local de resistência contra o sistema escravocrata brasileiro. É uma data muito importante para a efetivação dos direitos humanos, com a valorização da cultura e dos povos africanos, os quais fazem parte da cultura e identidade brasileiras. Na escola, é uma ótima oportunidade para discutir tais questões, seja em sala de aula ou em projetos envolvendo toda a comunidade escolar.

10 de Dezembro – Dia da Declaração Universal Dos Direitos Humanos¹⁵

Data de suma importância para a humanidade uma vez que foi no dia 10 de dezembro de 1948 que a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi proclamada. Na escola, é uma oportunidade para discutir o documento junto à comunidade escolar.

1.9

atividade escolar/eletiva

Educadora e educador, apresentamos nesta seção duas propostas pedagógicas de aprofundamento do tema. Estas sugestões aparecerão ao final de cada módulo e têm como finalidade provocar experiências de aprendizagem e reflexão entre as pessoas da comunidade escolar, especialmente educandas(os) e educadoras(es).

¹³ Conheça mais sobre o Dia da Consciência Negra e sua história acessando o site Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-nacional-da-consciencia-negra.htm>. Acesso em: 10 fev. 2020.

¹⁴ Você pode conhecer a história de Zumbi dos Palmares com a leitura do livro “Zumbi dos Palmares” (LIMA, 2009).

¹⁵ Você pode assistir à palestra conferida pelo professor Leandro Karnal no Sesc Sorocaba, São Paulo, no dia 06 de julho de 2016, intitulada “Civilização e Barbárie”, na qual ele apresenta uma discussão bastante elucidativa sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9RfpMThwa7s>. Acesso em: 10 fev. 2020.

A primeira proposta deste módulo é um “Encontro de Jovens”. Vários segmentos da escola podem participar a fim de discutir as concepções acerca dos direitos humanos.

O “Projeto de Intervenção Interdisciplinar” é a segunda proposta desta seção e visa problematizar os direitos humanos e suas interseções tais como: as questões étnico-raciais, de gênero e sexualidade.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: CAMINHOS PARA A EQUIDADE

PROPOSTA 1

1º ENCONTRO: **A CONCEPÇÃO DE DIREITOS HUMANOS**

Objetivos:

- Sensibilizar para a compreensão do significado dos direitos humanos;
- Conhecer várias concepções de direitos humanos.

Acolhida:

Desejar boas-vindas e informar sobre a temática e seus objetivos.

Canto:

A música que todos deveriam saber a letra – 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ikqY9H7QNmM>. Acesso em: 20 fev. 2020.

Dinâmica:

Após a apresentação do tema o/a facilitador/a, (professor/a) divide os/as estudantes em 6 ou 7 grupos e entrega uma tarjeta contendo uma frase diferente para cada um dos grupos que traduza a ideia de direitos humanos.

Sugere-se que as frases para as tarjetas sejam as seguintes: 1) “Direitos humanos não incluem os deveres”;

2) “Defender direitos humanos é coisa de pessoas que gostam de defender bandidos e marginais”; 3) “Direitos humanos nascem com cada pessoa e não podem ser mudados”; 4) “Direitos humanos incluem todas e cada pessoa, independente do que tem, da cor da pele, do sexo, da idade”; 5) “Direitos humanos são as conquistas que os pobres fazem na luta”; 6) “Direitos humanos não incluem certos tipos de pessoas (bandidos e marginais, por exemplo), são só para os ‘humanos direitos’”; 7) “Direitos humanos são uma utopia que motiva a luta cotidiana por justiça e paz”.

A partir da frase na tarjeta cada grupo vai discutir o que é mesmo Direito Humano e o que a frase das tarjetas tem a ver com a música acima. Em seguida, apresenta a discussão para toda sala.

Esquentando a conversa:

Fazer a leitura do Poema “Primeiro eles vieram buscar [...]” (Pastor Martin Niemöller).

Primeiro eles vieram buscar os comunistas
E eu não disse nada
Porque eu não era comunista
Depois eles vieram buscar os socialistas
E eu não disse nada
Porque eu não era socialista
Então eles vieram buscar os sindicalistas
E eu não disse nada
Porque eu não era sindicalista
Então eles vieram buscar os judeus
E eu não disse nada
Porque eu não era judeu
E então eles vieram me buscar
E não havia mais ninguém
Para levantar sua voz por mim

a) Peça que os participantes comentem brevemente:

- Quando você acha que o poema foi escrito?
- De que assunto ele trata?
- O que o autor estava tentando dizer?

b) Dê algumas informações sobre o poema. Em seguida,

pergunte:

- Por que nem sempre nos manifestamos quando outras pessoas estão sendo oprimidas ou quando seus direitos humanos estão sendo violados? O que nos impede?
- Você é capaz de pensar em algum exemplo de quando isso ocorreu, talvez na sua própria vida?
- Você é capaz de pensar em algum exemplo de quando você ou outras pessoas se manifestaram em favor de outras?
- Qual a relação entre a educação e os direitos humanos e qual o nosso papel?

Compromisso:

Sugere-se uma atividade que vise a construção de um compromisso prático das/os participantes com a continuidade da reflexão e com o desenvolvimento de atitudes concretas.

PROPOSTA 2

PROJETO DE INTERVENÇÃO:

Direitos Humanos e suas Intersecções

Objetivo Geral:

- Entender o que são os direitos humanos e suas intersecções, tais como as questões étnico-raciais, de gênero e sexualidade, bem como problematizar as violências ocorridas na escola em decorrência da violação desses direitos.

Objetivos Específicos:

- Realizar um diagnóstico a fim de saber quais são as principais violências praticadas e sofridas dentro da escola;
- Problematizar conceitos como racismo, machismo, homofobia e feminicídio, dentre outros;
- Construir, juntamente com os discentes, uma ação concreta que denuncie as diversas violências existentes na escola.

Metodologia:

1. Apresentar e aprofundar os diversos tipos de violências existentes.
2. Realizar uma pesquisa diagnóstica com a comunidade escolar sobre as violências cometidas e sofridas dentro da escola.
3. Realizar oficinas temáticas de direitos humanos e não violência:
 - Oficina 1 – O que é direito humano?;
 - Oficina 2 – Direitos humanos e as questões raciais;
 - Oficina 3 – Direitos humanos e as questões de gênero;
 - Oficina 4 – Direitos humanos e a sexualidade;
 - Oficina 5 – Direitos humanos e a não violência.

Sujeitos:

Alunos do Ensino Médio.

Cronograma de Atividades:

Atividade/Mês	1	2	3	4
Pesquisa Diagnóstica	X			
Oficinas 1 e 2		X		
Oficinas 3 e 4		X		
Oficina 5			X	
Culminância do Projeto				X

SUGESTÕES E FONTES:

Música: Coração Civil – Milton Nascimento. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PysCLF7t2e8>. Acesso em: 10 fev. 2020.

Plano de Atividade Use sua voz. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/03/use-sua-voz-w4r2017.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

Direitos humanos sugestões pedagógicas. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/a_pdf/livro_carbonari_dh_sugestoes_pedagogicas.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução da 1ª Edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi. Revisão e tradução de novos textos Ivone Castilho Benedetti. 6ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Presidência da República, Brasília, 1990a.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Institui o Sistema Único de Saúde. Presidência da República, Brasília, 1990b.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica de Assistência Social. Presidência da República, Brasília, 1993.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Orientação sexual/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Código Penal**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula**: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

LIMA, Renato. **Zumbi dos Palmares**. São Paulo: Paulus Editora, 2009.

MALDONADO, Maria Tereza. **Bullying e Cyberbullying**: o que fazemos com o que fazem conosco? São Paulo: Editora Moderna, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm>. Acesso em: 10 fev. 2020.

PEREIRA, Fernanda Linhares. **Quem é o sujeito dos Direitos Humanos na Declaração Universal e na autobiografia de Eleanor Roosevelt (1950-1960)**. Dissertação (Mestrado). 154f. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2016. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/5961/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-Fernanda%20Linhares%20Pereira%20-%202016.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

PORFÍRIO, Francisco. **Direitos Humanos**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/direitos-humanos.htm>. Acesso em: 17 nov. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Bullying: mentes perigosas nas escolas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SORTO, Fredys Orlando. A Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu sexagésimo aniversário. **Verba Juris**. Ano 7, n.º 7, jan./dez. 2008. Disponível em: <http://www2.uesb.br/pedh/wp-content/uploads/2014/02/A-Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos-no-sexagesimo-aniversario.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

VALIM, Michael Alessandro Figueira. **Os Direitos Humanos na tela da TV: o direito humano à comunicação, a defesa e a promoção dos Direitos Humanos na televisão pública**. 150f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

2

gênero e seus conceitos





2.1 gênero e seus conceitos



A epígrafe deste módulo contém algumas notícias sobre a situação da mulher veiculadas no Brasil nos últimos anos. Ilustra um cenário de violência e intolerância contra o feminino, situação que culmina, muitas vezes, no feminicídio¹⁹.

¹⁶ Reportagem de Thaís Lima, do Site G1, publicada em 24/10/2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/enem/2015/noticia/2015/10/questao-sobre-feminismo-no-enem-2015-e-lembrada-nas-redes-sociais.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

¹⁷ Em 2009, uma garota de 9 anos engravidou de gêmeos em decorrência de um estupro. O médico, baseado na legislação, realizou o procedimento clínico do aborto e foi excomungado, juntamente com a sua equipe médica, pelo arcebispo de Pernambuco (RE). Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36402029>. Acesso em: 10 fev. 2020.

¹⁸ Notícia veiculada na revista Veja no ano de 2016 que aponta o padrão do comportamento da mulher desejável. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bela-recatada-e-do-lar>. Acesso em: 10 fev. 2020

¹⁹ Quando uma mulher é assassinada em decorrência do fato dela ser mulher é caracterizado o crime de feminicídio tipificado na Lei n.º 13.104 (Lei do Feminicídio). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 10 fev. 2020).

Trata-se de um debate que escapa às noções essencialistas e universais do que é ser mulher, ser homem, pois podemos afirmar que ser mulher na sociedade em que vivemos implica diretamente na noção de ser homem. Podemos então questionar por qual motivo, em meio a tantos textos de autores, homens²⁰, a questão que trouxe a provocação de uma filósofa, mulher, é tão significativa a ponto de causar tanto burburinho como foi no caso do Enem?

Estamos tratando de um conceito muito caro e desafiador que em alguns momentos pode causar incompreensão, uma vez que revela e elucida conteúdos, podendo aguçar a curiosidade e o prazer em conhecer um mundo pouco explorado e desconhecido. Gênero: um território de disputas políticas e sexuais.

A concepção de gênero discutida neste trabalho está relacionada aos aspectos históricos e sociais. Dessa forma, apresenta variações de acordo com os espaços sociais e tempos históricos. Assim, compreendemos que existem várias formas de ser homem e de ser mulher, não existindo um padrão. Por meio de um processo de transmissão geracional, somos ensinados a nos comportarmos como homens e mulheres. Dessa forma, Scott (2013 apud MEDEIROS, 2017, p. 150) destaca que: “[...] gênero é uma categoria útil de análise, devendo ser concebida como algo complexo e contínuo”.

2.1.2

conceito de gênero



O conceito de gênero se refere ao modo como as chamadas diferenças sexuais são representadas e/ou valorizadas no âmbito de uma determinada sociedade, em um determinado grupo e contexto (LOURO, 2007).

Trata-se de uma categoria política que surgiu no movimento feminista²¹ e, ao longo dos anos, tornou-se também um conceito analítico ao passar a ser discutido no interior das

²⁰ A referida matéria cita que Simone de Beauvoir foi a única autora a aparecer enfaticamente na prova.

²¹ De acordo com Meyer (2013), um grupo de estudiosas anglo-saxãs começou a utilizar o termo *gender*, traduzido para o português como gênero, a partir do início da década de 1970.

universidades. Podemos dizer também que é uma importante ferramenta de desnaturalização das desigualdades, como o machismo, por exemplo.

Se você acreditava que ao nascer era dada à condição natural de ser mulher (mãe, dona de casa, cozinheira, a que faz tudo para dar conta do trabalho dentro e fora de sua residência) ou de ser homem (provedor, forte, que não chora e que traz a agressividade no DNA) se enganou.

Quando falamos em “ser mulher” e “ser homem”, enquanto seres dotados de distintas feminilidades e masculinidades, não estamos considerando as questões biológicas que cada um de nós carrega ao nascer. A forma como nos compreendemos e vamos construindo a nossa identidade ao longo da vida é única e particular para cada ser. Assim, as questões biológicas não são determinantes nessa construção. Logo, podemos afirmar que, quando se trata de gênero, de masculinidades e feminilidades, não estamos falando de naturalidade biológica. Nesse contexto, nada está dado como natural e toda verdade é parcial, passível de ser questionada. Ser mulher ou homem diante das múltiplas expressões das identidades sexuais (homossexualidade, bissexualidade, heterossexualidade, dentre outras)²² são produções culturais e discursivas. Entenda que é no ambiente sociocultural que os sujeitos se fazem homens e mulheres em um processo contínuo e dinâmico. Processos esses que não são lineares, harmônicos ou finalizados, e sim recheados de incertezas, pluralidades e disputas de poder (GOELLNER, 2003; LOURO, 2007; BUTLER, 2007).

Tomamos como base os textos dessas três autoras que são consideradas feministas pós-estruturalistas, pois elas se fundamentam nas teorizações de Michel Foucault e Jacques Derrida. Goellner (2003), Louro (2007) e Butler (2007) privilegiam a discussão de gênero enfocando na linguagem como “[...] locus de produção das relações que a cultura estabelece entre o corpo, sujeito, conhecimento e poder”. Afastam-se também da ideia de corpo como uma “[...] entidade biológica universal” (GOELLNER, 2003, p. 15-16).

Goellner (2010) entende gênero como uma condição social construída por meio da qual um conjunto de processos

²² Algumas expressões da sexualidade serão discutidas no módulo IV.

corporais demarca o que é masculino, o que é feminino. Ela complementa ainda que: “Se estamos cientes de que o gênero é a construção social do sexo, precisamos considerar que aquilo que no corpo indica ser masculino ou feminino, não existe naturalmente. Foi construído assim e por esse motivo não é, desde sempre, a mesma coisa” (GOELLNER, 2010, p.75).

Dessa forma, caras(os) professoras (es), corpo é outro conceito importante para nos empoderarmos dessa discussão. Pois não dá para levar em consideração, ao falarmos dessa categoria, apenas o aspecto biológico, porque surgem outras dimensões do corpo as quais pronunciam as subjetividades e expressividades que revelam desejos, identidades e sonhos. Todos esses aspectos estão imbricados e compõem a totalidade de um corpo. Esse corpo é o resultado de uma construção sociocultural sobre o qual são conferidas marcas dos diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos e religiosos. Nesse sentido, é histórico.

Assim, o gênero também é a “[...] contínua estilização do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de um quadro regulatório altamente rígido que se cristaliza ao longo do tempo para produzir a aparência de uma substância, a aparência de uma maneira natural de ser” (LOURO, 2015). Esse contínuo regulatório está marcado pela heteronormatividade²³ e, como produto, nunca se completa, é performativo e efeito dos discursos.

As discussões de gênero e corpo estão inseridas em um campo mais amplo, o da sexualidade. De acordo com Medeiros (2017), a sexualidade é composta por diferentes dimensões do ser humano: afetiva, sexual, identidade de gênero, orientação sexual, corpo, dentre outras. Imbrica-se também com as dimensões históricas, sociais e políticas. Portanto, pode apresentar diferentes nuances/expressões/compreensões ao longo da história, com variações de acordo com o espaço e o tempo nos quais está inserida. No módulo IV discutiremos com mais profundidade o tema da sexualidade.

Dessa forma, corpo-gênero-sexualidade são elementos socialmente estabelecidos pelas redes de poder de uma sociedade. E, como tal, tentamos fixar essas identidades de gênero e as orientações sexuais através de marcas biológicas, como

²³ De acordo com Junqueira (2007), heteronormatividade é a norma social que institui a heterossexualidade como única manifestação de sexualidade aceita.

forma de nos assegurar sobre o que somos e sempre seremos, conforme apontam as correntes biológicas/essencialistas. Neste texto, compreendemos que essa tríade corpo-gênero-sexualidade compõe nossas identidades e orientações, expressando-se de diferentes formas ao longo da vida com uma sexualidade sempre móvel e polimorfa, conforme destaca Foucault (2011).

Assim, as identidades, orientações sexuais e de gênero não são uma decorrência direta daquilo que mostra o nosso corpo. Relaciona-se com a forma como sentimos e nos percebemos no mundo, embora o corpo possa refletir essas dimensões, mas, como já foi dito, não existem regras fechadas e absolutas sobre a questão.

Concordamos com Louro (2007) quando afirma que inscrevemos nos corpos marcas de identidade: “Treinamos nossos sentidos para perceber e decodificar essas marcas e aprendemos a classificar os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente, pelos comportamentos e gestos que empregam e pelas várias formas com que se expressam” (LOURO, 2007, p.15).

Acreditamos, por esse motivo, ser difícil identificar, tratar ou se relacionar com alguém que não se “enquadra” dentro dessas classificações. Como crianças, perguntamo-nos: “ela(ele) é mulher ou homem?” “Homossexual ou heterossexual?”. Mas enquanto adultos não fazemos essas perguntas diretamente, estabelecemos um olhar cartesiano das classificações imbricadas com as redes de poder impostas por nossa sociedade, pois estamos imersos na heteronormatividade.

Aquelas(es) que estão dentro dos padrões culturais de masculinidade e feminilidade representam a norma. Todas as “outras” pessoas serão marcadas e definidas a partir dessa referência, ou seja, as que fogem à norma serão estigmatizadas.

Essa normatização se expressa pela articulação de gênero com outras “marcas” sociais, como classe, raça/etnia, sexualidade, geração e religião. Cada uma delas produz modificações e significados pelos quais as pessoas e seus grupos vivenciam suas pluralidades e conflitualidades, formas de ser feminino e/ou masculino.

Portanto, quando discutimos gênero não tratamos de focalizar apenas as mulheres como objeto de estudo, mas sim os processos de formação das masculinidades e feminilidades, suas relações de poder (entre mulheres e homens) e as variadas formas de se constituírem como sujeitos de gênero.

2.2

o patriarcado e a subjugação do feminino²⁴

Educadoras(es), o cenário de violência apresentado com as epígrafes no início deste módulo está relacionado à forma como concebemos o masculino e o feminino. Esta concepção é permeada de princípios sexistas oriundos da tradição patriarcal que importamos das nações europeias a partir do século XV, período em que as embarcações portuguesas aportaram no até então *desconhecido* território brasileiro.

Com a chegada dos portugueses, as riquezas do continente americano foram levadas para a Europa, como também a cultura dos indígenas foi condenada à extinção. Esses povos foram, violentamente, obrigados a incorporar a cultura europeia, uma vez que não tiveram suas crenças e hábitos respeitados pelo colonizador.

No entanto, o contato entre os dois continentes não se deu de forma unilateral, com a Europa difundindo a sua cultura e valores sobre os nativos que aqui se encontravam. Propiciou-se a influência cultural e as relações de poder foram preponderantes. Os hábitos dos indígenas, assim como os dos africanos e outros povos, influenciaram profundamente o modo de ser dos povos europeus e indígenas.

Podemos suscitar reflexões em busca de respostas e enfrentamentos do atual cenário de violência em torno do

²⁴ O texto dos tópicos seguintes: “O patriarcado e a subjugação do feminino”, “Masculinidade e feminilidades” e “O desafio da escola” foram retirados da Dissertação de Mestrado de Medeiros (2017). Consultar referências ao final.

feminino com a abordagem da consciência histórica, uma vez que o nosso país foi colonizado por uma civilização fundamentada em um sistema de dominação e poder do masculino sobre o feminino: o patriarcalismo.

Assim, torna-se fundamental despertar outros olhares sobre o processo de colonização que subjogou histórica e socialmente as Américas, sobretudo, o Brasil. O olhar crítico acerca desses processos nos aproxima do reconhecimento e da compreensão das incoerências e continuidades históricas entre a sociedade brasileira e a europeia e suas interconexões.

O patriarcado é a ideia de supremacia do homem sobre a mulher, ou seja, é o poder dos homens dentro de uma sociedade. Oprime todo sujeito marcado como o OUTRO, todos os diferentes são considerados subalternos.

É caracterizado por relações de dominação e de subordinação que não são frutos da natureza, mas do processo de socialização. Utiliza-se da condição natural como elemento de subordinação a partir do qual se constitui um pensamento/comportamento legitimador.

A cultura patriarcal produz uma tremenda violência contra o sujeito chamado homem que herda e introjeta esse lugar de privilégio e de opressão. Parafraseando Márcia Tiburi (2018), ele opera como um sacerdote do patriarcado. Já as mulheres são sempre massacradas e sacrificadas nesse sistema de dominação, pois quando são criticadas por alguma atitude — seja no aspecto político ou ético, no âmbito do trabalho ou da família — são medidas como mulheres e inferiores no sentido sexual.

Nesse sentido, argumentamos que há, historicamente, a identificação do masculino com qualidades e aspectos positivos e superiores, ao mesmo tempo que o feminino é visto como perigoso, subversivo e fraco. A nosso ver, misoginia e patriarcado são dois conceitos interdependentes, sendo impossível a sobrevida de um sem a presença do outro. O patriarcado, enquanto estrutura de pensamento, só pode existir difundindo a misoginia que lhe dá respaldo e legitimidade (LEMOS, 2013). Dessa forma, o patriarcado se expressa em outras dimensões e admite materialidades, expressões corporais, patriarcais e ações institucionais.

É importante destacar aqui, caras(os) professoras(es), que misoginia se refere à repulsa, ódio, aversão ou preconceito às mulheres. O misógino é aquele que defende que as mulheres são inferiores, moral ou intelectualmente, aos homens. Dessa forma, podemos observar variadas manifestações cotidianas de misoginia, tais como a violência (física, psicológica), a discriminação sexual, a difamação motivada pelo gênero e objetificação sexual das mulheres (fomentada principalmente pela mídia), além da prática de feminicídio disseminada no Brasil (BODART, 2018).

Você pode estar se perguntando: como e quando essa cultura de subjugação do feminino se estabeleceu em nossa sociedade? Para responder a essa pergunta compartilhamos das conclusões de Evelyn Reed (2008 apud ROMFELD, 2015) e Rose Marie Muraro (2000 apud ROMFELD, 2015) que remontam às origens do patriarcado. Segundo as autoras, durante a Pré-História da humanidade os meios de produção eram de propriedade comum e não existia forma de dominação sexual. As sociedades estavam centradas em clãs maternos. A maternidade era vista como dom da natureza e revestia as mulheres de poder e prestígio. Além de serem mães, essas mulheres eram protagonistas na produção de alimentos e na criação de animais.

Não se sabe o momento exato em que os homens passaram a exercer maior controle sobre a natureza e a sexualidade feminina. É certo que muito se contribuiu para a lógica do patriarcado, sobretudo, a valorização e institucionalização da monogamia fundamentada na família composta por pai, mãe e filhos.

O patriarcado, portanto, transforma os laços afetivos em relações de poder que se consolidam na família monogâmica. Os desdobramentos do patriarcado perpassam diferentes períodos históricos e ganham novas roupagens que se adaptam aos diferentes tempos. Se pensarmos a sociedade contemporânea, não é difícil perceber os traços patriarcais travestidos de misoginia e heteronormatividade. Na heteronormatividade as manifestações da sexualidade que não são heterossexuais são marginalizadas e existe uma suposição, o tempo todo, de que as pessoas são heterossexuais.

Os valores que constroem o pensamento misógino e heteronormativo estão assentes em pressupostos patriarcais, sobretudo, no que diz respeito à subjugação do outro a uma

condição não apenas manifesta, mas também latente de inferioridade, desprezo e humilhação (BORGES et al. 2013).

Podemos dizer que o patriarcado é análogo ao capitalismo, assim como o racismo é a versão de raça desse sistema, pois com os papéis de gênero estabelecidos o capitalismo se apropria desse “legado sexista” hierarquizando a mão de obra a partir desses valores. Dessa forma, contribui decisivamente para o processo de acumulação do capital. Em outras palavras, indivíduos ou grupos rotulados pela inferioridade (como as mulheres) recebem menos pela venda de sua força de trabalho, expandindo a extração da mais-valia (ROMFELD, 2015).

Nesse sentido, Frota (2004) destaca que o patriarcado tem sua origem na apropriação pelo homem dos meios de produção do trabalho e da espécie humana. Assim, existe uma relação entre o patriarcado e o capitalismo, embora sejam sistemas diferentes.

Bourdieu (2014) sinaliza que a dominação masculina é, antes de tudo, uma manifestação da violência simbólica. A relação entre o masculino e o feminino é permeada pela questão do poder, transpondo nossos pensamentos e incidindo na forma como lidamos com o masculino e o feminino.

Existe uma estrutura social que nos forma a partir do nascimento para que assumamos determinados comportamentos de gênero. Como já mencionado, a família seria esse primeiro espaço onde aprendemos e assimilamos as primeiras regras de gênero. Ao chegarmos à escola, já temos uma vasta bagagem que será validada e expandida por ela e também pelas demais instituições sociais. Professoras(es) e estudantes estão imersas(os) nessa névoa chamada *cultura patriarcal machista*.

2.3 masculinidades e feminilidades

Sobre as questões relacionadas aos estereótipos de gênero, não podemos cair numa discussão simplista e opor homens e mulheres, diferenciando-os a partir da distinção biológica. Ao invés disso, podemos pensar em diferentes formas

de masculinidades e feminilidades que podem variar de acordo com a subjetividade de cada pessoa, uma vez que o conceito de gênero ultrapassa a delimitação do sexo biológico. As diversidades sexuais transbordam os limites da discussão binária de gênero, sendo preciso ir além do masculino e do feminino (no singular), sem conceitos fechados e/ou estereotipados. Existem diversas formas de ser homem e de ser mulher e questões naturalizadas pela nossa sociedade (como a de que a maternidade é fundamental a todas as mulheres e que os homens possuem o instinto sexual mais afluído) precisam ser desconstruídas.



É importante destacar que...

Gênero é diferente de sexo biológico.

Tudo aquilo que nós acumulamos ao longo da vida, no sentido cultural, faz parte do que somos e influencia na forma como concebemos o mundo e interagimos uns com os outros. A compreensão das normas morais que assimilamos e exercitamos diariamente provém também desse acúmulo. No entanto, as demarcações estabelecidas entre a essência do ser homem e do ser mulher cristalizam as concepções de masculinidade e feminilidade que devemos nos espelhar. É compreensível, assim, a forma que polarizamos o masculino e o feminino, fundamentada em discussões binárias de gênero, impregnadas de estereótipos.

Desde muito cedo os modelos hegemônicos de gênero são apresentados e assimilados pelos sujeitos, os quais se encontram aprisionados numa demarcação rígida do masculino e do feminino. Em relação à construção da virilidade e à formação das identidades de gênero é criada uma fronteira: de um lado a masculinidade, com a marca da virilidade como característica principal, e do outro a feminilidade, com a sensibilidade afluída. Qualquer um que transpuser e/ou borrar tais fronteiras será perseguido e terá suspenso seu direito de ser. Entre as duas manifestações se encontra o espectro machista adoecendo as relações.

Essas demarcações acabam por causar um enorme sofrimento e crise de identidade nos sujeitos que fogem ao padrão branco, heterossexual e viril. A escola reproduz características

de uma sociedade etnocêntrica (Europa), racista, machista e homofóbica. Nesse bojo, o ideal de virilidade masculina reflete em todas as categorias. É apresentada apenas uma forma de ser homem e uma forma de ser mulher, não sendo permitido ambiguidades.

O homem também acaba sendo uma vítima desse modelo, uma vez que ele é sobrecarregado de funções comportamentais que o impedem de ser livre. Bourdieu (2014) destaca o risco a que o homem está submetido quando se trata das *vantagens masculinas*, que tal privilégio “[...] é também uma cilada e encontra sua contrapartida na tensão e contenção permanentes, levadas por vezes ao absurdo, que impõe a todo homem o dever de afirmar, em qualquer circunstância, sua virilidade” (BOURDIEU, 2014, p. 75-76).

Boris (2002) apresenta uma discussão a respeito da subjetividade na constituição do masculino e aponta que historicamente existe uma distinção entre homens e mulheres fundamentada na oposição e diferença entre os dois sexos. Essa diferenciação entre o homem e a mulher a partir de aspectos biológicos não é suficiente para explicar a complexidade dos sujeitos. A sexualidade e o conceito de gênero não podem ser explicados unicamente a partir das características físicas e reprodutivas do corpo humano.

O que torna um ser homem ou um ser mulher vai além dos aspectos biológicos, sendo necessário considerar as subjetividades a partir das experiências histórico-culturais dos sujeitos no meio social.

É preciso ter a consciência de que quando abordamos as questões relativas ao gênero “[...] estamos lidando com práticas, símbolos, representações, normas e valores relativos à diferenciação sexual, dotados historicamente, presentes na cultura e compartilhados pelos indivíduos inseridos numa dada sociedade” (BORIS, 2002, p. 19).



o desafio na escola: gênero no cotidiano escolar

É preciso conceber a escola como um espaço social imerso numa cultura mais geral. Tal instituição não está à margem de um todo, tampouco imune às influências e interferências culturais. O que acontece em seus espaços diz respeito à sociedade em geral.

Fomos educados para considerar o masculino como natural, mas nunca igual ao feminino. Louro (2004) informa que a escola produz diferenças e desigualdades. Desde a sua fundação, separa as pessoas em grupos e reforça os estereótipos de gênero, de etnia e de classe social. Segrega sujeitos que antes viviam em coletividade, apontando um ideal comum, uma padronização. “A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas” (LOURO, 2004, p. 57).

Essas questões são reproduzidas diariamente no cotidiano escolar, não só por meio dos discursos oficiais contidos nos livros didáticos e nas legislações educacionais, mas principalmente pelo silêncio diante de alguns temas. A condição da mulher permanece em desvantagem quando comparada a do homem. Sob o enfoque econômico, essa hierarquização entre os sexos se materializa na condição salarial em que o gênero do indivíduo é determinante em sua valorização.

As mulheres, embora estejam presentes oficialmente no mercado de trabalho desde o início da Revolução Industrial, carregam em si os estigmas de uma sociedade patriarcal em que são compelidas a permanecer no âmbito privado, cuidando do marido e dos filhos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) possuem um volume chamado “Pluralidade Cultural e Orientação Sexual” (BRASIL, 1997) que apresenta um bloco direcionado às discussões de gênero e visa o enfrentamento das diferenças e das relações de poder existentes em torno do masculino e do feminino. Apresenta uma concepção que se aproxima da discutida aqui, a de que existem várias formas de ser mulher e de ser homem sem determinismos biológicos, propondo a desconstrução dos estereótipos, abrindo espaço para as suas múltiplas manifestações.

O debate sobre o tema gênero e sexualidade na escola

ainda não se efetivou, mesmo tendo se passado mais de 20 anos desde a criação dos Parâmetros. É fundamental, desse modo, construirmos propostas que tenham por objetivo a promoção da igualdade entre os gêneros. Vale lembrar que os PCNs continuam servindo de diretriz às escolas e o texto em vigor que compõe a parte destinada, nos Temas Transversais, ao assunto gênero e sexualidade é muito atual e relevante.

Com o intuito de prosseguir com as questões sobre temas basilares da Educação Básica, em áreas do saber, abrangendo todas as disciplinas escolares, em 2017 foi publicada a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017), que surgiu também como documento de amparo educacional para superar as desigualdades sociais.

A compreensão em torno das desigualdades sociais abrange diversos âmbitos: econômico, étnico, gênero, sexualidade, espiritualidade, religião, etc. Neste curso, destacamos a necessidade de compreender a importância de superarmos as desigualdades envolvendo as diferenças de gênero e sexualidade.

Esse destaque é importante porque o tema gênero não está especificado na BNCC de forma direta, o que pode gerar a sensação de que o assunto foi negligenciado. Assim, é preciso pegar carona nesse apontamento da BNCC sobre a superação das desigualdades sociais e ir além, discutindo as questões de acordo com as necessidades de sua realidade escolar, com o amparo do documento.



O desafio da escola consiste em efetivar o que apontam os PCNs, ou seja, abordar as questões de gênero de forma transversal em todas as disciplinas escolares. É preciso desnaturalizar práticas educativas pautadas em concepções sexistas. Para tanto, ao final deste módulo, apresentaremos sugestões de atividades escolares.

Uma das possibilidades é tratar o tema em diferentes disciplinas escolares. Questões de gênero, por exemplo, podem ser abordadas nas aulas de Língua Portuguesa com textos literários

que apresentem o ideário feminino vigente em séculos anteriores; na matemática, com estatísticas de mulheres no mercado de trabalho, ilustração da desigualdade salarial das mulheres em relação a dos homens; nas artes, apresentando como as mulheres eram retratadas pelos artistas do Iluminismo, por exemplo. São múltiplas as possibilidades.

2.5 dicas de filmes

Thelma e Louise

Direção: Ridley Scott. EUA, 1991.

Kill Bill

Direção: Quentin Tarantino. EUA, 2004.

Tomboy

Direção: Céline Sciamma. França, 2012.

A guerra dos sexos

Direção: Jonathan Dayton, Valerie Faris. EUA, 2017.

À prova de morte

Direção: Quentin Tarantino. EUA, 2010.

2.6 dicas de séries

O Conto da Aia

(The Handmaid's Tale), 2017.

Killing Eve

2018.

Wild wild country

2018.





2.7 campanhas educativas

25 de Fevereiro – Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil

Somente em 24 de fevereiro de 1932, o Código Eleitoral brasileiro passou a assegurar o voto feminino. Todavia, esse direito era concedido apenas a mulheres casadas com autorização dos maridos e viúvas com renda própria. Essas limitações deixaram de existir apenas em 1934 quando o voto feminino passou a ser previsto na Constituição Federal²⁵.

8 de Março – O Mês da Mulher

O Dia Internacional da Mulher é uma data comemorativa que foi oficializada pela Organização das Nações Unidas na década de 1970. Essa data simboliza a luta histórica das mulheres para terem suas condições equiparadas às dos homens. Inicialmente, essa data remetia à reivindicação por igualdade salarial, mas atualmente simboliza a luta das mulheres não apenas contra a desigualdade salarial, mas também contra o machismo e a violência²⁶.

25 de Julho - Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha

O 25 de julho não é apenas uma data de celebração, é uma data em que as mulheres negras, indígenas e de comunidades tradicionais refletem e fortalecem as organizações voltadas às mulheres negras e suas diversas lutas. No Brasil, em 2 de junho de 2014, foi instituído por meio da Lei nº 12.987, o dia 25 de julho como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, homenageando uma das principais mulheres símbolo de resistência e importantíssima liderança na luta contra a escravidão²⁷.

²⁵ Esse texto foi retirado do site do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Fevereiro/dia-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil-e-comemorado-nesta-segunda-24-1>. Acesso em: 10 fev. 2020.

²⁶ Texto retirado do site Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-da-mulher.htm>. Acesso em: 10 fev. 2020.

²⁷ Texto retirado do site Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=54714>. Acesso em: 10 fev. 2020.

2.8

atividade escolar/eletiva

GÊNERO E SEUS CONCEITOS

PROPOSTA 1

2º ENCONTRO:

CADA UM SABE A DOR E A DELÍCIA DE SER O QUE É

Objetivo:

- Entender a construção conceitual de gênero bem como suas nuances e desdobramentos.

Acolhida:

Desejar boas-vindas e informar sobre a temática e seus objetivos. Na entrada, cada participante recebe uma fita de cor rosa ou azul.

Dinâmica:

Construir um quadro do que sejam as características femininas e masculinas. Para isso, os participantes irão observar imagens e/ou frases que tenham comportamentos binários²⁸ (masc./fem.) e depois colarão na parede o quadro dos papéis de gênero.

Problematizar:

- O que é papel de gênero? Existe mesmo o que deve ser exclusivo para mulher e homem fazer? Por quê?
O que caracteriza “ser feminino” e “ser masculino”?

²⁸ Sugestão: imagens de meninas usando rosa e meninos azul; meninas brincando de casinha e meninos de bola ou carrinho; meninas fazendo balé e meninos judô ou karatê; mulheres trocando fralda, cozinhando, limpando a casa; homens dirigindo; trabalhando fora, etc. Frases: Bela, Recatada e do lar; Lugar de mulher é na cozinha; Atrás de um grande homem tem uma mulher; Você já casou?; Quantos filhos você tem?; Você não vai ter filhos?; Onde você comprou essa blusa, tinha para homem? etc.

De acordo com Simone de Beauvoir no seu livro “O Segundo Sexo” – “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Vocês concordam com essa máxima? Por quê?

Canto:

Doralyce - Mulheres - ao vivo no Estúdio Showlivre por Vento Festival 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=piaRbXyy7D0>. Acesso em: 10 fev. 2020.

Esquentando a conversa:

- Leitura do texto intitulado “Professor dá show ao responder aos seus alunos se ele é gay; veja a resposta”.

PROFESSOR DÁ SHOW AO RESPONDER AOS SEUS ALUNOS SE ELE É GAY; VEJA A RESPOSTA²⁹

Reportagem de Genilson Coutinho, do Papo Sincero.



O debate sobre a sexualidade do professor teve início com a pergunta de uma aluna sobre a orientação sexual do professor Vitor Fernandes, do Rio de Janeiro, que indagou se ele era gay. Vitor poderia ter dito um simples sim ou não, porém ele resolveu utilizar sua página no *Facebook* para um debate sobre o tema. Após sua postagem, os comentários e compartilhamentos foram crescendo com bastante intensidade, viralizando nas redes sociais e site de notícias.

Diante da pergunta da aluna, Vitor decidiu responder aos demais alunos e aproveitou para questionar os motivos que os levaram a questionar sua orientação sexual. Foi uma conversa sem rodeios, clara e tranquila. Dessa forma, o mestre aproveitou a oportunidade para debater em aula sobre os estereótipos associados ao que é “ser homem heterossexual”.

Nesse bate-papo, a classe se posicionou sobre diversos temas que definiam a orientação sexual de uma pessoa e o professor foi listando essas observações da turma.

No último dia 19 de setembro, Fernandes postou em rede social o assunto

²⁹ Texto retirado do Portal GELEDÉS tal qual o original, com marcas de informalidade, registro oral e internetês. Reportagem disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/educacao/14188/professor-da-show-ao-responder-aos-seus-alunos-se-ele-e-gay-veja-a-resposta>. Acesso em: 10 fev. 2020.

que se tornou viral nas redes sociais. Mais de 76 mil pessoas compartilharam e apoiaram a postura do professor e a postagem já tem mais de três mil comentários. De curtidas, já passam de 46 mil.

O professor tem acompanhado a repercussão da sua atitude e agradecido o apoio da mídia na divulgação dessa atitude cidadã.

Na página do Facebook do nosso site, ele deixou o seguinte comentário:

“Fico muito feliz em ver o artigo sendo publicado aqui. Espero ajudar o debate de alguma forma. Não sou estudioso do assunto. Pode ser que alguma comparação que fiz tenha sido inadequada, mas eu estava lidando com adolescentes de 15 anos da periferia do Rio que nunca tiveram essa discussão. Então os exemplos precisam ser simples. Espero ter contribuído”

Postou Fernandes.

Veja a resposta do professor:

“Professor, o senhor é gay?”

Já ouvi essa frase algumas vezes. Uma vez por ano ao menos algum aluno pergunta. Na verdade, geralmente alunas. Como já ouvi várias vezes e sempre me intriguei com o porquê da pergunta e hoje a pergunta veio de uma aluna de uma turma de 1º ano no meu CIEP, em Inhoaíba, resolvi usar Paulo Freire e partir do concreto para o abstrato. Parei a aula e mudei o tema para “gênero e sexualidade” (estudávamos antropologia, então é pertinente). Usei a pergunta da aluna e a mim mesmo como exemplo.

Perguntei a ela o que a levou a fazer a pergunta. Qual era o motivo da suspeição da minha homossexualidade? A aluna não quis responder, com medo de uma reação negativa ou até agressiva minha, como é bastante comum na sociedade. Insisti e ela começou a falar. Daí todos os alunos se interessaram muito e começaram a falar também os motivos de suas suspeitas.

Resolvi, para ser didático, anotar no quadro os motivos para debater um a um.

Os motivos que para eles são características da homossexualidade que eu tenho, foram os

seguintes:

- Uma aluna me deu mole e eu não “peguei”.
- Coloco às vezes a mão na cintura
- Gestos e fala característico de homossexual (segundo dois garotos apenas)
- Não fala de relacionamentos, namorada, nem da vida pessoal, o que fez no fim de semana, etc. E outros profs falam...
- Sou professor novo, moderno, simpático. Isso n é característica masculina.
- Tem outros alunos comentam que eu sou gay
- Sou vaidoso, me cuido esteticamente.
- Quando os alunos me perguntaram se eu era gay, não neguei agressivamente, mas debati o assunto. Só no final disse que não era. Não provei que era hétero mostrando fotos minha com alguma namorada, etc
- Não sou machista
- Tenho 30 anos, não casei e não tenho filhos. Todas as pessoas e trinta anos que eles conhecem já casaram e tiveram filhos. Só gays chegam aos 30 sem casar.
- Tenho amigos gays.

Sim, a lista foi longa (rs) e os instiguei a falar tudo. Não é difícil deduzir que os pressupostos (anotados no quadro tb) dessas falas são:

- Homem que é homem, pega aluna, não rejeita mulher.
- Homem que é homem não coloca a mão na cintura.
- Homem que é homem fala das mulheres que “pega”, “prova” que é homem através de fotos com mulheres.

– Professor hétero não é simpático. Simpatia não é característica masculina.

– Homem que é homem não é vaidoso.

– Homem que é homem nega com veemência a homossexualidade, como se fosse um crime. E é obvio que homem de verdade não debate esses assuntos, muito menos usando a si mesmo como exemplo.

– Homem que é homem é machista.

Obs.: como eu queria as feministas “linha dura” que me acham O escroto machista lá naquela sala pra debater isso com eles. rsrs

– Homem de verdade casa antes dos 30 e tem filhos antes disso.

Talvez vc se pergunte o porquê eu não neguei com veemência e encerrei o assunto? Porque debati algo pessoal com adolescentes de 15 anos em média?

Primeiro: qual o problema em ser gay? Porque negar isso com veemência? É crime? Imoral? Não. Ser gay ou hétero para mim é como ser flamenguista ou botafoguense. Não tem nada de bom ou ruim em nenhum dos dois.

Segundo: Acho que foi a melhor das oportunidades de debater um assunto tão delicado e proporcionar o acesso a uma outra visão de mundo aos alunos.

Não. Não sou gay rs e fiquei impressionado com a visão estreita de gênero e sexualidade de adolescentes em pleno 2016, tão limitada e machista. E fiquei imaginando a feroz repressão que os homossexuais sofrem no dia a dia.

Por outro lado, é compreensível os alunos terem essas concepções na cultura onde estão inseridos.

Como assim vc tem 30 anos e não casou se as meninas têm filhos aos 15 às vezes? rs

Como assim vc não pega aluna que te dá mole? Só pode ser viado rs

Eu resolveria facilmente o “problema” mostrando foto com alguma mulher com que fiquei, mas porque eu me preocuparia em provar a heterossexualidade como quem prova a inocência.

Porque usaria uma mulher como prova de algo?

Pode parecer engraçado para muita gente ler isso e pra mim foi. Muito. rs Mas para eles não. É o que pensam mesmo. Parece anos 1940, mas é 2016...

Imaginem se o projeto “escola sem partido” continua avançando como está. Voltaremos às trevas em pouco tempo. Precisamos debater gênero e sexualidade nas escolas, mais do que nunca!

O machismo é opressor com os homens também, se liguem nisso!

Obs.: Hoje fui trabalhar com uma camisa rosa. Aí ferrou... rs.

Questão debate:

A sociedade patriarcal oprime mulheres e homens igualmente? De que forma é materializada a opressão para cada sujeito?

Como podemos discutir as questões que envolvem gênero na escola?

Compromisso:

As(os) participantes são convidadas(os) a dançar em dupla a música “Mulheres” (sugerida anteriormente) e trocar suas fitas acrescentando outras cores, se

quiserem. Enquanto dançam a(o) facilitadora(or) pede que pensem numa ação que possam fazer em dupla e que problematize na escola as questões de gênero levantadas nesse encontro, para que no próximo possam partilhar o que fizeram.

PROPOSTA 2

DISCIPLINA ELETIVA: Matemática e Diversidade

Definição:

- Esta disciplina propõe a discussão em torno do desenvolvimento do pensamento matemático a partir dos estudos de gênero e sexualidade.

Objetivos de Aprendizagem:

- Desenvolver a mentalidade matemática através dos mecanismos de aprendizagem tomados a partir das técnicas de cálculos e análise dos dados estatísticos, dentro do contexto histórico pautado nos aspectos relativos à gênero e sexualidade.

Conteúdos Sugeridos:

- Estatísticas sobre gênero e sexualidade;
- Desenvolvimento do pensamento matemático a partir dos estudos de gênero;
- As profissionais da Matemática, Química e Física na história;
- A evolução feminina/LGBT na Matemática e nas Ciências da Natureza;
- Feminilidades e Masculinidades na Matemática.

Áreas do conhecimento afins:

- Matemática;
- Ciências da Natureza;
- Ciências Humanas.

Bibliografia sugerida:

- Mentalidades matemáticas: estimulando o potencial dos estudantes por meio da matemática criativa, das mensagens inspiradoras e do ensino inovador. Jo Boaler, 2018.
- O que a matemática tem a ver com isso? Como professores e pais podem transformar a aprendizagem da matemática e inspirar sucesso. Jo Boaler, 2019.
- Educação matemática: da teoria à prática. Ubiratan D'Ambrosio, 1996.
- O fantástico mundo dos números: a matemática do zero ao infinito. Ian Stewart, 2016.

Sugestões de livros, filmes, músicas:**Músicas:**

Kell Smith - Respeita as Mina (Videoclipe Oficial)
Doralcyce - Mulheres - ao vivo no Estúdio Showlivre por Vento Festival 2018

Série:

The Handmaid's Tale (O Conto da Aia), 2017.

Filme:

Absorvendo o Tabu, 2018.

³⁰ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vjzKTYZMO_8. Acesso em: 10 fev. 2020.

³¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=piaRbXyy7D0>. Acesso em: 10 fev. 2020.

REFERÊNCIAS

BODART, Cristiano das Neves. **Conceitos sociológicos em expressões cotidianas**: misoginia. Blog Café com Sociologia. 2018. Disponível em: <http://cafecomsociologia.com/conceitos-sociol...os-em-expressoos/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

Borges, Z. N. et al. **Patriarcado, heteronormatividade e misoginia em debate**: pontos e contrapontos para o combate à homofobia nas escolas. *Latitude*, v. 7 n. 1 (2013). Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/1065>. Acesso em: nov. 2019.

BORIS, Georges Daniel Bloc. **Falas de homens**: a construção da subjetividade masculina. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Orientação sexual/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2019a. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>. Acesso em: out./2019.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 21° ed. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

FROTA, Maria Helena de Paula. Interpretando a categoria gênero de Joan Scott. In: FROTA, Maria Helena de Paula; OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. et al (org.). **Família, gênero e geração**: temas transversais. Fortaleza: EDUECE, 2004.

GOELLNER, Silvana Vildore. A produção cultural do corpo. In: NECKEL, Jane Felipe; LOURO, Guacira Lopes (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GOELLNER, Silvana Vildore. **A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade**. Cadernos de Formação RBCE, Rio de Janeiro, mar. 2010. p. 71 – 83.

JUNQUEIRA, Rogério. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Bagoas: estudos gays – gêneros e sexualidades**, vol. 1, nº 1, Natal-RN, jul-dez 2007.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LEMONS, Fernanda. **Entrevista com Joan Scott**. Tradução de Emmanuel Ramalho de Sá Rocha. Revista Mandrágora. v. 19, nº 19, p. 161 -164, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Corpos, feminilidade e sexualidade. Mesa Redonda. **Curta o Gênero**. 7 a 8 de abril de 2015. Fortaleza, 2015. Disponível em: https://issuu.com/fabricadeimagens/docs/programacao_final. Acesso em: 10 fev. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MEDEIROS, Jarles Lopes de. **A escola e os professores diante da problemática da sexualidade: uma perspectiva histórico-sociológica dos discursos e das práticas educacionais**. Fortaleza, 2017. 182 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação). Universidade Federal do Ceará, 2017.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

ROMFELD, Victor Sugamoto. **Captura Críptica: direito, política, atualidade**. Florianópolis, n. 4., v. 2., jan./dez. p. 227. 2015.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2018.

as relações de gênero



3.1 as relações de gênero

As feministas odeiam os homens ou se acham superiores a eles. Elas são feias e não se depilam, reclamam porque não têm homem e são masculinizadas, todas são lésbicas, agressivas e briguentas e fazem mimimi para tudo .

(Autoras/es desconhecidas/os).

Frases como a citada acima, diariamente escutadas acerca das feministas, são fruto de uma sociedade machista, constituída sobre princípios patriarcais. Contudo, as mesmas pessoas que criticam o movimento feminista e suas participantes, quando lhes indagamos sobre os livros e as revistas feministas que leram ou as palestras que assistiram, respondem que tudo que sabem sobre o feminismo é resultado de frases feitas das redes sociais e da mídia e que nunca se aproximaram verdadeiramente desse movimento social.

As pessoas das quais estamos falando fazem parte de uma grande parcela da população, como apontam os resultados da pesquisa realizada pela Skol intitulada “Skol Diálogos”³², realizada em parceria com o Ibope. Os dados referentes a quatro tipos de preconceitos (machismo, LGBTfobia, racismo e estético) evidenciou que o machismo está presente no cotidiano de 91% das pessoas entrevistadas, sendo (dentre as quatro manifestações) o preconceito mais praticado no Brasil, com 61%.

Dessa forma, com o intuito de contribuir para a superação desse quadro, apresentamos neste módulo as diversas expressões do movimento feminista, seus sujeitos, as interseccionalidades³³ (raça, gênero, classe) existentes nessa luta, bem como as formas de violência contra as mulheres e o feminicídio. Ao final do módulo, trabalharemos o papel da escola no enfrentamento das desigualdades de gênero e traremos sugestões de como problematizar essa realidade.

³³ A interseccionalidade compõe os estudos acerca das múltiplas opressões do feminino, levando em consideração etnia, gênero e classe. Para saber mais sobre o assunto leia o estudo de Assis (2019) intitulado “Interseccionalidades”.

³² Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2018/03/marca-lanca-movimento-para-saber-como-as-mulheres-querem-aparecer-em-c.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

3.2

os movimentos feministas

O feminismo é um movimento que visa acabar com o sexismo e a opressão (HOOKS, 2019).

Isso significa que os homens não são os inimigos, mas o sexismo³⁴. Apesar deles serem os beneficiários do patriarcado³⁵, tais privilégios acarretam dor, violência e exploração.

Somos educadas(os) nessa sociedade patriarcal e para acabar com os princípios patriarcalistas/machistas precisamos “[...] entender que muitas de nós (homens e mulheres) disseminamos o sexismo [...] sendo preciso [...] desapegarmos de pensamentos e ações sexistas e substituí-los por pensamentos feministas” (HOOKS, 2019, p. 13).

O feminismo, enquanto movimento social de mulheres, só surgiu em meados do século XIX, contudo, isso não significa dizer que antes disso as mulheres eram submissas e não lutavam contra a exploração sexista. Podemos citar como exemplo a história de Olympe de Gouges (1748-1793) que durante a Revolução Francesa se organizou com outras mulheres para a elaboração da *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* (1791)³⁶ em resposta ao conteúdo universalista e excludente presente na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789)³⁷.

³⁴ Sexismo é a discriminação baseada no gênero e no sexo da pessoa. Geralmente, o feminino é colocado em desvantagem em relação ao masculino. Para saber mais sobre sexismo e suas relações com a educação sugerimos a leitura do artigo “Sexismo e educação: produção teórica” das autoras Nascimento, Amorim e Motta (2016). Como complemento sobre o tema e outras terminologias comuns ao debate feminista, assista ao seguinte vídeo do YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=ZX3Voeuex0M>. Acesso em: 10 fev. 2020.

Veja dois artigos da Declaração elaborada por Gouges: Artigo 1º: A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem. As distinções sociais só podem ser baseadas no interesse comum; Artigo 6º: A lei deve ser a expressão da vontade geral. Todas as cidadãs e cidadãos devem concorrer pessoalmente ou com seus representantes para sua formação; ela deve ser igual para todos.

Todas as cidadãs e cidadãos, sendo iguais aos olhos da lei devem ser igualmente admitidos a todas as dignidades, postos e empregos públicos, segundo as suas capacidades e sem outra distinção a não ser suas virtudes e seus talentos.

Veja a declaração completa disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

³⁵ O patriarcado já foi discutido no Módulo II. Para saber mais sobre isso, sugerimos a leitura do livro “Gênero, patriarcado, violência”, de Saffioti (2015).

³⁷ Veja a declaração completa disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

Assim como Gouges³⁸, outras mulheres foram precursoras do movimento³⁹, viveram de acordo com suas próprias regras e lutaram pelos seus direitos, contudo, foram invisibilizadas pela historiografia. De acordo com Monteiro (2012), há uma falta de diálogo entre a historiografia e o campo dos estudos de gênero, os quais são tratados como “tema complementar”, reforçando a ideia de que existe uma História “com agá maiúsculo” e histórias de menor relevância que só serão estudadas se o tempo pedagógico do calendário permitir vencer os conteúdos principais.

Podemos citar algumas dessas mulheres, tais como:

Safo Murasaki Shikibu **Hipátia de Alexandria** Cleópatra
Salomé Alexandra Zenóbia **Fatima al-Fihri** Hildegarda de Bingen
Cristina de Pisano Artemisia Gentileschi Sofonisba Anguissola
Modesta di Pozzo di Forci **Bathsua Makin** Hannah Woolley **Juana Inés de la Cruz** Marie de Gournay Aqualtune Dandara **Maria Ortiz** Bartolina Sisa Clara Camarão Olympe de Gouges Jane Austen Sophie de Germain Bárbar de Alencar **Teresa de Benguela** Flora Tristan **Maria Gaetana Agnesi**
 Mary Wollstonecraft **Mary Shelley** Manuela Sáenz Maria Firmina dos Reis
Ching Shih Ada Lovelace **Luísa Mahin**

Você as conhece? Que outras visionárias poderíamos mencionar?

Didaticamente, as variadas expressões do feminismo são organizadas, para fins de estudo, em momentos históricos em que houve um acúmulo de reivindicações, pautas e conquistas, à medida que as questões das mulheres/gênero se insurgiram e dominaram o debate. Esses períodos são chamados de ondas. Entretanto, queremos ressaltar que apesar das concordâncias de pautas, existem teorias e movimentos paralelos diversos, cada um com suas especificidades, sendo por isso mais adequado chamarmos de *movimentos feministas*⁴⁰.



³⁸ Para saber mais sobre Olympe de Gouges, conhecida como a pioneira pelo Direito Político das Mulheres, leia o livro “Os direitos da mulher e da cidadã: por Olímpia de Gouges”, do autor Dallari (2016).

⁴⁰ Vale ressaltar que no interior desses movimentos existiam as feministas liberais tanto quanto as marxistas. Para saber mais sobre o feminismo e suas correntes, indicamos a leitura do livro “Pensamento feminista: conceitos fundamentais”, da autora Hollanda (2019).

Nesse sentido, os movimentos organizados nas “ondas do feminismo” culminaram em avanços na libertação e nas lutas das mulheres.

É comum algumas autoras falarem em três ou quatro ondas do movimento por conta das reivindicações e dos vários movimentos feministas em cada momento. Franchini (2017) ressalta três momentos. A primeira onda, localizada entre os fins do século XIX e meados do século XX, é marcada pela reivindicação das *suffragettes* – mulheres que lutavam pelo direito ao voto, pela participação na política e na vida pública. Portanto, o que predominava como ideologia era o liberalismo e o universalismo calcado na igualdade.

A segunda onda, que tem início em meados dos anos 1950 e se estende por volta dos anos 1990, é caracterizada pela luta por direitos sexuais e reprodutivos, pelos debates que aprofundam a distinção entre sexo e gênero e a condição feminina, pois a irmandade entre as mulheres é poderosa (*sisterhood is powerful*⁴¹). “As feministas de segunda onda foram as primeiras a apontar que, apesar de todas as diferenças entre todas as mulheres do mundo, ainda há algo que nos une a todas, indiscriminadamente: a opressão com base no sexo.” (FRANCHINI, 2017, p. 8)

Uma das mais importantes referências nessa etapa é a filósofa francesa Simone de Beauvoir. Em 1949, ao lançar o livro “O Segundo Sexo”, a filósofa desnaturaliza o ser mulher. Ao dizer que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, ela distingue entre a construção do “gênero” e o “sexo dado”, mostrando que não seria possível atribuir às mulheres certos valores e comportamentos sociais como biologicamente determinados. “A divisão sexo/gênero funcionaria como uma espécie de base que funda a política feminista partindo da ideia de que o sexo é natural e o gênero é socialmente construído como algo que se impõe à mulher assumindo assim um aspecto de opressão” (RIBEIRO, 2014, s.p).

O desenvolvimento teórico-acadêmico proporcionado pela segunda onda questiona a produção das próprias ciências marcadamente masculinas e propõe uma epistemologia verdadeiramente feminina. Podemos destacar autoras como Patricia Collins e Dorothy Smith que defendiam a construção de uma ciência social a partir do olhar das mulheres.

⁴¹ Nome da primeira obra reconhecidamente de segunda onda de autoria de Robin Morgan (FRANCHINI, 2017).

Apesar de pautas comuns, tais como a crítica à jornada de trabalho, à diferença de ganhos econômicos entre homens e mulheres, à divisão sexual no mercado de trabalho e no sistema educacional, as variadas expressões de feministas entendiam que havia diferenças que caracterizavam nossas identidades e demandas, diferenças de classe, etnia e sexualidade.

É nesse cenário que podemos destacar o feminismo negro que explica a opressão das mulheres negras a partir das condições materiais, empíricas, históricas e, por que não dizer, das relações baseadas no racismo estrutural. Podemos destacar autoras como Angela Davis, Bell Hooks, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, entre outras⁴².

Os anos de 1990 foram marcados por diversas mudanças na sociedade capitalista (queda do Muro de Berlim, fim das ditaduras na América Latina, avanço do neoliberalismo e das tecnologias da informação). É nesse contexto que se desenvolve a terceira onda (FRANCHINI, 2017).

O movimento feminista desse período é pós-estruturalista⁴³ e não acredita em grandes narrativas nem significados e identidades fixas. Podemos destacar os estudos de Judith Butler que, em sua tese “Problemas de Gênero” (1990), rompe com o paradigma da divisão natural e social de sexo e gênero, lançando assim as bases da Teoria Queer⁴⁴.

⁴²Salientamos que o feminismo negro perpassa todas as ondas do feminismo e suas teóricas atravessaram décadas afirmando que a luta feminista é também uma reação ao racismo, ao capitalismo e à sociedade patriarcal.



⁴⁴A Teoria Queer estuda as relações de gênero, orientação sexual e identidade de gênero e sexual sem determinações biológicas, a partir dos excluídos, dos renegados, dos tidos historicamente como estranhos. Para saber mais sobre a Teoria Queer, leia o livro de Milkolci (2012) intitulado “Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças”.

Como complemento assista também ao seguinte vídeo do YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=TylAeedhKgc>. Acesso em: 10 fev. 2020.

⁴³ Sobre o feminismo e o pós-estruturalismo leia o artigo “O sujeito do feminismo e o estruturalismo” de Mariano (2005). E, para complementar e saber mais sobre o pós-estruturalismo, assista ao seguinte vídeo do YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=Aep98M32C3Q>. Acesso em: 10 fev. 2020.

É também na terceira onda que vemos o conceito de interseccionalidade sendo introduzido por Kimberlé Crenshaw em 1989⁴⁵. Essa categoria é atualmente disseminada por muitas teóricas tais como Carla Akotirene (2018), Adriana Piscitelli (2008), Regina Facchini (2008), entre outras. Podemos dizer que é uma ferramenta para que as mulheres atingidas por diferentes tipos de opressão (etnia, classe, sexualidade) possam analisar suas condições, evitando a universalização do conceito de mulher – reconhecendo as diversas identidades e experiências de ser mulher, pois foi no final da segunda onda que o feminismo identitário começou a florescer⁴⁶.

Dessa forma, a interseccionalidade nos ajuda a compreender a inter-relação entre as variadas formas de desigualdades existentes. Como afirma Akotirene (2018), “[...] racismo, capitalismo e hétero-patriarcado devem ser tratados pela interseccionalidade, observando os contornos identitários da luta antirracista diaspórica [...] que [...] instrumentaliza os movimentos antirracistas, feministas e instâncias protetivas dos direitos humanos a lidarem com as pautas das mulheres negras” (AKOTIRENE, 2018, p. 56-57, grifo nosso).

Finalmente, podemos dizer que esse período foi marcado pela ideia de transversalismo em oposição ao universalismo e particularismo, tão característicos da primeira e segunda ondas, pois ao falarmos de “políticas transversais” possibilitamos o diálogo entre todas as possíveis condições enfrentadas pelas mulheres no mundo, não só de raça, classe e sexualidade, mas também nacionalidade, geração, religião.

Segundo Franchini (2017), parte da academia afirma existir uma quarta onda do feminismo. Forjada nessa conjuntura de transformações do século XXI, essa fase é caracterizada pelo uso das redes sociais para organização e propagação dos ideais feministas.

⁴⁵ Algumas autoras divergem da data. Para Léa Mougeolle (2015) a autora usou esse termo pela primeira vez numa pesquisa em 1991 sobre as violências vividas pelas mulheres de cor nas classes desfavorecidas dos Estados Unidos. Carla Akotirene (2018) pontua que o termo ganhou espaço a partir de uma palestra realizada por Crenshaw em Durban, na África do Sul, em 2001.

⁴⁶ Você precisa saber que antes da disseminação desse conceito, teóricas como Angela Davis já problematizavam a inter-relação entre as opressões sofridas pelas mulheres, a saber, em seu livro *Mulheres, Raça e Classe* (2016).

É sabido que temos uma variedade de posicionamentos teóricos acerca dos estudos e das lutas feministas, contudo, são apontadas como pautas comuns a cultura do estupro, a representação da mulher na mídia, os abusos vivenciados no ambiente de trabalho e nas universidades e a denúncia às opressões sofridas pelas mulheres.

Salientamos também que vivemos um momento em que se rejeita o “rótulo de feminista”, ao mesmo tempo em que as expressões do feminismo e da igualdade de gênero se tornam jargões midiáticos e utilitários de consumo.

Nesse sentido, podemos nos indagar: como as feministas da próxima onda responderão a tudo isso diante da configuração da atual conjuntura de conservadorismo e apologias ao ódio aos movimentos sociais e a tudo que se reconhece como diferente?

Pensamos que uma saída possível seria a defesa de que o “feminismo é para todo mundo”, como anuncia Bell Hooks (2019) em sua obra, do mesmo modo que Chimamanda Adichie (2015) nos convida para que “sejamos todos feministas”.

Que nós possamos praticar de fato a sororidade⁴⁷, uma solidariedade fundamentada no comprometimento e no compartilhamento da luta contra a injustiça patriarcal, o racismo, o capitalismo. Dessa forma, só pode haver sororidade por completo se as mulheres abrirem mão de seus privilégios de classe e raça.

Por fim, precisamos pensar que “sem ter homens como aliados na luta, o movimento feminista não vai progredir” (HOOKS, 2019, p. 31). Os nossos inimigos são os pensamentos e os comportamentos sexistas e não os homens. Estes, se despojados de seus privilégios masculinos, defendem as políticas feministas e se tornam companheiros de luta valorosos. Precisamos criar nossas filhas e nossos filhos de maneira diferente e construir ambientes em que a resistência dos homens ao sexismo seja valorizada e reafirmada.



⁴⁷Sororidade significa o sentimento de irmandade e amizade entre as mulheres, sem rivalidades. Para saber mais sobre sororidade indicamos a leitura do livro “Vamos juntas? O guia da sororidade para todas”, de Souza (2016).

3.3

quem somos e como nos organizamos

Somos mulheres de várias cores e credos, muitas experiências no campo e na cidade, nos movimentos sociais. Construímo-nos no afeto, na fé e na luta. Somos educadoras, donas de casa, enfermeiras, advogadas, jornalistas, sociólogas, publicitárias, geógrafas, historiadoras, filósofas, matemáticas, contadoras, assistentes sociais, médicas, administradoras, policiais, pescadoras, agricultoras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, encarceradas, sertanejas, deficientes, estudantes, trabalhadoras, profissionais do sexo, somos tantas mais. Nesta seção, queremos citar algumas mulheres e seus grupos que conhecemos ao longo do caminho e que aprendemos a respeitar e amar as suas trajetórias de vida.

Para melhor apresentá-las, pedimos que elas falassem sobre si. Dessa forma, em conversa com Raquel Andrade, vice-presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB/CE e Labelle Rainbow, estudante de publicidade e propaganda e assessora técnica da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual - Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de Fortaleza, solicitamos que essas mulheres⁴⁸ escrevessem um depoimento relatando suas trajetórias de lutas e (re)existência. Vejamos a seguir:

Raquel Andrade

Vice-presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB - CE
Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB - CE
Coordenadora da Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

“Cresci em um dos bairros mais violentos de Fortaleza, o Bom Jardim. Minha história repete o roteiro de muitas meninas da periferia: criada pelos avós, sem conhecer o pai e com pouquíssima estrutura familiar. Felizmente, procurava me envolver em tudo que fosse oportunizado: do esporte ao conselho escolar. A partir dessas atividades me tornei liderança estudantil e iniciei minha trajetória política, assim, intuitivamente. Não sabia bem quem era ou por que estava ali. Mas sabia que era onde deveria estar. Sempre questioneei a violência e os abusos sofridos pela condição de mulher, antes mesmo de saber o que era gênero. Percebi, desde cedo, que para transformar a realidade vivida na periferia, o gosto pela leitura

⁴⁸ Estes depoimentos foram realizados no ano de 2019, dessa forma as mulheres em questão ocupavam estes cargos naquela conjuntura.

e pelo debate, seriam essenciais para trilhar novos caminhos e mudar o meu destino, que parece já vir traçado para mulheres como nós.

Assim, cheguei à profissão de advogada por meio de uma bolsa do Programa Universidade para todos, o PROUNI. Essa política pública certamente foi o grande divisor de águas para ressignificar o querer e o poder ser. Nunca, nem nos melhores sonhos, imaginei ocupar os lugares que hoje ocupo ou atuar nas instituições nas quais tenho atuado. A educação foi para mim uma ponte entre dois mundos pautados pela desigualdade de gênero, raça e classe. Demorou para eu me reconhecer como mulher negra, no máximo aceitava que me atribuissem a folclórica definição de “moreninha”. Para aceitar quem eu era de verdade e o sentido da minha existência, foi um longo processo, mas que hoje fortalece não só a minha identidade racial, mas a minha identidade de luta.

A escola pública do bairro teve um papel fundamental para que eu pudesse potencializar aquilo que eu nem sabia existir. Os professores, colegas e funcionários talvez reconheçam em mim uma incansável capacidade de militância por direitos. Até mais do que eu mesma, confesso. Para mim, contestar, reagir e não conformar não passava de luta por sobrevivência e por dar sentido a minha existência enquanto mulher negra e periférica. Hoje, como feminista, ativista de direitos humanos e dos direitos das mulheres, compreendo que não há instrumento emancipatório e mais revolucionário do que a educação. Não por ouvir falar, mas por viver cada etapa dessa reconstrução de papéis sociais pautadas nessa premissa, que assusta de tão óbvia.

É preciso coragem para destruir e reconstruir os padrões subjetivos e objetivos da nossa formação patriarcal, racista e lapidada na vulnerabilidade social. É doloroso e demorado, mas é possível. Sinto que quanto mais me liberto das cordas que impedem de me reconhecer, mas me sinto livre, de verdade. Quando me é possível, escolho trocar o medo pela força para continuar lutando. Essa é a minha pequena contribuição para que nenhuma outra menina ou mulher negra seja violentada somente por existir. Esse é o nosso legado”.

-Raquel Andrade

Raquel nos representa como mulher negra, mãe e trabalhadora. As mulheres negras sabem desde cedo que não são bem-vindas em funções de destaque, cargos públicos, pós-graduações. Mesmo assim insistimos. Ganhamos menos que as mulheres brancas, somos invisibilizadas nas propagandas e telenovelas, salvo quando falam do trabalho doméstico ou da escravidão. Teimamos em existir!

Parafraseando Vilma Piedade (2017), o racismo, machista, classista, inventou que nós – mulheres pretas – somos mais gostosas, quentes, sensuais e lascivas. Fruto desses estereótipos nos tornamos estatísticas de violência sexual, doméstica, feminicídio. Contudo, teimamos em existir.

Concordamos com Piedade (2017) quando diz que *Mulheres, Raça e Classe*, livro de Angela Davis (2016), é a tradução do conceito de interseccionalidade. Bell Hooks nos presenteia com o seu pensamento feminista negro desde quando escreveu

em 1970 o livro *Eu não sou mulher? Mulheres negras e feminismo*; Carla Akotirene também ao sistematizar as interseccionalidades; Djamila Ribeiro quando nos alerta do lugar de fala que as matriarcas, nossas ancestrais, já traziam em seus ensinamentos; Chimamanda Adichie ao escrever o manifesto “Para educar crianças feministas” nos lembra que é urgente pensarmos novas maneiras de criarmos nossas filhas e nossos filhos. Que todos sejamos feministas. Ufa! Poderíamos falar de muitas outras.

O movimento das mulheres negras tem uma série de lutas densas travadas todos os dias, mas podemos dizer que nos sentimos representadas por elas, assim como por Raquel Andrade.

Labelle Rainbow

Estudante de Publicidade e Propaganda
Assessora técnica da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual -
Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de Fortaleza

“

Estudei sempre em escola pública. Aprendi a ler e a escrever na primeira série do fundamental, sempre gostei muito de ler e escrever. Sempre me senti diferente na escola e, logo cedo, descobri o que era discriminação e preconceito. Passei por muitas situações de constrangimento na hora de usar o banheiro, na hora da chamada, piadinhas com o meu nome, pois sempre tive uma postura feminina, mas o nome não condizia com a minha identidade na época. Sempre soube que minhas diferenças não eram defeitos e sempre reclamava na diretoria, porém, muitas vezes, não acreditavam no que eu dizia e era necessário que minha mãe ou meu pai fossem até a escola conversar com os diretores.

Uma das escolas que estudei era evangélica “Batista”, foi onde mais me senti desconfortável e estranha, todos os dias tínhamos que ler a Bíblia, cantar louvores, fazer orações, mesmo quem tinha outra religião. Sempre sentia que a diretoria e os professores tentavam a todo custo alinhar os alunos e alunas aos padrões impostos pela religião. Não me sentia livre nessa escola e mudei para outra ao finalizar a 4ª série do fundamental.

Já na minha 5ª série, em outra escola, tomei conhecimento e fiz contato com o clube do jornal da escola e iniciei no jornalismo alternativo estudantil escrevendo sobre gênero e sexualidade, temas que sempre me interessaram muito, na perspectiva da liberdade sexual e dos direitos sexuais. A partir daí iniciei meu ativismo político nos movimentos sociais, mais especificamente nos movimentos de juventude, negro e LGBT. A vivência na escola foi fundamental em relação aos planos e projetos de vida com as escolhas e os diferentes caminhos que decidi percorrer, sempre pautando e defendendo a luta por justiça social, direitos humanos e construções em coletividade. Aos 16 anos me autoafirmei gay para minha família, escola e demais espaços de sociabilidade. Foi uma fase difícil, pois só tive apoio de minha mãe, pais e avó.

Mesmo com o apoio das pessoas que mais me importava na vida, ainda tinha algo que não me fazia feliz. Só aos 21 anos me dei conta que eu não era simplesmente um rapaz homossexual, mas sim uma TRAVESTI. Daí iniciei meu processo de transição de gênero.

Demorei mais tempo do que havia planejado para concluir o ensino médio, finalizei através do programa EJA, em 2012, e obtive meu certificado de conclusão via ENEM devido aos muitos programas e incentivos à educação durante o Governo Lula. Nos últimos anos, tenho atuado com ênfase na luta pelos direitos humanos da população LGBT, na construção e controle social de políticas públicas no combate à LGBTfobia, racismo e machismo, em diversos processos de participação política, em seminários, conferências, debates e atos públicos. Coordeno o For Rainbow- Festival de Cinema e Cultura da Diversidade Sexual e de Gênero desde o ano de 2008 de forma ininterrupta.

Em 2016, estreei no documentário “Labelle”, um filme de Isabel Nobre produzido pelos alunos do curso de audiovisual da ONG Fábrica de Imagens. Em 2017, fui a primeira mulher travesti a receber uma homenagem pela atuação e história de luta da Câmara Municipal de Fortaleza na Sessão Solene de comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Atualmente, estou assessora técnica da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual da Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de Fortaleza e concluindo o último semestre do curso de Publicidade e Propaganda na Faculdade Cearense”.

- Labelle Rainbow

Labelle nos representa enquanto mulher travesti, LGBT. Os estereótipos de que os travestis são aberrações de gênero e que só têm como profissão a prostituição devem e estão sendo combatidos pelo movimento LGBT.

Não é regra, mas conhecemos mulheres travestis e transexuais que são professoras, publicitárias, cabeleireiras, profissionais liberais, jornalistas, assistentes sociais, pessoas que conquistaram seu espaço com dificuldade, quebrando preconceitos e paradigmas engessados.

Não podemos negar que para as mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis, a possibilidade da violência, em casa e/ou fora dela, acaba sendo um dado da existência devido à conjugação dos vários preconceitos que enfrentam no cotidiano. Essas violências podem estar a tal ponto naturalizadas que elas sequer se sentem “merecedoras” dos direitos previstos para as mulheres no Brasil.

Nesse cenário, os setores com poder de formar pessoas e opiniões – como o poder público, a educação e a mídia – são, cada vez mais, demandados a promover ações educativas e culturais socialmente transformadoras, necessárias para que as diferenças sejam expressões de diversidade e deixem de ser mobilizadas para construir desigualdades que hierarquizam vidas e forjam grupos menos merecedores de seus direitos e existências.

A seguir, apresentamos o depoimento de Margarida⁴⁹,

⁴⁹ Nome fictício de uma das entrevistadas por Ohana Pageú em sua pesquisa de mestrado (PAGEÚ, 2017).

uma das pessoas entrevistadas por Pageú (2017) em sua Dissertação de Mestrado em Geografia intitulada: “Parar um minuto, olhar para trás e seguir adiante: organização de mulheres do MST no assentamento 10 de abril”. A pesquisadora nos cedeu, gentilmente, parte das transcrições da entrevista com Margarida.

Margarida de Santa do Cariri

Liderança do grupo de Mulheres do Assentamento 10 de abril –
município do Crato
Liderança do Movimento Sem Terra

“

Eu sou Margarida de Santana do Cariri, meus pais são trabalhadores e vieram aqui pra ocupar a terra. Eu vim ainda na adolescência, jovem, sem saber o que era nada e entrei. Meus pais eles orientaram, meu pai é agricultor, sempre trabalhou na roça e ele sempre incentivava, minha mãe também. Eu percebia mesmo que diante dos relatos, as mulheres sempre tinham um destaque. Quando falava, quando pedia a palavra, “não, eu quero falar, minha fala tá inscrita aí”. Isso eu percebi muito, muito mesmo.

Eu depois que comecei a participar do Movimento Sem Terra e de participar de encontros sobre as mulheres, cheguei aqui e planejamos juntos e a gente fez uma peça das Margaridas e serviu de gozação. Depois eu me prontifiquei e disse que era preciso que respeitassem, assim como são as mulheres aí da mídia dança e faz aquilo, nós também tinha valor e era preciso que respeitassem. Ainda nós dizia “somos tão bonitas as feiticeiras, dançando agora somos companheiras” e nós dançava, aquela alegria, senhora de terceira idade dançando e eles não gostaram.

Depois, quando eles tomaram posição, até meu marido mesmo disse “eu nunca vi na terra pessoas pra ter palavras e ter garra que nem vocês, mas também eu acredito, eu acredito que nós somos capaz”. Ainda hoje me dói essa frase, que eu ouvi dele e de muitos. Se nós tivesse condição, se o governo olhasse pra nós, nós tinha quadra de esporte, nós tinha um assentamento cheio de árvore, cheio de fruta e a gente via que não era todos que tinham esse pensamento, mas uns que já vinham sem essa cultura, mas não é por isso que nós desistimos não.

Conseguimos, e ainda hoje nós vamos pras assembleias, conversamos, vamos pra encontro e eu to feliz por estar aqui, só que a falta de consciência faz com que a organização caia (MARGARIDA apud PAJEÚ, 2017, p. 95).

Dona Margarida, agricultora do semiárido caririense, representa-nos ao relatar um pouco da sua vida e da luta das mulheres do sertão, do Movimento Sem Terra.

A mulher tem um papel importante na garantia da segurança alimentar da família. Ela planta ao redor de casa para o consumo familiar e para a comercialização, quando possível. Além de estar à frente das atividades das hortas, executa, de diversas formas, atividades relacionadas ao manejo dos recursos naturais e a conservação da biodiversidade, como a produção e troca de sementes e mudas com suas vizinhas.

No semiárido, a segurança hídrica da família recai, também, sobre a mulher. Apesar do abastecimento de água ser uma tarefa essencial à vida de todos os membros da família e se caracterizar como uma tarefa fisicamente desgastante, essa atividade não é valorizada, sendo considerada como uma tarefa “natural” da vida de uma mulher. Ou seja, fica sobre a responsabilidade das mulheres todo o trabalho de manejo, controle e distribuição da água usada para beber, para higiene pessoal da família, para cozinhar, para a irrigação das hortas e pomares ao redor de casa e para os pequenos animais (FERREIRA, 2016).

O movimento de mulheres do semiárido se insere dentro das ações dos movimentos populares de luta pela terra. A participação de lideranças femininas nos espaços políticos foi uma conquista que quebrou a “[...] homogeneidade do espaço, abrindo a possibilidade de produção de novos lugares com novos rostos e perspectivas diferentes da luta” (PAGEÚ, 2017).

É necessário que pautas como a luta contra o machismo que interfere na inserção das mulheres nos espaços políticos e de produção, o combate à violência doméstica no campo e o estímulo à participação política das mulheres sejam visibilizadas e encampadas pelos diversos movimentos de mulheres do semiárido, no sertão e dentro das cidades.

O depoimento a seguir, de Carolina Santos, foi retirado do evento “III Diálogo – Mulheres em Movimento: Fornecendo Alianças Globais⁵⁰”, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, de 24 a 27 de setembro de 2019. Na ocasião, ficamos atentas ao depoimento de Carolina Santos, mulher portadora de deficiência devido a violência doméstica sofrida. Consideramos, portanto, positivo compartilhar o seu depoimento, de forma indireta, neste módulo. Carolina Santos é coordenadora do Grupo Inclusivas, do Rio Grande do Sul, e integrante do Comitê do Observatório da Violência Obstétrica no Brasil.

Quando tinha 17 anos, o ex-namorado, inconformado com a separação, atirou contra ela, matou o atual namorado e depois se suicidou. Carolina demorou 15 anos para entender que o sofrimento que sentia não era por conta da cadeira de rodas e conseguiu enxergar que a culpa que carregava durante tantos

⁵⁰ Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/encontro-internacional-reune-mulheres-para-aliancas-globais/>. Acesso em: 08 dez. 2019.

anos, na verdade não era sua, pois ela era uma vítima de toda a situação de violência que tinha sofrido. Não era culpada, mas sim, uma vítima da brutalidade.

Atualmente, como coordenadora do Grupo Inclusivas, ela integra um coletivo de mulheres com deficiência que querem encorajar a denúncia e visibilizar a violência doméstica.

Para o Inclusivas, somente a acessibilidade universal pode assegurar a efetiva inclusão das mulheres com deficiência em condições de igualdade no mundo dos direitos.

Desde 2016, o coletivo realiza o projeto *Todas São Todas*⁵¹ com o objetivo de promover a incorporação da perspectiva e das necessidades específicas das mulheres com deficiência às políticas existentes de enfrentamento à violência doméstica, bem como as demais políticas públicas para as mulheres.

Carolina nos representa por visibilizar as mulheres com deficiência a partir da sua história e trabalho com o Coletivo Inclusivas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), existem em nosso país 25.800.681 mulheres com deficiência, o equivalente a 26,5% da população. Essa categoria de mulheres é estigmatizada e rotulada. Na maioria das vezes, são invisibilizadas e colocadas à margem das políticas públicas. Além das barreiras de mobilidade urbana, atendimento em saúde, educação, segurança, emprego, renda e lazer, a rede de atendimento à violência contra a mulher não está preparada para acolhê-las com dignidade e respeito.

Em 2008, o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência⁵² e reconheceu que as mulheres e meninas com deficiência estão sujeitas a múltiplas formas de discriminação e que, portanto, tomaria as medidas apropriadas para assegurar o pleno desenvolvimento e empoderamento dessas mulheres.

O Grupo Inclusivas surgiu da articulação de ativistas e lideranças propiciada pelo 1º Seminário Mulheres com Deficiência

⁵¹ Disponível em: <http://todassao todas.blogspot.com/>. Acesso em: 08 dez. 2019.

⁵² Disponível em: https://brasa.org.br/convencao-das-nacoes-unidas-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia/?gclid=CjwKCAiA27LvBRB0EiwAPc8XWXYFGKyMooXkyOz3BK2UuE_OipmEquHwDeeco2TlrxU_wVJQDuXYRoCfy0QAvD_BwE. Acesso em: 08 dez. 2019.

e Políticas Públicas⁵³ realizado em 2014 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O grupo visa construir, de forma autônoma, ações de empoderamento e defesa dos direitos humanos e cidadania.

3.4 a violência de gênero

*Meu choro não é nada além de carnaval
É lágrima de samba na ponta dos pés
A multidão avança como vendaval
Me joga na avenida que não sei qualé*

*Pirata e super homem cantam o calor
Um peixe amarelo beija minha mão
As asas de um anjo soltas pelo chão
Na chuva de confetes deixo a minha dor*

*Na avenida, deixei lá
A pele preta e a minha voz
Na avenida, deixei lá
A minha fala, minha opinião*

*A minha casa, minha solidão
Joguei do alto do terceiro andar
Quebrei a cara e me liberei do resto dessa vida
Na avenida, dura até o fim*

*Mulher do fim do mundo
Eu sou e vou até o fim cantar*



**Mulher do fim do mundo –
Elza Soares/Romulo Fróes**

A música interpretada por Elza Soares revela uma ferida aberta em nossa sociedade, que tanto a cantora como muitas brasileiras já sofreram e ainda sofrem: a violência.

Como bem canta a intérprete, o choro das mulheres se torna carnaval e a lágrima se transforma em samba dançado na ponta dos pés quando a violência vira espetáculo, veiculada pelos meios midiáticos da forma mais amadora possível, invadindo a vida, não aprofundando as principais questões que levam a atos criminosos, culpabilizando nossos corpos e atitudes.

⁵⁰ Disponível em: <http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br>. Acesso em: 08 dez. 2019

Pense rápido! Você, educadora, já sofreu algum tipo de violência pelo fato de ser mulher? Ou você, educador, conhece ou já presenciou algum tipo de violência contra mulheres?

Uma pesquisa elaborada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e pelo Instituto Datafolha no início de 2019 revela que nos últimos doze meses⁵⁴, 27,4% das mulheres sofreram ao menos algum tipo de violência. A conta é simples: a cada 10 mulheres, quase 3 sofrem violência no Brasil.

Figura 1 -Violência contra a mulher



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública⁵⁵.

⁵⁴ Essa pesquisa conta os meses anteriores a fevereiro de 2019. É uma pesquisa quantitativa elaborada pelo FBSP e pelo Instituto Datafolha. As entrevistas foram realizadas em 130 municípios de pequeno, médio e grande porte, no período de 04 a 05 de fevereiro de 2019. A amostra total de mulheres foi de 1.092 entrevistas, sendo que desse total 897 aceitaram responder o Módulo de autopreenchimento (78%). A amostra total nacional foi de 2.084 entrevistas. A pesquisa procurou levantar informações sobre a percepção da violência contra a mulher e sobre a vitimização sofrida em relação aos fenômenos da violência e do assédio, segundo os tipos de eventos, o perfil da vítima e do agressor, o contexto onde ocorrem e as atitudes tomadas frente à violência, de modo a produzir informações sobre tema.

⁵⁵ Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-2-edicao/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

Prevalecem as ofensas verbais reportadas por 21,8% das mulheres, seguidas por um conjunto de agressões físicas que englobam bater, empurrar, chutar, jogar objetos, espancar, tentar estrangular, que somadas atingiram 16,5% das mulheres. Casos de ameaça de agressão, incluindo ameaça com faca ou arma de fogo, de amedrontamento e perseguição atingiram 22,5% das mulheres, enquanto 1,7% foram vítimas de esfaqueamento ou tiro. Sinalizando a prevalência da arma de fogo como instrumento, vale indicar que a vitimização por tiro atingiu 0,9% das mulheres e a ameaça com arma de fogo ou faca, conjuntamente, 3,9%. Casos de ofensa sexual foram reportados por 8,9% das mulheres.

A pesquisa também revela que 42% das mulheres sofreram violência considerada mais grave em sua casa, enquanto 29,1% afirmaram ter sofrido a violência na rua. Internet e trabalho correspondem a 8,2% e 7,5% do total, respectivamente, seguidos por bar/balada (2,7%) e escola/faculdade (1,4%). Quando se observa o perfil do agressor, permanece o padrão de pessoas conhecidas da vítima em sua grande maioria (76,4%).

A vitimização prevalece entre as mais jovens, alcançando 42,6% das mulheres na faixa de 16 a 24 anos e diminui conforme aumenta a idade. Esse dado confirma que nossa sociedade ainda está marcada pela ideologia adultocêntrica em que os adultos exercem o poder (político, econômico, social) sobre os mais jovens.

A questão racial também é preponderante ao indicar que são as mulheres negras que estão entre as maiores vítimas de violência. “Considerando o tipo de agressão, sobressai a vitimização da mulher negra por ofensa sexual (9,5%)”, do mesmo modo “o percentual de mulheres pretas que afirmaram ter sofrido violência na rua (39,7%) é muito maior em comparação com as mulheres brancas (23,2%)”. (NEME; SOBRAL, 2019, p. 13).

O local e o tipo de violência (ofensa sexual) sofrida pelas mulheres negras é preponderante quando se trata desta população que tem dupla e até tripla condição de desigualdade estampada em seus corpos e na sua sobrevivência. São ora hipersexualizadas e/ou tratadas como amas de leite, domésticas, pois o senso comum racista convencionou os seus lugares na cozinha. Sim, as mulheres negras lutam cotidianamente para existirem, por suas vidas.

Outro dado relevante do estudo considera o grau de escolaridade das entrevistadas e revela que o percentual de

violência sofrida em casa cai conforme aumenta a escolaridade, enquanto o percentual de violência sofrida na rua, na internet e no trabalho, cresce. Fazendo o cruzamento entre o grau de escolaridade e o ingresso no mercado de trabalho percebemos que as mulheres que trabalham fora de casa sofrem mais violência na rua⁵⁶, visto que estão mais expostas a outros tipos de agressões.

Por fim, observamos nessa pesquisa que a maioria das mulheres não toma atitude frente à violência sofrida (52%). Dentre as que buscaram algum tipo de ajuda, apenas 22,2% procuraram órgãos oficiais, enquanto 29,6% procuraram órgãos não oficiais, tais como a família, amigos e igreja. Além disso, a denúncia das vítimas é inversamente proporcional ao grau de escolaridade.

Ao observar esses elevados índices constatamos que as leis, por si só, não têm o poder de transformar a realidade. Leis são importantes instrumentos para prevenção, conscientização e repressão, mas devem ser implementadas para que tenham efetividade.

Sabemos que o Brasil promulgou leis reconhecidas entre as melhores do mundo, tais como: a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006)⁵⁷, fruto da luta do movimento de mulheres; as tipificações dos crimes de estupro, como o Artigo 213 do Código Penal (BRASIL, 2017); a lei da importunação sexual (BRASIL, 2018); além da lei do Feminicídio (BRASIL, 2015). Essas legislações foram criadas para a defesa das mulheres, mas o Brasil ainda permanece recordista em índices de violência. Assim, podemos destacar a seguinte indagação:

Pode uma lei convencer alguém a não praticar uma determinada conduta ou impedir que as mulheres sofram violência?

Quais são os efeitos sociais trazidos por toda essa legislação de combate à violência contra a mulher?

⁵⁷A Lei Maria da Penha não constitui norma penal, mas sim um complexo de políticas públicas que incluem determinações sobre o funcionamento do Poder Judiciário atendendo às especificidades do conflito da violência doméstica (ZAPATER, 2019).

⁵⁶ A rua aqui se refere ao espaço público conforme analisa Roberto DaMatta em “A Casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil” (ROCCO, 2000).

Dentre as violências sofridas pelas mulheres (aqui incluímos as diversas identidades, orientações sexuais e formas de ser mulher – cis⁵⁸, trans, travesti, homossexual, bissexual, lésbica) destacamos dois tipos que nos atingem e que foram tipificadas na forma da lei como crimes: a importunação sexual e o feminicídio.

A lei 13.718/2018 que tipifica o crime de Importunação Sexual, segundo Zapater⁵⁹(2019) “[...] não foi pensada a partir de diagnósticos trazidos de observações empíricas, mas sim buscou atender o clamor popular gerado pela repercussão na imprensa de determinados casos graves de violência sexual contra mulheres” (ZAPATER, 2019, p. 33).

Importunação sexual

Art. 215-A. Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o ato não constitui crime mais grave (BRASIL, 2018).

Essa lei cria um novo “tipo penal de conteúdo residual” em relação ao crime de estupro pela inclusão da expressão “se o ato não constitui crime mais grave” (o que facilita em muito a atividade de interpretação da norma⁶⁰). Ela também revogou o artigo 61 da Lei de Contravenções Penais impossibilitando a prática judicial de desclassificação de qualquer conduta sexual praticada sem violência física ou grave ameaça, embora não consentida, para a antiga contravenção de importunação ofensiva ao pudor (ZAPATER, 2019).

Trocando em miúdos, com a Importunação Sexual tipificada como lei

⁵⁸ **Cis** é o indivíduo que se apresenta ao mundo e se identifica com o seu gênero biológico. Por exemplo, se foi considerada do sexo feminino ao nascer, usa nome feminino e se identifica como uma pessoa deste gênero, esta é uma mulher “cis”.

Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/03/19/glossario-de-genero-entenda-o-que-significam-os-termos-cis-trans-binario.htm>. Acesso em: 10 de fev. de 2020.

⁵⁹ Para entender a construção histórica dessa lei, veja o texto “Visível e invisível: a vitimização das mulheres no Brasil” (ZAPATER, 2019).

⁶⁰ Referimo-nos ao caso do homem que ejaculou no pescoço de uma passageira de ônibus em São Paulo. A fundamentação do juiz para decidir libertar o rapaz foi que não houve “constrangimento, tampouco violência ou grave ameaça, pois a vítima estava sentada em um banco de ônibus quando foi surpreendida pela ejaculação do indiciado” (ZAPATER, 2019, p. 29).

(e revogando também artigos de outras leis) algumas modalidades de assédio mais relatadas pelas mulheres na pesquisa “A vitimização de mulheres no Brasil”⁶¹ tais como: cantadas, comentários desrespeitosos no trabalho ou na rua, não encontram nenhuma sustentação legal de punição na legislação penal brasileira.

Quanto ao feminicídio é necessário observar o seu conceito compreendido como assassinato de mulheres em contexto de desigualdade de gênero, ou seja, é designado feminicídio o assassinato de mulheres simplesmente pelo fato da sua condição feminina. A Lei do feminicídio de nº. 13.104/15 ocasionou efeitos nos campos jurídico, social e político, sendo tipificado como crime hediondo o assassinato de mulheres. Apesar dos estudos qualificarem anteriormente o fenômeno, os casos eram tratados como homicídios “passionais” motivados pelo ciúme e/ou a traição da mulher, não sendo vislumbrado relações de poder e controle sobre os corpos femininos. Na atualidade, ainda se vislumbram cenários que desqualificam a mulher tornando-a vulnerável em virtude de sua trajetória biográfica e comportamental (VILLA, 2019).

Segundo o Atlas da Violência 2019⁶², 4.936 mulheres foram assassinadas em 2017 no Brasil (maior número em 10 anos). Isso significa dizer que 13 mulheres morreram por dia neste período em nosso país e o Ceará é o 4º colocado nas maiores taxas de feminicídio (8,1%).

Outro dado importante revela que os homicídios dentro de casa cresceram 17,1%, o que comunga com a pesquisa citada de que o local de maior violência sofrida pelas mulheres ainda é o lar. Companheiros e familiares estão entre os maiores violentadores e assassinos.

Do total de homicídios contra mulheres, 28,5% ocorrem dentro da residência, (39,3% se não considerarmos os óbitos em que o local do incidente é ignorado). Muito provavelmente esses são casos de feminicídios íntimos que decorrem de violência doméstica.

Embora a maioria dos assassinatos de mulheres

⁶¹ Ao serem perguntadas sobre assédio na referida pesquisa, estas foram as duas modalidades mais citadas pelas mulheres: recebeu cantadas, comentários desrespeitosos quando estava andando na rua (32,1%); recebeu cantadas ou comentários desrespeitosos no ambiente de trabalho (11,5%).

⁶² Ação combinada do IPEA e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019b).

aconteça no contexto de uma relação íntima, no ambiente doméstico familiar, essa recorrência não deve ser confundida com uma regra geral. Os feminicídios podem acontecer no âmbito de outras relações.

O Dossiê Feminicídio (PRADO; SANEMATSU, 2017)⁶³ nos mostra a frequência dos assassinatos e abandono do corpo das mulheres, muitas vezes com marcas de violência sexual e lesões em regiões do corpo que denotam feminilidade ou conotação sexual – como rosto, seio, ventre e genitais, por exemplo – indícios de que os crimes são praticados com crueldade e uso de tortura. Há ainda outras situações que podem ocultar razões de gênero e que comumente caem na vala comum dos crimes relacionados à violência urbana.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres – Feminicídios⁶⁴ (ONU MULHERES, 2016), os feminicídios podem envolver violência doméstica e familiar, violência sexual, tráfico de mulheres para fins de exploração sexual e a exploração sexual de meninas e adolescentes. Podem acontecer em circunstâncias associadas ao crime organizado, como a disputa de territórios e os confrontos entre quadrilhas. Variados autores podem protagonizar esses atos, além de homens e parceiros podemos ter ações praticadas individualmente ou por grupos ligados à redes de prostituição, tráfico de drogas, tráfico de pessoas ou outras formas de crime organizado.

⁶³ Realizado pelo Instituto Patrícia Galvão.

⁶⁴ As Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres – Feminicídios foram especialmente adaptadas à realidade social, cultural, política e jurídica do Brasil em 2016. O documento reúne elementos para aprimorar a resposta das instituições públicas nas diversas etapas, desde a investigação policial e julgamento até a garantia dos direitos de vítimas sobreviventes ou indiretas. As diretrizes contribuem ainda para evidenciar as razões de gênero a partir da análise, em cada caso, das circunstâncias do crime, das características do agressor e da vítima e do histórico de violência. Esse documento é uma versão adaptada do Modelo de Protocolo latino-americano para investigar as mortes violentas de mulheres por razões de gênero (femicídio/feminicídio), elaborado pelo Escritório Regional da ONU Mulheres e o Escritório Regional do Alto Comissariado de Direitos Humanos (2014). Versão online disponível em: www.onumulheres.org.br. Acesso em 10 fev. 2020.

Quadro 1 – Razões de desigualdades de gênero na prática das mortes violentas das mulheres

- Sentimento de posse sobre a mulher.
- Controle sobre o corpo, desejo, autonomia da mulher.
- Limitação da emancipação profissional, econômica, social ou intelectual da mulher.
- Tratamento da mulher como objeto sexual.
- Manifestação de desprezo pela mulher e pelo feminino.

Fonte: Diretrizes Nacionais Feminicídio (ONU MULHERES, 2016).

O Atlas da Violência 2019 apresenta também a desigualdade racial materializada em números de feminicídios. Enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%. Em números absolutos a diferença é ainda mais brutal, já que entre não negras o crescimento é de 1,7% e entre mulheres negras de 60,5%. Considerando apenas o último ano disponível, a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 3,2 a cada 100 mil mulheres não negras, ao passo que entre as mulheres negras a taxa foi de 5,6 para cada 100 mil mulheres neste grupo (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019b).

A desigualdade racial pode ser vista também quando verificamos a proporção de mulheres negras entre as vítimas de violência letal: são 66% de todas as mulheres assassinadas no país em 2017. O crescimento muito superior da violência letal entre mulheres negras em comparação com as não negras evidencia a enorme dificuldade que o Estado brasileiro tem de garantir a universalidade de suas políticas públicas.

A nossa sociedade está alicerçada em um racismo estrutural⁶⁵ que manipula nossas relações e controla as instituições sociais, políticas e econômicas. Ou seja, no modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção.

⁶⁵ Ver livro “Racismo estrutural”, de Almeida (2019).

Se para todas as mulheres a luta maior é para sobreviver, para nós, mulheres negras, a luta é pelo direito de existir enquanto ser. Somos marcadas em nossos corpos como mercadoria, mão de obra inferior, hipersexualizadas, lascivas, de comportamento duvidoso e propícia ao estupro.

Ser mulher negra no Brasil é cotidianamente um perigo. Vivemos todos os dias escapando de morrer, pela ausência das políticas, pela ausência do trabalho, garantia da sobrevivência.

O racismo é um fator determinante para o número elevado de feminicídios no Brasil. O legado histórico da colonização e o desenvolvimento econômico baseado na escravidão e exploração da população negra não só aumentam o risco de violência fatal, como geram condições de vida muito desiguais.

Os indicadores sociais brasileiros, quando avaliados na perspectiva das mulheres negras, revelam um contexto de desigualdades que potencializam o risco de vida, prejudicam o acesso à justiça e a outros serviços que devem ser garantidos pelo Estado e reforçam caminhos de desvalor de vidas. (PRADO; SANEMATSU, 2017).

O Brasil é o 5º país com maior taxa de homicídio de mulheres⁶⁶. Todos os dias, um número significativo de mulheres, jovens e meninas são submetidas a alguma forma de violência no Brasil. Assédio, exploração sexual, estupro, tortura, violência psicológica, agressões por parceiros ou familiares, perseguição, feminicídio. Sob diversas formas e intensidades, a violência de gênero é recorrente e se perpetua nos espaços públicos e privados, encontrando nos assassinatos a sua expressão mais grave.

A violência contra mulheres LGBT⁶⁷ também é uma constante, apesar de não vermos estatísticas concretas nas pesquisas apresentadas em 2019. Para as mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis, a possibilidade da violência em casa e/ou fora dela, acaba sendo um dado da existência devido à conjugação dos vários preconceitos que enfrentam no cotidiano. São normas que impõem uma situação de vulnerabilidade às mulheres que não se enquadram em uma suposta linearidade entre sexo, gênero e desejo associados a determinadas expectativas. As mulheres trans, bissexuais, lésbicas, travestis ou quaisquer outras que não se encaixam nos ideais de feminilidade e heterossexualidade ficam assim mais suscetíveis à violação de

⁶⁶ Segundo dados do Instituto Patrícia Galvão.

⁶⁷ Veremos nos Módulo IV e V acerca da população LGBT.

seus direitos sociais e humanos.

É fato notório: o crime de feminicídio é uma violência anunciada, visto que é a etapa final de um contínuo de violências. O alinhamento dos dados do feminicídio com os da pesquisa anteriormente citada nos permite afirmar que as dinâmicas da maior parte dos casos de assassinatos de mulheres ocorridos no Brasil se relacionam com as pesquisas de violência, especialmente no que tange à intensidade desse ato, podendo ir da ofensa moral ao extermínio. Infere-se que as violências visíveis e invisíveis esboçadas pela pesquisa se assemelham a degraus escalonados de uma espécie de violência cujo ápice é o feminicídio (VILLA, 2019).

Nesse sentido, diante dessas realidades violentas o Dossiê Feminicídio destaca três aspectos importantes para a nossa reflexão:

- 1)** As discriminações contra as mulheres causam e perpetuam violências que podem atingir o extremo da letalidade;
- 2)** O desfecho fatal é com frequência parte de um contínuo de violência e, portanto, poderia ser evitado;
- 3)** O Estado é responsável, por ação ou omissão, pela perpetuação de ‘mortes evitáveis’.

E você, o que pensa acerca desse cenário de horror? Para além da legislação, como podemos, enquanto educadoras e educadores, problematizar e modificar essa realidade?

Os dados apresentados aqui indicam que a violência é uma constante presente no cotidiano das mulheres brasileiras e superá-la envolve o acolhimento da vítima, o acesso à justiça, a punição do agressor, mas também estratégias de prevenção que trabalhem a origem de todas essas diferentes manifestações de violência. Qualquer política que se pretenda efetiva no enfrentamento da violência contra as mulheres precisa, necessariamente, incluir um componente que busque suas raízes culturais e a necessidade de desconstrução das normas sociais que contribuem para a desigualdade de gênero.

Nossa arma é a nossa voz para lutar, denunciar, ter coragem e acima de tudo dororidade⁶⁸, a cumplicidade entre mulheres negras. A dor provocada em todas as mulheres pelo

⁶⁸ Conceito criado por Vilma Piedade, pois para ela a sororidade não abarca a condição das mulheres negras, mas a dor é que une todas elas. Para conhecer mais sobre o assunto indicamos a leitura do livro “Dororidade”, de Piedade (2017).

machismo, racismo, homofobia nos une e apesar do sistema combinar de nos matar, nós combinamos de não morrer. Fazamos como a Maria da Vila Matilde!

*Cadê meu celular?
Eu vou ligar pro 180
Vou entregar teu nome
E explicar meu endereço
Aqui você não entra mais
Eu digo que não te conheço
E jogo água fervendo
Se você se aventurar*

*Eu solto o cachorro
E, apontando pra você
Eu grito: péguix guix guix guix
Eu quero ver
Você pular, você correr
Na frente dos vizinhos
Cê vai se arrepender de levantar a mão
pra mim*

Maria da Vila Matilde
Elza Soares (Douglas Germano)

3.5

o desafio da escola



A escola enquanto *lócus* de formação e ação da juventude não pode *cruzar os braços* diante do cenário discutido neste módulo. É fundamental o engajamento de toda a comunidade escolar na efetivação e divulgação dos direitos e dignidade das mulheres, rumo ao enfrentamento do quadro de violência em torno do feminino.

Nesse sentido, é fundamental que a escola apresente propostas pautadas na equidade entre os gêneros. A pesquisa realizada por Medeiros (2017), junto a professores de Educação Básica, evidenciou que existe um julgamento em torno das relações de gênero por parte dos professores. Eles acreditam que as meninas são mais sexualizadas do que os meninos, o que repercute em seus comportamentos. É como se as meninas “se

oferecessem” sexualmente para os meninos que ficam no lugar de “presas fáceis”.

O discurso docente se evidenciou moralizante, à medida que as mulheres são culpabilizadas, de certa forma, pelo erotismo masculino. Enquanto que aos meninos é permitido transitar em alguns espaços sem blusa ou realizar movimentos eróticos, as meninas devem permanecer recatadas e qualquer expressão de suas sexualidades é vista como desvio de conduta.

Segundo a Orientação Sexual presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), as discussões de gênero devem perpassar todas as disciplinas escolares. Assim, a escola deve abordar os temas não somente em datas comemorativas como o Dia da Mulher (08 de março), mas em sala de aula a partir das disciplinas escolares.

A Disciplina de Educação Física, por exemplo, é um ótimo espaço para a desconstrução de estereótipos de gênero, uma vez que meninos e meninas podem praticar jogos juntos, sem hierarquizações. As filas, muito comum em rotinas escolares, não devem ser realizadas por gênero, o que ainda ocorre em algumas escolas. É inadmissível que ainda hoje professores julguem seus alunos de acordo com o gênero, situação em que os meninos, muitas vezes por apresentarem um comportamento mais conflituoso (isso não é regra), acabam sendo avaliados negativamente.

Ao longo do ano, a escola pode apresentar várias campanhas educativas em que seja possível abordar diferentes formas de ser mulher (destacamos algumas logo mais). As discussões de gênero, a violência contra a mulher e as diversidades sexuais cada vez mais se inserem nos conteúdos escolares das avaliações externas, como o Enem. Portanto, são inúmeros os fatores que justificam o debate na instituição escolar.

Trata-se de uma questão de cidadania a abordagem do tema na escola, uma vez que meninos e meninas acabam sendo vítimas de uma educação patriarcal, portanto, pautada em princípios machistas, racistas e homofóbicos.

A juventude tem se mostrado aberta ao debate. É comum existir em escolas grupos de resistência contra o machismo, o racismo e a homofobia. Alunas criam grupos para discutir as questões de violência contra a mulher, alunos LGBTs

criam grupos para discutir a homofobia. Os meninos também participam dessas discussões, pois se entende que eles não são culpados pela violência apenas por serem homens. Não! Este módulo destacou essa questão.

Alguns profissionais podem justificar a ausência do debate em torno dessas questões argumentando que não possuem formação para tanto, conforme evidenciado pela pesquisa de Medeiros (2017). Porém, não se justifica, uma vez que é possível dar seguimento ao processo de formação continuada, seja através de cursos de especialização, mestrado e doutorado ou através da leitura de livros, artigos e até mesmo vídeos no YouTube.

3.6 dicas de filmes



As sufragistas

Direção: Sarah Gavron. Reino Unido, 2015.

Frida

Direção: Julie Taymor. EUA, 2003.

Eu não sou um homem fácil

Direção: Eléonore Pourriat. França, 2018.

Suprema

Direção: Mimi Leder. EUA, 2019.

Até o limite da honra

Direção: Ridley Scott. EUA, 1997.

Vingança

Direção: Coralie Fargeat. França, 2017.

3.7 dicas de séries

As Telefonistas, 2017.

O Mundo Sombrio de Sabrina, 2018.

Sex and the City, 2004.

3.8 campanhas educativas

8 de Março – O Mês da Mulher

O Dia Internacional da Mulher é uma data comemorativa que foi oficializada pela Organização das Nações Unidas na década de 1970. Essa data simboliza a luta histórica das mulheres para terem suas condições equiparadas às dos homens. Inicialmente, essa data remetia à reivindicação por igualdade salarial, mas atualmente simboliza a luta das mulheres não apenas contra a desigualdade salarial, mas também contra o machismo e a violência⁶⁹.

29 de Agosto - Dia Nacional Pela Visibilidade Lésbica

O Dia Nacional da Visibilidade Lésbica no Brasil é 29 de agosto. A data foi escolhida por ocasião do 1º Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), que aconteceu em 1996. Organizado pelo Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (COLERJ), grupo que existia na época, usou o tema “Visibilidade, Saúde e Organização” para falar sobre sexualidade, prevenção de ISTs e HIV/AIDS, trabalho e cidadania⁷⁰.

25 de Setembro - Dia Laranja Pela Eliminação da Violência contra as Mulheres

O Dia Laranja Pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, celebrado no dia 25 de setembro, ressalta o compromisso mundial de adoção da Agenda pelo Desenvolvimento Sustentável 2030. Esse documento reconhece que a igualdade de gênero, o empoderamento das mulheres e a eliminação da violência contra mulheres e meninas são centrais para o desenvolvimento sustentável⁷¹.

25 de Novembro - Dia Internacional Para Eliminação da Violência contra as Mulheres

O Dia Internacional para Eliminação da Violência contra as Mulheres é o 25 de novembro. A data é usada para chamar a atenção

⁶⁹ Texto retirado do site Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-da-mulher.htm>. Acesso em: 10 fev. 2020.

⁷⁰ Texto retirado do site MDEMULHER. Disponível em: <https://mdemulher.abril.com.br/estilo-de-vida/por-que-29-de-agosto-e-o-dia-nacional-da-visibilidade-lesbica/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

⁷¹ Texto retirado do site ONU Mulheres Brasil. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/dia-laranja-celebra-o-compromisso-pela-igualdade-de-genero-na-agenda-pelo-desenvolvimento-sustentavel-2030/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

sobre o tema, alertando para os efeitos negativos de diversos tipos de violência, como o assédio sexual e o feminicídio a que mulheres são submetidas⁷².

06 de Dezembro - Campanha do laço Branco - Dia Nacional Para Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres

O Laço Branco é uma campanha internacionalmente conhecida que existe há 24 anos no Canadá depois que o jovem Marc Lepine, de 25 anos, entrou armado numa escola de Montreal e atirou contra 14 mulheres sob a alegação de que odiava feministas. Marc suicidou-se logo em seguida e deixou uma carta com uma lista de 19 feministas que ele pretendia matar. Desde então, homens canadenses lançaram a campanha para mostrar ao mundo que, apesar de existirem aqueles que agredem mulheres, há também os que repudiam e não se calam diante da violência⁷³.



atividade escolar/eletiva

AS RELAÇÕES DE GÊNERO

PROPOSTA 1

3º ENCONTRO:

ELES COMBINARAM DE NOS MATAR E A GENTE COMBINOU DE NÃO MORRER

Objetivo:

- Entender a problemática da violência de gênero, especialmente o feminicídio.

Acolhida:

- Desejar boas-vindas e informar sobre a temática e seus objetivos.

⁷² Texto retirado do site Estadão. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,dia-internacional-para-eliminacao-da-violencia-contra-as-mulheres-veja-informacoes-sobre-o-tema,70003102175>. Acesso em: 10 fev. 2020.

⁷³ Texto retirado do site do Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/laco-branco-homens-poderao-expor-apoio-no-combate-a-violencia-contra-mulher>. Acesso em: 10 fev. 2020.

- A sala pode estar decorada com imagens de mulheres assassinadas e/ou de reportagens sobre violência de gênero.

- Na entrada, cada participante recebe uma tarjeta com a frase para completar: Estou viva(o) porque...

Dinâmica:

- Cada participante completa a frase e em voz alta responde (um a um entre homens e mulheres).

- Em seguida pede-se para separar as respostas dos homens e as das mulheres e observar as semelhanças e diferenças das respostas entre ambos os grupos.

Problematizar:

- Os homens sofrem violência por serem homens? As mulheres sofrem violência por serem mulheres?

- Quantos de vocês já sofreram assédio (cantada, passada de mão, beijo forçado, abraço constrangedor? Para vocês, porque isso acontece?

- Como podemos identificar uma relação abusiva/violenta?

Canto:

Música do espetáculo “Ainda Vivas – Três Peças do Nós de Teatro”. Gravado dia 30 de setembro de 2019 no Estúdio Giffoni (Belo Horizonte – MG). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bC8CoHidVMg>. Acesso em: 10 fev. 2020.

Letra:

Composição musical e voz: Tatá Santana
Letra: Tatá Santana e Altemar Di Monteiro
(citação da escritora Conceição Evaristo).

*Cá estamos, frente a corpos estendidos
Existindo, buscando o nosso lar
Já cansados, trapos, juntando os cacos
Boca aberta, tentando respirar
Nessa guerra, nunca se dão por vencidos
Mente ferve, tantos para sepultar*

*Carne e pedra, nessa terra, ainda vivos
Se reúnem nesta noite...*

*Vamos juntos nos organizar
Bora dar jeito de sobreviver
Eles combinaram de nos matar
A gente combinamos de não morrer.*

*É hora de nos juntar
Bora dar jeito de se proteger
Eles combinaram de nos matar.
A gente combinamos de Não!..*

*Ainda vivo (Na rua viva)
Na quebrada vivo (no gueto vivo)
No beco, na favela
Na família
Ajuda ele, ajuda ela*

*Não morro, eu vivo (No morro viva)
No luto convivo (Na luta, ativa)
Ainda vivo
Na esquina
O corpo é dele, o corpo é dela.*

*Cabeça erguida
Corpo fechado
Olhos abertos
Boca gritando
Peito exposto
Sangue correndo*

*Perna batendo
Ainda vivos!...*

*Vida pulsando
Perna batendo
Sangue correndo
Peito exposto
Boca gritando
Olhos abertos
Corpo fechado
Ainda vivas*

*Vamos juntos nos organizar
Bora dar jeito de sobreviver
Eles combinaram de nos matar
A gente combinamos de não morrer.*

*É hora de nos juntar
Bora dar jeito de se proteger
Eles combinaram de nos matar.
A gente combinamos de Não!*

Esquentando a conversa:

- Apresentar a imagem do Atlas da violência 2019 e da Pesquisa visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil – 2ª edição.

Questão debate:

- O que as duas pesquisas e a música do espetáculo “Ainda Vivas” têm em comum?
- Quais são os tipos de violência mais comuns que as mulheres sofrem?
- Quantas mulheres você conhece que já sofreram algum tipo de violência?
- Quais são as causas da violência de gênero e do feminicídio?
- Como podemos combater esses tipos de violência?

Compromisso:

Convidar as participantes e os participantes a trabalharem com as colegas o Quiz: Será que você está em uma relação abusiva e não sabe?

- ☐ Ele controla os seus horários?
- ☐ Ele dita com quem você fala ou não?
- ☐ Ele te compara constantemente com outra pessoa?
- ☐ Ele pergunta frequentemente com quantos parceiros você já esteve?
- ☐ Você tem medo das reações dele?
- ☐ Ele fica descontrolado quando é contrariado?
- ☐ Ele te chama de burra, de louca e minimiza suas queixas?
- ☐ Ele ataca a sua autoestima? Diz que você está feia ou mal cuidada?
- ☐ Ele duvida do seu caráter?
- ☐ Ele fala mal de suas amigas e diz que elas são uma má influência?
- ☐ Ele monitora suas redes sociais?
- ☐ Ele faz chantagem emocional, diz coisas como: “Outras mulheres gostam/fazem, por que você não pode?”.
- ☐ Ele te ameaça? Ameaça seus filhos? Seus animais de estimação?
- ☐ Você já disse que iria embora e ouviu: “Você é covarde, nunca irá embora, ninguém te quer”?
- ☐ Ele diz que se vocês terminarem ele vai te matar?
- ☐ Ele fala mal da ex com frequência? Ele xinga a ex de vagabunda/vadia?
- ☐ Ele te empurra, puxa seus cabelos com violência, joga objetos em você?
- ☐ Ele é extremamente ciumento?
- ☐ Ele diz que se você não for dele não será de mais ninguém?

- ☐ Ele faz acusações infundadas? Fantasia traições que nunca aconteceram?
- ☐ Ele controla suas finanças? Ele diz o que você pode ou não fazer com seu próprio dinheiro?
- ☐ Ele já disse que te mataria?
- ☐ Ele já te agrediu fisicamente ou moralmente?
- ☐ Ele te proíbe de trabalhar ou estudar?
- ☐ Ele controla a forma como você se veste?

Se você respondeu “Sim” em, pelo menos, três dessas perguntas você está numa relação abusiva. Procure ajuda. Não é natural viver com medo, não é natural viver pedindo desculpas por algo que você não fez.

O “ELE” pode ser substituído por “ELA”. Os relacionamentos abusivos não ocorrem apenas em relações heterossexuais, nem somente com mulheres.

Não se afaste das pessoas que você gosta por causa de um relacionamento abusivo.

Trabalhe a sua autoestima.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejam todos feministas**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2018.

ASSIS, Dayane N. Conceição de. **Interseccionalidades**. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância. Salvador, UFBA, 2019.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Orientação sexual/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Lei n.º 11.340 de 2006**. Lei Maria da Penha. Senado Federal, Brasília, 2006.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Senado Federal, Brasília, 2015.

BRASIL. **Código Penal**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. **Lei 13.718 de 2018**. Tipifica os crimes de importunação sexual. Senado Federal, Brasília, 2018.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Os direitos da mulher e da cidadã**: por Olímpia de Gouges. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Rocco, 2000.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FACCHINI, Regina. **Entre umas e outras: mulheres, (homo) sexualidade e diferenças na cidade de São Paulo**. 323 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Unicamp, 2008.

FERREIRA, A. P. L. **Agricultoras do Pajeú**: Feminismo e Agroecologia no Semiárido Brasileiro. Revista Pegada. v. 17, n.1, Jul. 2016. 245p.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019a**. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2019**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo. 2019b. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

FRANCHINI, B. S. **O que são as ondas do feminismo?**. In: Revista QG Feminista. 2017. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismoeeed092dae3a>. Acesso em: 10 fev. 2020.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o estruturalismo. **Revista Estudos Feministas**. V. 13, n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000300002>. Acesso em: 10 fev. 2020.

MONTEIRO, Katani Maria Nascimento; MENDEZ, Natália Pietra. **Gênero, biografia e ensino de história**. Aedos, n. 11, vol. 4, set. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/30636>. Acesso em: abril 2016.

MEDEIROS, Jarles Lopes de. **A escola e os professores diante da problemática da sexualidade**: uma perspectiva histórico-sociológica dos discursos e das práticas educacionais. 2017. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MOUGEOLLE, Lea. **O Conceito de Interseccionalidade**. Portal Sociologia. Disponível em: <http://www.sociologia.com.br/o-conceito-de-interseccionalidade/> . julho 2015. Acesso em: 08 dez. 2019.

NASCIMENTO, Bianca Bueno do; AMORIM, Rosiane Silveira Rodrigues Veloso; MOTTA, Diomar das Graças. Sexismo e educação: produção teórica. In: VIII Fórum Internacional de Pedagogia (VIII FIPED), 2016, Imperatriz, MA. **Anais [...]**. Imperatriz, MA: Editora Realize, 2016. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/TRABALHO_EV057_MD1_SA7_ID1764_30092016225652.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

NEME, Cristina; SOBRAL, Isabela. Principais resultados - **Relatório Visível e invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil. São Paulo: Fórum N. de Segurança Pública, 2019.

ONU MULHERES. **Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_feminicidio.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

PAGEÚ, Ohana de Alencar. **“Parar um minuto, olhar para trás e seguir adiante”**: organização de mulheres do MST no assentamento 10 de abril. Dissertação (Mestrado). 112f. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

PISCITELLI, A. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Sociedade E Cultura, 11(2), 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/sec.v11i2.5247>. Acesso em maio 2019.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Maria. (Org.). **Feminicídio: #InvisibilidadeMata**. Fundação Rosa Luxemburgo. Realização: Instituto Marisa Galvão. 2017. Disponível em: https://assets-institucional-ipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2017/03/LivroFeminicidio_InvisibilidadeMata.pdf. Acesso em: < 10 fev. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **As diversas ondas do feminismo acadêmico**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/diversas-ondas-feminismo-academico/>. Acesso em: 08 dez. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

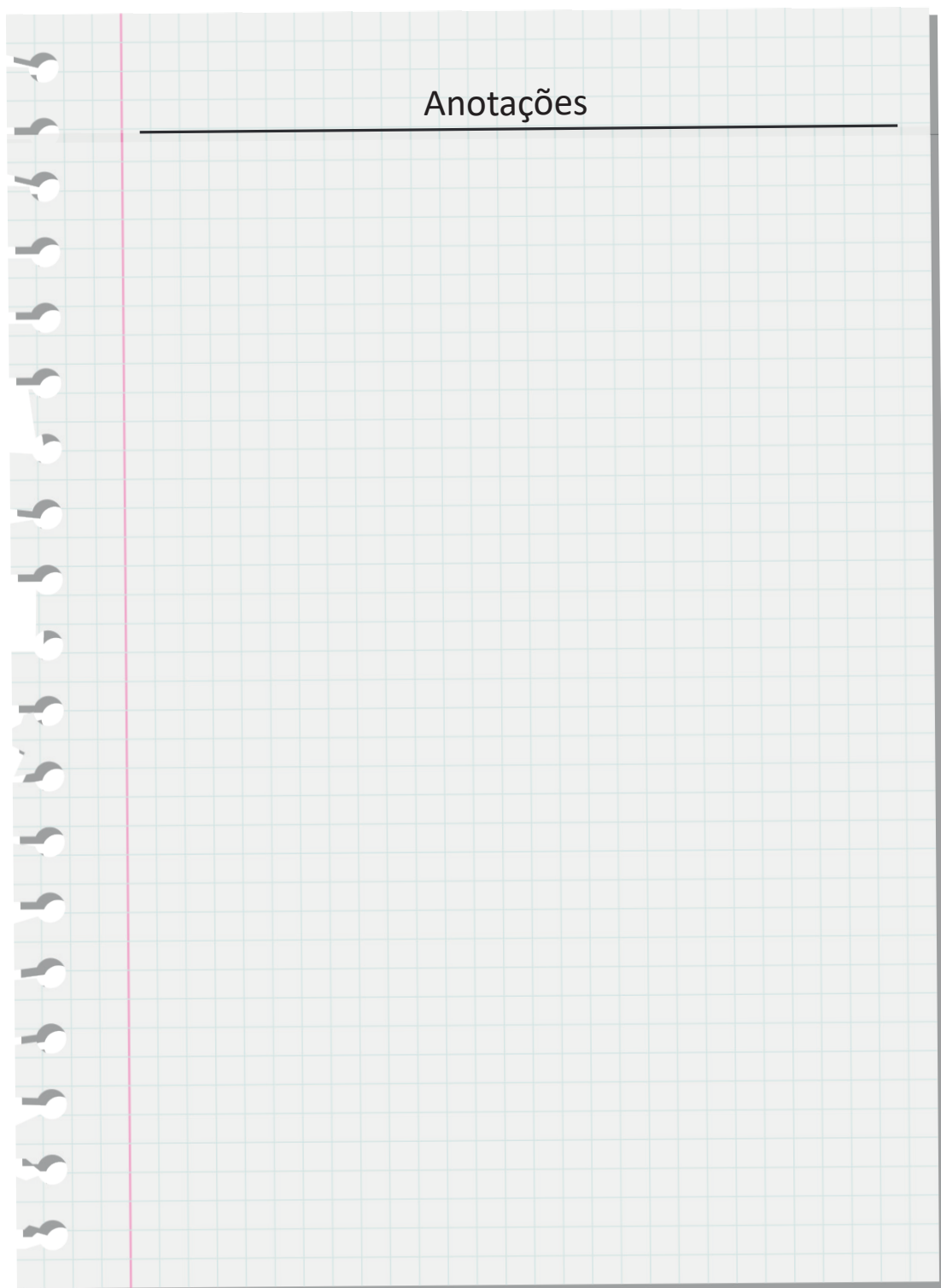
SOUZA, B. **Vamos juntas?** O guia da sororidade para todas. Editora Rio de Janeiro: Galera Record, 2016.

VILLA, Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro. Os desafios impostos pelos diferentes tipos de violência contra a mulher. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 2ª Edição. Realização Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Instituto de Pesquisas DataFolha. 2019. Disponível em: <http://www.iff.fiocruz.br/pdf/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

ZAPATER, Maíra. Pode a lei penal impedir que mulheres sejam sexualmente assediadas? In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 2ª Edição. Realização Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Instituto de Pesquisas DataFolha. 2019. Disponível em: <http://www.iff.fiocruz.br/pdf/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

Brasileiro de Segurança Pública, Instituto de Pesquisas DataFolha. 2019. Disponível em: <http://www.iff.fiocruz.br/pdf/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

ZAPATER, Maíra. Pode a lei penal impedir que mulheres sejam sexualmente assediadas? In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 2ª Edição. Realização Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Instituto de Pesquisas DataFolha. 2019. Disponível em: <http://www.iff.fiocruz.br/pdf/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.





4

a complexidade da sexualidade





a complexidade da sexualidade

Quando falamos em sexualidade estamos lidando não só com dimensões do comportamento humano, mas também com questões históricas, sociais e políticas. A sexualidade reflete as crenças, as normas, as concepções de mundo, perpassando a cultura e as identidades. Ela se relaciona com a forma como nos percebemos no mundo e lidamos com as diversas questões que nos circundam.

Dessa forma, não podemos desvincular a sexualidade das questões sociais. Em uma sociedade que teve em suas bases um processo colonial de dominação e subjugação do humano, a partir do qual diferentes povos foram escravizados e relegados à condição de subalternos, tendo seus corpos expostos e explorados em diferentes âmbitos, a concepção de sexualidade traz impressas tais marcas históricas e sociais.

Assim, em um cenário machista e homofóbico em que o feminino vem sendo, historicamente, posto em segundo plano em relação ao masculino, o que prejudica não só as mulheres, mas também as pessoas LGBTQs e a diversidade do comportamento sexual humano, “[...] tais marcas acabam sendo impressas na *sexualidade oficial*, partindo do ponto de vista heterossexual, com as relações impregnadas de sexismos e estereótipos” (MEDEIROS, 2017, p. 80).

Neste módulo, abordaremos as questões referentes à sexualidade no Brasil. O intuito é apresentar uma discussão baseada no conceito ampliado do tema, para além da compreensão biológica. “A sexualidade, antes de ser uma substância, uma condição da natureza humana, é, sobretudo, uma construção social. Daí o seu caráter histórico. Daí a sua variedade de sentimentos e interpretações” (FRY, 1982, p. 112).



SEXUALIDADE PARA ALÉM DAS QUESTÕES BIOLÓGICAS: CONCEITOS DE SEXO E SEXUALIDADE



Vivemos em uma sociedade sexualizada em que existe uma incitação à prática sexual (cópula) heterossexual. Ao mesmo

tempo, não se discute a temática levando em conta a complexidade da sexualidade humana. Dessa forma, é muito comum reduzir o debate às questões biológicas do sexo, com métodos contraceptivos e prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs)⁷⁴.

Para iniciarmos a discussão é fundamental apresentar os conceitos de sexo e sexualidade.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a sexualidade faz parte do modo como atuamos e nos percebemos no mundo, como nos relacionamos uns com os outros, “[...] se integra no modo como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados; é ser-se sensual e ao mesmo tempo sexual; [...] influencia também a nossa saúde física e mental” (OMS, 2001 apud PONTES, 2011, p. 23)

A sexualidade leva em conta diferentes aspectos da vida do sujeito, como sua conduta sexual, afetividade, atração sexual, maternidade e paternidade, tabus e preconceitos envoltos das diferentes identidades sexuais permeadas pela subjetividade e abrange questões para além do ato sexual. É importante destacar que a sexualidade não se resume à prática sexual.

O sexo se refere às relações sexuais, ao ato sexual, às distinções biológicas que demarcam o sexo feminino e masculino.

Aqui, não estamos falando de gênero. Como discutido nos módulos II e III, o que torna um ser mulher ou homem não é o seu sexo, mas as suas subjetividades, identidades, interações sociais e sexuais e o contexto histórico-social no qual estão inseridos. Assim, o sexo está incluído dentro da sexualidade, sendo parte dela.

A compreensão que temos hoje de sexualidade como algo inerente à condição humana, manifestando-se durante toda a vida, desde o nascimento, é recente na história da humanidade. Foi a partir da Modernidade, com o desenvolvimento das ciências, que passamos de uma compreensão estritamente biológica, tendo o sexo com única função a procriação, para uma concepção histórico-social, em que

O termo ISTs é utilizado pela OMS e demais órgãos oficiais do governo em substituição às DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis), uma vez que as doenças apresentam sintomas e as infecções, muitas vezes, são assintomáticas em fases iniciais.

a sexualidade compõe as identidades dos sujeitos.

Nesse sentido, Foucault (2011) destaca que no período compreendido como Idade Média, as sociedades ocidentais viviam o chamado *Dispositivo da Aliança*, que consistia numa compreensão de sexo matrimonial, ou seja, as relações sexuais permitidas eram aquelas sob o matrimônio com fins reprodutivos. Qualquer manifestação que se distanciasse desse padrão era duramente reprimida pela Igreja.

A instituição religiosa, por meio da confissão eclesiástica, conhecia a conduta sexual das pessoas ao mesmo tempo que a controlava. Assim, ao se confessarem com o padre, os sujeitos não só falavam de suas práticas sexuais, mas recebiam castigos e penitências para purificar a alma em alinhamento com os princípios cristãos da época.

A única prática sexual aceita era a matrimonial, ou seja, dentro do casamento e com fins reprodutivos. Práticas como sexo oral e anal eram consideradas pecado. O sexo fora do casamento e entre pessoas do mesmo sexo era considerado aberração e não condizia com a sociedade medieval.

No entanto, Chauí (1984) destaca que mesmo em sociedades como essa, onde o sexo era vigiado e purificado a cada instante, as casas de prostituição coexistiam com tais princípios moralizantes. Em sociedades machistas, nas quais as mulheres devem casar virgens, a prostituição é necessária para os homens. A filósofa utiliza o termo *duplo nó* para se referir às questões que acompanham a conduta sexual e a sexualidade, pois ao mesmo tempo que há a negação existe a afirmação, a contradição.

Del Priore (2011) informa que apesar do controle eclesiástico em torno da conduta sexual das pessoas naquele período, a Igreja funcionava também como *ponto de encontro* entre os amantes, pois a instituição religiosa era o único lugar de sociabilidade entre as mulheres casadas. Assim, era comum os encontros clandestinos entre amantes dentro desse espaço. A prática do adultério foi exercida nos espaços sagrados.

Com o passar dos séculos, na Modernidade, com o surgimento de ciências como a Psicologia, a Psiquiatria e a Psicanálise, novas formas de conceber o sexo começaram a emergir. Com os estudos em torno da psique humana, ampliou-se a

compreensão das relações sexuais, as quais passaram a ser compreendidas de forma mais complexa e abrangente. O que antes era considerado desvio, com as relações entre pessoas do mesmo sexo, tornou-se manifestação do comportamento sexual humano.

Foucault (2011) destaca que a partir da Modernidade surgiram categorias que até então não eram consideradas nas discussões acerca do sexo, como os homossexuais, os hermafroditas, as mulheres históricas, os sádicos e os pedófilos, dentre outros. Em torno da heterossexualidade, nas palavras do filósofo, emergiu uma *vegetação de sexualidades*. Agora, para se discutir a heterossexualidade, torna-se fundamental discutir todas as outras manifestações do comportamento sexual humano. É nesse contexto que surge o conceito de sexualidade, algo que está para além do ato sexual, configurando-se como, ao mesmo tempo, parte do sujeito, mas também da sociedade. É o que o autor chamou de *Dispositivo da Sexualidade*.

A partir da Modernidade, pesquisas e análises ampliaram a compreensão em torno da sexualidade humana. O discurso moralizante foi cedendo lugar ao discurso higienista, ambos visando o controle dos corpos e dos prazeres. Era fundamental garantir a saúde dos corpos e também da psique para que fosse assegurado o ingresso de trabalhadores fortes e saudáveis na sociedade industrial em ascensão.

Os testes de gravidez, o exame de DNA, o pré-natal, o controle de natalidade, o tratamento das doenças venéreas e da histeria, os tratamentos hormonais, a compreensão e contenção dos prazeres perversos, tais como a pedofilia, compõem o que Foucault denominou de *tecnologia sexual*.

Trata-se de um movimento ainda em curso, o qual vem modificando a forma como concebemos a família e as identidades. A fertilização assistida, por exemplo, *colocou em xeque* a obrigatoriedade da presença masculina na constituição das famílias, ao mesmo tempo em que a pílula anticoncepcional *libertou* a mulher do destino biológico da maternidade, inserindo e expandindo o sexo para além da reprodução, efetivando, por sua vez, o sexo como fonte de prazer feminino, não mais somente do prazer masculino.

Os tratamentos em torno dos transtornos sexuais, como

por exemplo o uso das pílulas de estimulação sexual no tratamento da disfunção erétil masculina, fizeram surgir também a paternidade tardia, com a constituição de famílias na terceira idade. Da mesma forma, o tratamento hormonal garantiu à mulher uma longevidade não só nas questões de gestação, mas também no prazer sexual.

Chauí (1984) destaca que Freud, ao diferenciar instinto sexual e sexualidade, contribui para a compreensão ampliada de sexualidade como parte do que somos, podendo se manifestar de diferentes formas, não se restringindo ao ato sexual, “[...] porque qualquer região do corpo é susceptível de prazer sexual, desde que tenha sido investida de erotismo na vida de alguém, e porque a satisfação sexual pode ser alcançada sem a união genital” (CHAUÍ, 1984, p.15).

No início do século XX, ao abordar teorias em torno da sexualidade infantil, Freud causou espanto na comunidade científica da época. Até hoje causa incômodo em algumas pessoas, quando o assunto vem à tona. No entanto, esse incômodo é fruto da incompreensão acerca do assunto, pois normalmente reduzimos a sexualidade ao ato sexual.

Mullahy (1965) destaca que as fases do desenvolvimento psicossocial infantil propostas por Freud, as quais têm início ainda na primeira infância (de zero a 6 anos), em nada se assemelham às questões sexuais dos adultos, permeadas de desejo sexual. Enquanto a sexualidade do adulto tem a dimensão do prazer pautada na libido, no prazer sexual, na sexualidade infantil há o prazer da descoberta do mundo a partir do próprio corpo.

A criança conhece o mundo a partir de diferentes emoções tendo como mediador o próprio corpo. A boca é o primeiro contato que o recém-nascido tem com o mundo externo durante a amamentação. Por isso, é tão comum bebês colocarem objetos na boca. Nesse curso não temos o intuito de discutir essa teoria em torno da sexualidade infantil⁷⁵, apenas sinalizamos para ilustrar diferentes dimensões da sexualidade humana, que nem sempre são permeadas de desejo sexual.

Portanto, cara(o) cursista, sempre que falarmos em

⁷⁵ Para saber mais sobre as fases do desenvolvimento sexual propostas por Freud, sugerimos a leitura do artigo “A sexualidade segundo a teoria psicanalítica freudiana e o papel dos pais nesse processo”, de Costa e Oliveira (2011).

sexualidade estaremos nos referindo a dimensões que estão para além do ato sexual, tendo seu início a partir do nascimento e se prolongando durante toda a vida. Diferentes elementos compõem a sexualidade humana: sexo, desejo sexual, identidade sexual, gravidez, relacionamentos, dentre outros.

Aspectos históricos e sociais também influenciam na forma como concebemos a sexualidade, prova disso são as diferenças nas concepções de sexualidade em distintas regiões do mundo, como também diferentes tempos históricos. A transexualidade, por exemplo, não era discutida no início do século XX. A compreensão que temos dela hoje é bem recente, tendo surgido com mais profundidade no século XXI. Isso não quer dizer que antes não existiam pessoas transexuais, mas que elas não faziam parte do discurso científico e social. No módulo V trataremos da transexualidade com mais profundidade.

4.3

sexualidade e saúde

Vivemos em uma sociedade sexualizada em que o corpo feminino é objetificado e explorado em benefício do masculino. Nessa sociedade, quando se trata de debater o tema sexualidade, normalmente vem à tona assuntos relacionados ao ato sexual, como Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e gravidez. Outros desdobramentos também vêm à tona, tais como o estupro, o aborto, o assédio sexual, o machismo e a homofobia, gerando, muitas vezes, incompreensão.

Essa incompreensão é fruto de um entendimento limitado que temos acerca da sexualidade, normalmente porque a reduzimos ao ato sexual. Nessa concepção restrita, é inconcebível pensar em uma sexualidade infantil, por exemplo. Daí as repercussões negativas em relação ao tema.

O silêncio e o preconceito diante das questões da sexualidade acabam gerando um cenário de violência, como a cultura do estupro e a homofobia. Geralmente quando se apresenta um debate sobre sexualidade é tratando da gravidez e das ISTs. Os dois temas são importantes, mas não devem ser os únicos.

Apresentar a sexualidade apenas aliada às questões das

doenças, implica na ideia de que sexo é sinônimo de morte, colocando “[...] o sexo como perigo e ameaça, mais do que como oportunidade” (WEEKS, 1993, p. 64 apud LOURO, 2004, p. 130). Como já destacado, neste curso a compreensão de sexualidade é ampliada, o que repercute em diferentes dimensões, como a saúde.

Uma sexualidade saudável é pautada na compreensão dos sujeitos, no respeito às diferentes dimensões e expressões de suas identidades. Nesse sentido, a saúde mental também está inserida nessas discussões. Assim, não podemos falar em sexualidade sadia se existe um cenário de guerra no qual as mulheres e as pessoas LGBTs estão inseridas.

As questões identitárias em torno das peculiaridades da diversidade do comportamento sexual acabaram sendo silenciadas pelo discurso conservador asséptico, em que a profilaxia de doenças tornou-se a pauta principal do debate. O sexo e o seu potencial patológico ocuparam lugar de destaque, deixando as questões do prazer e das identidades em segundo plano.

O discurso conservador, não só de cunho biológico como se pensa, mas também ideológico, construiu e propagou a ideia de que a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) é uma doença LGBT, a conhecida doença cor de rosa. Apesar da ciência já ter resolvido o embate acerca da questão, de que o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e a AIDS não têm gênero ou identidade, o estigma da doença na comunidade LGBT ainda persiste.

Para ilustrar um pouco o cenário estigmatizante envolto da AIDS na década de 1980, Boechat (2017) cita uma reportagem da Folha de São Paulo sobre a Operação Tarântula, que consistiu em uma operação política para prender travestis que trabalhavam como prostitutas, as quais eram acusadas de crime venéreo, pois se acreditava que elas transmitiam, conscientemente, ISTs para os seus clientes. Durante muito tempo houve uma responsabilização da comunidade LGBT pela epidemia da AIDS e outras doenças.

Porém, doenças como a sífilis, por exemplo, têm sua origem no Brasil em séculos anteriores, em um período que não se falava ainda em homossexualidade ou diversidade sexual. Freyre (2004) destaca que junto com os colonizadores e outros povos europeus que se aventuraram no Brasil, vieram também as

doenças venéreas. Dessa forma, não seria possível encontrar um marco zero sobre essas doenças, tampouco nos interessa neste curso fazê-lo. O mais importante é cultivarmos o olhar crítico diante do que nos é posto como natural.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, vimos na TV⁷⁶, chocados, um forte discurso acerca das ISTs, no qual havia um intenso teor moralizante em que tais doenças eram atribuídas a grupos de risco como LGBTs, prostitutas e usuários de drogas.

Os riscos em colocar no palco das ISTs esses três grupos como os mais propícios a adquirirem o vírus HIV e demais ISTs consistiu em uma falsa *sensação de segurança* nos demais grupos, o que culminou numa certa suspensão dos meios preventivos de tais doenças. A OMS definia como grupo de risco mais vulnerável ao contágio do HIV os seguintes: homens que fazem sexo com outros homens, população prisional, prostitutas, usuários de drogas e pessoas transexuais.

Quando se trata de sexualidade e saúde não podemos incorrer no risco de tratar apenas dos temas relacionados às ISTs. Apesar do destaque dado anteriormente acerca das ISTs é fundamental abordarmos a saúde sexual não somente restrita à prevenção de doenças, mas com respeito às distintas manifestações da sexualidade.

Dessa forma, é importante falarmos do preconceito que ronda a população LGBT, as mulheres, as mulheres mães sem matrimônio, as prostitutas, as pessoas portadoras de ISTs, sobretudo o HIV e a AIDs.

Apesar das inúmeras campanhas que giram em torno da não estigmatização das pessoas que vivem com HIV/AIDS⁷⁷, o que mais afeta essa população não é a doença em si, mas o preconceito. Com o avanço da medicina, o diagnóstico da doença não mais significa sinônimo de morte, como era na década de 1980. Com os regimes antirretrovirais (ARVs) foi possível conter a disseminação do vírus, proporcionando ao infectado mais qualidade de vida, uma vez que há um retardo no progresso da AIDs.

⁷⁶ Veja no YouTube uma campanha de 1988 que faz uma forte ligação entre sexo e morte. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SubGNIMI4p0>. Acesso em: 10 fev. 2020.

⁷⁷ A exemplo da “Campanha Indetectável” que mostra pessoas que vivem com o HIV/AIDS. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/indetectavel/>. Acesso em: 12 dez. 2019.

Pessoas vivendo com HIV (PVHIV) têm uma vida normal, realizam suas atividades profissionais normalmente, possuem relacionamentos amorosos com pessoas não infectadas e são felizes. No entanto, quando em tratamento, possuem uma rotina de cuidados com a saúde e com seus parceiros, o que reflete na qualidade de vida. Como o tema ainda é um tabu em nossa sociedade, muitos não divulgam a própria doença para se protegerem do preconceito.

As mulheres enfrentam diariamente diferentes tipos de violência. Dependendo de sua classe social, etnia, profissão ou identidade sexual, sofrerão determinados tipos de violência. Essa situação de subjugação do feminino é fruto de um longo processo político-ideológico que atravessa a História do Brasil: o patriarcado⁷⁸.

As pessoas LGBTs sofrem preconceito e violência diariamente. Segundo dados do site HomoTransfobia Mata⁷⁹, o Brasil é o país com maior número de assassinatos de pessoas LGBTs no mundo. Segundo o Relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB), a cada 23 horas uma pessoa LGBT morre no país.

Inúmeros outros grupos se inserem nesse cenário de violência e intolerância, o que se configura como um ambiente hostil para viver as diferentes identidades. Assim, não podemos falar em uma sexualidade saudável quando esses grupos enfrentam, diariamente, opressores criados e perpetuados por nossas bases históricas.

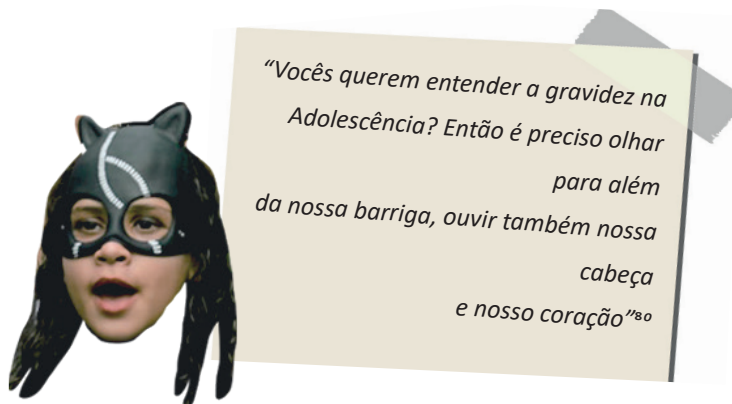
Dessa forma, discutir o tema sexualidade de forma transdisciplinar, em diferentes lugares, levando em conta a sua complexidade, é fundamental para a efetivação de uma sexualidade saudável. A doença mais grave não é de ordem biológica, mas de natureza histórico-social.

⁷⁸ Essa discussão já foi realizada nos módulos II e III. Sobre a situação da mulher no Brasil, releia o módulo III.

⁷⁹ Disponível em: <https://homofobiamata.wordpress.com/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

4.4

reprodução precoce na adolescência: meninas mães e meninos pais



A epígrafe, com a fala de uma adolescente grávida, revela como estamos longe de entender as/os adolescentes e as/os jovens com quem convivemos na escola e fora dela.

Podemos indagar afinal: o que é adolescência? E como a gestação se relaciona a esse grupo social? Esses conceitos são importantes para podermos entender como as famílias, os estudiosos e as gestões concebem o fenômeno da reprodução e da maternidade/paternidade na adolescência.

Podemos dizer que a concepção de adolescência transborda tudo o que estudamos nas disciplinas de Psicologia da Aprendizagem. Ela é uma construção histórico-social, portanto, vai além das concepções biomédicas. Essa categoria pode ser compreendida a partir de contextos sociais, culturais, econômicos e subjetivos, que determinam características, comportamentos e opções de vida, tanto individuais como coletivas.

Da mesma forma, a gravidez/maternidade/paternidade também são fenômenos sociais que ao longo do tempo foram sendo modificados a partir das conjunturas e realidades de cada sociedade. Dessa forma, se as mães brasileiras das décadas de 1920 a 1950 eram adolescentes e jovens, hoje podemos dizer que essas estatísticas estão sendo modificadas por várias razões que as dinâmicas das sociedades demandaram.

De modo geral, os estudos que versam sobre esse fenômeno apresentam duas concepções de análise. A primeira aborda a gravidez na adolescência como um problema social.

O campo da saúde problematiza a questão e enfatiza os aspectos negativos da gestação na adolescência, com o levantamento e/ou reforço de dados que comprovam o caráter de problema de saúde pública. “Dentre as intercorrências médicas sofridas pelas meninas gestantes estão a tentativa de abortamento, anemia, desnutrição, hipertensão, sobrepeso, eclâmpsia e pré-eclâmpsia, desproporção céfalo-pélvica, trabalho de parto prematuro, complicações obstétricas e depressão pós-parto” (SANTOS et al., 2017, p. 17).

Essas investigações também fazem uma relação entre os problemas de saúde das adolescentes gestantes com a condição de pobreza, evasão e/ou abandono escolar, vulnerabilidade, desemprego, entrada precoce no mercado de trabalho, situações de violência e negligência.

A segunda concepção comumente pesquisada é a compreensão de gravidez na adolescência como um fenômeno social.

Esses estudos de cunho mais antropossociológicos levam em consideração o ponto de vista das adolescentes, os aspectos sociais, psicológicos e históricos, e alertam para a inclusão nessa discussão dos direitos sexuais e reprodutivos de meninas e meninos.

Uma pesquisa realizada pelo IBGE (2015) revelou um decréscimo no número de mães entre 15 e 19 anos a partir da década de 2000 no Brasil. Entre 2004 e 2014 o registro de nascidos vivos reduziu de 78,8 para 60,5 filhos por mil mulheres nesse grupo etário, o que indica uma diminuição de 18,4% para 17,4% no mesmo período. Entretanto, nesse mesmo período o número de nascidos vivos, filhos de gestantes adolescentes de 10 a 14 anos, cresceu de 26.276 em 2004 para 27.610 em 2014.

O decréscimo do número de nascimentos é uma tendência nacional em todas as faixas etárias. As mudanças nas concepções de reprodução (maternidade e paternidade) e os altos custos sociais de ter filhos na sociedade contemporânea podem ser indicados como fatores dessa diminuição.

De acordo com a publicação “Gravidez na Adolescência no Brasil – Vozes de Meninas e de Especialistas” (SANTOS et al., 2017), os fatores dessa diminuição na faixa etária entre 15 e 19 anos se devem às campanhas de prevenção de ISTs, “[...] implementação de ações de saúde sexual e reprodutiva específicas para adolescentes, inclusive contracepção de emergência; inclusão do tema da educação sexual nas escolas; e exposição na mídia de massa sobre as consequências da gravidez não planejada” (SANTOS et al., 2017, p. 23).

Quadro 2 – Perfil das adolescentes mães

O IBGE indica as seguintes características da população de adolescentes entre 15 e 19 anos que tinham ao menos um filho nascido vivo em 2014:

- Idade: Maior concentração de adolescentes grávidas no final da adolescência e início da juventude, com 65,9% de meninas entre 18 ou 19 anos de idade.
- Cor/raça: 69% das meninas eram negras (pretas ou pardas).
- Trabalho: 59,7% das meninas não trabalhavam nem estudavam e 92,5% cuidavam dos afazeres domésticos.
- Estado civil: Enquanto 37,1% estavam na condição de filha na unidade domiciliar, outras 34,2% estavam na condição de cônjuge.
- Região geográfica: 35,8% das meninas residiam na Região Nordeste.

Fonte: IBGE (2015).

Esses dados revelam a intersecção entre as várias vulnerabilidades e condições dessas adolescentes. São negras, pobres, com pouca escolaridade, não trabalham e, em sua maioria, são nordestinas.

Podemos visualizar políticas públicas que contemplem todas essas realidades e que ainda levem em consideração a condição de adolescentes dessas meninas? E os meninos, onde se encontram nesses dados? Quem são os pais meninos? Onde estão e o que pensam acerca da paternidade?

O senso comum relativiza os direitos das adolescentes sob o pretexto de que elas devem assumir as responsabilidades de mãe. Contudo, essas mulheres permanecem adolescentes. Não deixaram sua condição de pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direitos, simplesmente pela maternidade. Dessa forma, é dever do Estado garantir os direitos próprios da condição de mãe e de adolescente dessas mulheres.

A sociedade, as políticas públicas, as instituições e a escola não podem alegar que o fato da menina ser mãe exclui qualquer direito dela como adolescente. A Lei 6.202, de 17 de abril de 1975 (BRASIL, 1975), determina que “[...] a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares [...]” nos casos de, pela sua condição, ficar impedida de frequentar a escola.

Parece-nos, entretanto, que o cumprimento dessa lei não vem ocorrendo, uma vez que um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) intitulado “Primeira infância e gravidez na adolescência”, realizado em 2009, diz que o percentual de abandono escolar foi de 6,1% entre meninas de 10 a 17 anos sem filhos. Já para meninas na mesma faixa etária com filhos, a porcentagem saltou para 75,6%⁸¹.

Quanto aos meninos pais, pouco ou quase nada se fala desses adolescentes. Grande quantidade de publicações e estudos acerca da gravidez na adolescência tratam apenas da adolescente grávida. Existe um verdadeiro “muro de silêncio”, tanto sobre a paternidade como a maternidade na adolescência⁸².

⁸¹ Acesse a pesquisa completa em: <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/01/Cartilha-Gravidez-Adol-FINAL-HD.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2019.

⁸² Este texto faz parte do caderno Paternidade e Cuidado produzido através de um esforço conjunto dos integrantes do Programa PAPAI, sob coordenação de Benedito Medrado e Jorge. Disponível em: <https://www.mpro.mp.br/documents/252409/1990475/PaternidadeeCuidado/e9fe81a9-0a06-41bc-8f58-afaa3b806946;jsessionid=03A50846D29763045AEBC104D6B66D43.node01?version=1.0>. Acesso em: 16 dez. 2019.

O Caderno Paternidade e Cuidado (2001) do Instituto Papai aponta diversos motivos que justificam essa invisibilidade, tais como: o filho, em geral, é percebido, em nossa cultura, como sendo da mãe; o homem jovem quase sempre é percebido como naturalmente promíscuo, inconsequente, aventureiro, impulsivo, ausente e irresponsável; o jovem pai é reconhecido mais no papel de filho do que de pai; a preocupação com as experiências reprodutivas dos adolescentes concentra-se em grande medida na noção de prevenção.

O fato é que na maioria dos estudos que tratam de reprodução precoce de adolescentes, a paternidade não é o tema principal. Além disso, essas pesquisas não perguntam sobre o que pensam os homens a respeito da reprodução e fertilidade; as informações sobre o pai são obtidas de forma indireta, muitas vezes a partir do que as mães dizem e, geralmente, restringem-se aos que moram efetivamente com seus filhos.

É importante ressaltar que esses estereótipos acima citados não podem ser generalizados e devem ser desnaturalizados, pois existem pais adolescentes que se envolvem e se comprometem, tanto com suas crianças, como com as mães dessas crianças.

O principal problema dos garotos quanto à paternidade é, muitas vezes, a falta de apoio econômico e social para levar adiante a responsabilidade de educar e cuidar de seus bebês, tarefa insistentemente exigida socialmente, mas pouco apoiada.
(Caderno Paternidade e Cuidado 2001)

Com o objetivo de investigar as diferenças entre meninos e meninas com experiência de gravidez durante a adolescência, uma pesquisa realizada por Schiro e Koller (2013) sugerem em seus resultados que a gravidez toma diferentes significados para os adolescentes, em função do seu sexo, nomeadamente, na relação com a escola, trabalho e na avaliação da própria gravidez.

Segundo as pesquisadoras, para as meninas a gravidez gera vergonha por desvelar uma sexualidade existente, mas nem sempre lícita; entre os meninos a gravidez está associada ao aparecimento da necessidade de trabalho. Possivelmente, o trabalho surgiria como forma de assumir a paternidade.

No tocante à escola, é fato que tanto meninas quanto meninos desenvolvem problemas de aprendizagem por consequência da gravidez/maternidade/paternidade. Contudo, constatou-se algumas diferenças quanto à percepção dessa situação. Os meninos apresentam mais repetições de ano e maior número de expulsões, enquanto meninas ainda estão nos maiores índices de evasão escolar.

Nesse sentido, para tratarmos desse tema é necessário que possamos, primeiramente, dar voz aos protagonistas dessa história. Precisamos saber o que pensam e como concebem os processos de gravidez-maternidade-paternidade e, independentemente, das concepções de problema ou fenômeno social, estamos, enquanto educadoras e educadores, dispostos a uma escuta atenta e cuidadosa, pois antes deles serem mães e pais, são adolescentes.

4.5 infecções sexualmente transmissíveis (IST's)

Como já dito anteriormente, os grupos de risco em relação ao contágio de HIV e outras ISTs não devem ser compreendidos como os únicos propícios a tais doenças. Essas delimitações colocam em perigo a saúde sexual das pessoas, uma vez que geram em outros grupos a sensação de que não existem riscos. Além do mais, tal concepção gera preconceito e estigma em relação às pessoas pertencentes ao grupo de risco em questão.

O Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS), programa criado para o tratamento, enfrentamento e prevenção contra o vírus HIV apresentou no Relatório Global 2014⁸³ que, das 35 milhões de pessoas no mundo que vivem com HIV, 19 milhões não sabem de sua condição⁸⁴. Em 2019, a UNAIDS divulgou que apenas no ano de 2018, 1,7 milhões de pessoas em todo o mundo foram infectadas pelo HIV⁸⁵.

⁸³ Disponível em: https://www.paho.org/bra/images/stories/Documentos2/unaidsgap_report_en-1.pdf?ua=1. Acesso em: 12 dez. 2019.

⁸⁴ Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=4667:conferencia-internacional-de-aids-em-melbourne-lancamento-de-diretrizes-de-prevencao-de-hiv-aids-da-oms-e-relatorio-mundial-do-unaid&Itemid=812. Acesso em: 12 dez. 2019.

⁸⁵ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2019-07/onu-cerca-de-17-milhao-de-pessoas-foram-infectadas-pelo-hiv-em-2018>. Acesso em: 12 dez. 2019.

Amaral (2016) destaca que no Brasil se vive, atualmente, uma juvenilização da epidemia do HIV. Existe um aumento nos casos de infecção do vírus entre a fase adolescente e adulta.

O delineamento deste quadro leva em conta fatores individuais, como: as transformações biopsicossociais, hormonais e o estímulo a práticas sexuais cada vez mais precoces e sem informação, como também fatores coletivos, os quais incluem a dificuldade de acesso aos serviços de saúde e a programas e campanhas de prevenção, tratamento e orientação sexual.

No mundo todo, cerca de 10 milhões dos infectados estão inseridos na faixa etária entre 15 e 24 anos, o que corresponde a 27% do total. No Brasil, dados do Ministério da Saúde apontam que no período de 1980 a 2015 foram contabilizados 89.112 casos de HIV entre pessoas de 10 a 24 anos, o equivalente a 11,16% dos casos notificados no Brasil. No período de 2002 a 2011, a Região Nordeste concentrou 42% de novas infecções entre a população de 15 a 24 anos (AMARAL, 2016).

De acordo com o Boletim Epidemiológico HIV AIDS 2018 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018) no período de 1980 a 2018 foram diagnosticados 926.742 casos de HIV no Brasil.

O vírus HIV e a Aids estão inseridos no grupo de doenças conhecidas como ISTs. As principais ISTs são: Aids, Sífilis, Cancro Mole, Condiloma Acuminado, Doença Inflamatória Pélvica (DIP), Donovanose, Gonorreia e Infecção por Clamídia, Hepatites Virais, Herpes Genital, Infecção pelo HTLV, Linfogranuloma Venéreo (LGV), Tricomoníase e Candidíase⁸⁶.

De acordo com uma reportagem divulgada na Revista IstoÉ, em setembro de 2019⁸⁷, entre os meses de janeiro e julho foram contabilizadas 6.251 infecções de sífilis (adquiridas) e 3.838 da doença em gestantes; 1.265 diagnósticos de Aids e 250 de hepatite B.

⁸⁶ Para saber mais sobre ISTs leia o Guia Prático de Atualização “Infecções Sexualmente Transmissíveis” produzido pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/21188b-GPA_-_Infec_Sexual_Transmiss_Adolesc.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

⁸⁷ Disponível em: <https://istoe.com.br/dsts-doencas-que-assustam-o-brasil/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

Essas estatísticas em torno das ISTs ilustram o atual cenário brasileiro. Trata-se de um caso de saúde pública, o que envolve conscientização e enfrentamento. Assim, torna-se fundamental abordarmos o tema em diferentes instituições e a escola não pode fugir do debate.

4.6 **o desafio da escola:** a cultura do estupro e o aborto dentro da escola

A Orientação Sexual presente nos Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) tem por objetivo levar as discussões acerca da sexualidade para os espaços escolares a partir do conceito ampliado de sexualidade, o qual é apresentado neste módulo. Levando em consideração questões afetivas, identitárias e histórico-sociais, inclui também temas como relações de gênero, ISTs e família.

O tema da sexualidade é discutido nos PCNs de forma a subsidiar os professores durante as discussões acerca das diferentes dimensões do tema. “O impulso para o surgimento das discussões surgiu a partir da preocupação dos professores e políticos relacionados à educação com o alto índice de gravidez indesejada na adolescência [...]” (MEDEIROS, 2017, p. 125), bem como uma elevação nos casos de ISTs .

Os PCNs, ao apresentarem uma compreensão mais complexa da sexualidade, como vimos destacando ao longo do presente módulo, propõem uma abordagem diferenciada do tema na escola, de forma interdisciplinar. Não por acaso, o assunto está inserido nos Temas Transversais dos PCNs (BRASIL, 1998) e nos Temas Integradores, conforme a BNCC (BRASIL, 2017), o que implica tratá-lo em todas as disciplinas escolares e em diferentes espaços.

Tradicionalmente, a forma como os professores abordam a sexualidade na escola se restringe às questões de ordem biológica, ao âmbito da reprodução e prevenção de doenças. De acordo com Egypto (2003), quando a escola realiza o debate apenas do ponto de vista biológico, com ênfase na reprodução e nas ISTs, caracteriza o sexo e a sexualidade como ameaça e adestramento.

É muito importante que os professores saibam que a Orientação Sexual proposta pelos PCNs é um marco nas diretrizes educacionais no Brasil, sobretudo, no que diz respeito aos temas envoltos da sexualidade e das relações de gênero na escola. É um dos principais documentos que asseguram a integridade da discussão de tais assuntos em espaços escolares.

Com a homologação da BNCC no ano de 2017, houve um reforço na busca por efetivação de práticas pedagógicas pautadas na transversalidade de temas como ética e direitos humanos, debate já iniciado com os PCNs, mas com a BNCC tem-se ampliado o alcance, fundamentado agora nos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs).

Em pesquisa realizada por Medeiros (2017), evidenciou-se que os temas gênero e sexualidade são pouco discutidos nas escolas e quando ocorre o debate ele é realizado de forma limitada, não ultrapassando a fronteira da dimensão biológica, como já destacado. A pesquisa foi realizada em algumas escolas públicas na cidade de Fortaleza e contou com a participação de nove professores, os quais realizaram depoimentos acerca do tema.

Constatou-se também que os professores não são neutros, que suas práticas pedagógicas são carregadas de concepções e ideologias (cada profissional carrega consigo a síntese de toda a sua caminhada). Assim, professores que possuem alguma resistência em compreender as diferentes manifestações da sexualidade ou que possuem concepções machistas e homofóbicas, podem imprimir tais concepções em suas práticas, seja por meio do discurso manifesto ou pelo silêncio.

Assim, os resultados do estudo apontam para uma prática pedagógica que é guiada pelas concepções pessoais dos profissionais. De uma forma geral, os temas gênero e sexualidade, embora postos no cotidiano da escola, acabam não sendo discutidos devido às demandas do calendário escolar, além do fato de muitos professores não possuírem formação para discutir o assunto na escola.

Apartir desses resultados, que embora tenham sido fruto do ponto de vista de apenas nove professores, podemos ampliá-los como amostra para ilustrar a realidade educacional de muitos outros docentes. É importante fazermos, a seguir, dois destaques.

O primeiro é que, de acordo com os Temas Transversais dos PCNs (BRASIL, 1998) e os Temas Integradores da BNCC (BRASIL, 2017), as(os) professoras(es) não podem imprimir em suas práticas pedagógicas suas concepções pessoais carregadas de preconceito e moralismos. Não é tarefa da(o) docente moralizar as(os) alunas(os) com suas convicções pessoais. Portanto, não se justifica a atitude de um(a) profissional que verbaliza em sala de aula que *“Deus fez o homem para a mulher”*, situação ilustrada na pesquisa de Medeiros (2017).

As(os) professoras(es) podem sim ter suas convicções pessoais, assim como qualquer outro sujeito. O que eles não podem é externalizar tais convicções em sala de aula, quando impregnadas de preconceitos e moralismos. Trata-se de um desafio possível.

O segundo destaque se refere ao argumento, muito comum e evidenciado pela pesquisa citada, de que as(os) professoras(es) não discutem os temas gênero e sexualidade na escola porque não possuem formação específica para tal fim. A formação continuada docente é um processo contínuo, devendo ocorrer durante todo o exercício da profissão.

Cursos oferecidos pela Seduc⁸⁹, por exemplo, se insere nesse contexto de formação continuada e visa assegurar que as(os) professoras(es) realizem a discussão em torno dessas questões de forma consistente, respeitando os diferentes sujeitos envolvidos no processo educativo.

Com o intuito de ilustrar práticas exitosas relacionadas ao tema sexualidade, conversamos com a professora de Biologia Aline Valentim, que já vem ministrando a Disciplina Eletiva de Educação Sexual há dois anos na Escola de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) Desembargador Raimundo de Carvalho Lima, na cidade de Pacatuba/CE.

A professora avalia a eletiva de Educação Sexual como uma das mais relevantes, pois que ela envolve consciência e reflexão acerca da realidade em que vivemos atualmente, a saber, um contexto de não aceitação, intolerância e violência contra as mulheres e pessoas LGBTQs. Sobre as ISTs, aponta que, de forma

⁸⁹ Podemos citar o Curso de Aperfeiçoamento de Direitos Humanos em Gênero e Sexualidade na Escola promovido em 2017 pelo Centro de Educação à Distância do Estado do Ceará (CED).

geral, as pessoas dizem saber de tudo, mas na prática não utilizam tais conhecimentos para evitar essas infecções.

Dessa forma, destaca que eletivas como essa contribuem para o debate em torno dos temas apresentados neste curso, uma vez que é mais um espaço de reflexão e construção do conhecimento, sendo que a família, de certa forma, também pode discutir o tema.

Sobre a concepção das(os) alunas(os) que vinham cursando a disciplina ao longo de dois anos, a professora informou que inicialmente eles consideravam que iriam assistir a filmes pornográficos e aulas de sexo. Com o tempo, perceberam que o contexto era outro, que iriam debater sobre inclusão, respeito às diversidades e às mulheres, gravidez precoce, prevenção de doenças, o que cada IST causa, as que não têm cura e as que têm tratamento, além das transformações biopsicossociais da adolescência. Ela afirma ainda que muitas dessas doenças as(os) alunas(os) nem sabiam que podiam se contaminar via relação sexual.

Para a professora Aline, um dos maiores desafios na abordagem do tema na escola é justamente essa incompreensão acerca do assunto, pois algumas(uns) alunas(os) ao perceberem que a disciplina aborda questões para além do ato sexual, acabam se desinteressando. A professora destaca que é um desafio diário desconstruir essa compreensão, que apesar de tirar dúvidas sobre sexo e meios contraceptivos, pois há uma *caixinha tira-dúvidas*, a disciplina tem outros propósitos também.

4.7

dicas de filmes

Três formas de amar

Direção: Andrew Fleming. EUA, 1994.

Juno

Direção: Jason Reitman. EUA, 2008.

A arte de amar

Direção: Maria Sadowska, Polônia, 2017.

Pro dia nascer feliz

Direção: João Jardim. Brasil, 2006.

Um caso complicado

Direção: Sebastian Gutierrez, EUA, 2010.

Três vezes amor

Direção: Adam Brooks. EUA, 2008.

Meninas

Direção: Sandra Werneck. Brasil, 2006.

Mais ou menos grávida

Direção: John G. Avildsen. EUA, 1988.

Preciosa: uma história de esperança

Direção: Lee Daniels. EUA, 2010.

4.8

dicas de séries



Sex Education, 2017.

Gilmore Girls, 2000.

A vida secreta de uma adolescente americana, 2008.

Orange is the new black, 2013.

Sense8, 2015.

Grace and Frankie, 2015.

Hot Girls Wanted: Turn On, 2017.

4.9

campanhas educativas

11 de Fevereiro - Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência

O dia 11 de fevereiro foi estabelecido pelas Nações Unidas (ONU)

como o Dia Internacional de Mulheres e Meninas na Ciência. O objetivo é celebrar os feitos de mulheres na área e encorajar gerações mais novas a buscarem carreira científica⁹⁰.

18 de Maio - Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infantil

O Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes foi instituído oficialmente no país através da lei nº 9.970, de 17 de maio de 2000. A escolha desta data é em memória do “Caso Araceli”, um crime que chocou o país na época. Araceli Crespo era uma menina de apenas 8 anos de idade que foi violada e violentamente assassinada em 18 de maio de 1973. Este crime, apesar de hediondo, ainda segue impune⁹¹.

19 de Junho - Dia Internacional para Eliminação da Violência Sexual em Conflito

A data foi instituída em 19 de junho de 2015, com o objetivo de aumentar a consciência da opinião pública, mas também de honrar as vítimas de tais crimes. O apelo das Nações Unidas dirige-se principalmente para cerca de cinquenta situações de conflito que na sua grande maioria representam não apenas guerras esquecidas, mas também contextos onde ocorrem maciças violações dos direitos humanos⁹².

28 de Junho - Dia Internacional do Orgulho Gay

28 de junho é o Dia do Orgulho LGBT, data celebrada e lembrada mundialmente. Ela marca um episódio ocorrido em Nova Iorque, em 1969. Naquele dia, as pessoas que frequentavam o bar Stonewall Inn, até hoje um local frequentado por gays, lésbicas e trans, reagiram a uma série de batidas policiais que eram realizadas ali com frequência⁹³.

29 de Agosto - Dia Nacional da Visibilidade Lésbica

O Dia Nacional da Visibilidade Lésbica no Brasil é 29 de agosto. A data foi escolhida por causa do 1º Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), que aconteceu em 1996. Organizado pelo Coletivo de

⁹⁰ Texto retirado da Revista Galileu. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2019/02/dia-internacional-das-mulheres-e-meninas-na-ciencia-o-que-elas-podem-comemorar.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

⁹¹ Texto retirado do site da Prefeitura Municipal de Viçosa. Disponível em: <https://www.vicosa.ce.gov.br/informa.php?id=475>. Acesso em: 10 fev. 2020.

⁹² Texto retirado do site Vatican News. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/mundo/news/2019-06/violencia-guerras-mulheres-homens-onu-relatorio.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

⁹³ Texto retirado do site Brasil Anistia Internacional. Disponível em: <https://anistia.org.br/28-de-junho-dia-orgulho-lgbti/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

Lésbicas do Rio de Janeiro (COLERJ), grupo que existia na época, usou o tema “Visibilidade, Saúde e Organização” para falar sobre sexualidade, prevenção de ISTs e HIV/AIDS, trabalho e cidadania⁹⁴.

6 de Setembro - Dia do Sexo

O Dia do Sexo se popularizou através de uma campanha de marketing de uma marca de preservativos. O principal objetivo da data é conscientizar as pessoas sobre a importância do uso de preservativos durante o ato sexual, além de ajudar a quebrar antigos tabus sobre o sexo⁹⁵.

01 de Dezembro - Dia Internacional da Luta Contra a Aids

No dia 27 de outubro de 1988, a Assembleia Geral da ONU e a Organização Mundial de Saúde instituíram o dia 1º de dezembro como o Dia Mundial de Luta contra a Aids. Cinco anos após a descoberta do vírus causador da aids, o HIV, 65,7 mil pessoas já tinham sido diagnosticadas com o vírus e 38 mil já tinham falecido⁹⁶.

4.10 atividade escolar/eletiva

A COMPLEXIDADE DA SEXUALIDADE

PROPOSTA 1

4º ENCONTRO:

E AGORA? VOU SER MÃE,
VOU SER PAI

Objetivo:

- Problematicar os modelos de maternidade e paternidade existentes em nossa sociedade.

⁹⁰ Texto retirado do site M de Mulher. Disponível em: <https://mdemulher.abril.com.br/estilo-de-vida/por-que-29-de-agosto-e-o-dia-nacional-da-visibilidade-lesbica/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

⁹¹ Texto retirado do site Calendarr Brasil. Disponível em: <https://www.calendarr.com/brasil/dia-do-sexo/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

⁹² Texto retirado do site do Ministério da Saúde. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/noticias/ministerio-da-saude-lanca-campanha-para-comemorar-dia-mundial-de-luta-contra-aids>. Acesso em: 10 fev. 2020.

Acolhida:

- Desejar boas-vindas e informar sobre a temática e seus objetivos.

Dinâmica:

1. Divida os participantes em pequenos grupos.
2. Entregue um depoimento para cada grupo ler e responder algumas questões (material disponível anexo).

Problematizar:

- Vocês acham que essa fala é de um pai ou uma mãe? Por quê?
- Os pais que vocês conhecem diriam isso? Por quê?
- Você, como pai, faria afirmações semelhantes às desses pais? Por quê?

Canto:

Pais e Filhos

*Estátuas e cofres e paredes pintadas
Ninguém sabe o que aconteceu.
Ela se jogou da janela do quinto andar
Nada é fácil de entender.*

*Dorme agora,
é só o vento lá fora.*

*Quero colo! Vou fugir de casa!
Posso dormir aqui com vocês?
Estou com medo, tive um pesadelo
Só vou voltar depois das três.*

*Meu filho vai ter nome de santo
Quero o nome mais bonito.*

*É preciso amar as pessoas
Como se não houvesse amanhã
Porque se você parar pra pensar
Na verdade não há.*

*Sou uma gota d'água,
sou um grão de areia
Você me diz que seus pais não te entendem,
Mas você não entende seus pais.*

*Você culpa seus pais por tudo, isso é absurdo
São crianças como você
O que você vai ser,
Quando você crescer?*

(Legião Urbana)

Esquentando a conversa:

- Revele para os grupos que os depoimentos são verídicos e foram dados por um jovem pai.
- Abra para a discussão utilizando a reportagem da Revista IstoÉ “Meninos Pais” (disponível no texto de apoio anexo).

Questão debate:

- Se você acabasse de receber a notícia de que iria ser pai, o que passaria pela sua cabeça?
- Qual a relação dessa música com o fato de muitos adolescentes ainda hoje se tornarem mães e pais?
- Você concorda com os autores da reportagem quando citam a invisibilidade da paternidade entre os adolescentes, ou seja, que eles são invisíveis aos olhos do Estado e das políticas públicas?
- O que pensam da paternidade os meninos? Você já os ouviu ou conhece alguém nessa situação?

Compromisso:

Convidar as participantes e os participantes a realizarem entre si uma pesquisa para saber quem são os pais adolescentes da sua escola e o que pensam da experiência da paternidade. Pode ser sugerido que ao final sejam reunidos esses depoimentos em um blog ou numa publicação interna da própria escola e/ou se produza vídeos e/ou podcasts para que toda a comunidade escolar conheça essas experiências.

DEPOIMENTOS*

1. “A gente começou a namorar. A gente começou a se gostar. Começamos a transar [...] Eu achava que anticoncepcional dava problema de alergia. Aí eu tive medo. Aí a gente foi pelo método da tabelinha. Aí você já sabe, né?! Errou um dia, lascou! Depois eu fui num médico e perguntei pra ele como é esse negócio de anticoncepcional. Ele me disse que não dava alergia. Aí eu pensei “Pôxa, que burrada a minha!”. Porque a gente fica com medo de chegar pros pais e perguntar. É aquele medo deles ficarem pensando [...] Hum, sei não! Fica aquele negócio meio chato dentro de casa, aí a pessoa fica calada, só depois que a bomba vem que tem que falar mesmo”.

2. “É muito bom, é gostoso demais, a primeira vez que eu fui ao médico me lembro como se fosse hoje. Aí o médico falou sobre um monte de coisa. Na segunda vez foi melhor e na terceira ele botou o líquido na barriga e escutou. Quase que eu choro. É muito bom! Ele tirou uma ultrassonografia. Da primeira vez não mostrou o sexo da menina. Ela estava abaixada, agachadinha. Não deu pra ver. Aí, na segunda vez, o ultrassom mostrou o pé dela. Perguntamos logo “É menina ou menino?” O médico respondeu “Pode comprar um par de brincos”. Aí pronto [...] eu comecei a chorar! Foi muita felicidade saber que ela ia nascer”.

3. “Eu acho que minha filha não vai ter esses problemas de educação sexual não. Pra vida eu acho que minha mãe não me preparou não. Faltou um pai nessa história. Meus irmãos me davam uns toques, mas o que eu aprendi mesmo foi na rua, e minha irmã teve grande influência na minha educação. Mas, faltou meu pai. Faltou meu pai. Meu pai fez grande falta. Minha mãe [...] acho que essa geração não conversava muito não, pelo menos comigo aconteceu assim, parece que tinha uma barreira, coisa que não tem nada a ver. Coisa que não vai acontecer entre eu e minha filha, não faça o que eu faço. É o que eu vou passar pra ela. O que eu posso passar pra minha filha? Passar o de melhor pra ela. Quero educar [...]”.

* Este texto faz parte do caderno Paternidade e Cuidado produzido através de um esforço conjunto dos integrantes do Programa PAPAI, sob coordenação de Benedito Medrado e Jorge. Disponível em: <http://www.promundo.org.br/wp-content/uploads/2010/04/PaternidadeeCuidado.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2019.

4. “O lado bom da história? Ah, minha filha é tudo! Tudo de bom. Ela paga tudo. Paga as noites que eu passo sem dormir, paga o não sair mais. Mas também é fase, ela tá muito pequena ainda, né?! As saídas, as viagens vão voltar, quando ela tiver um pouco maior. Você tá morrendo de sono, ela olha prá tu, dá uma risadinha, pagou, sabe. É uma barra, mas é bem pago! É um pedacinho de mim. Querendo ou não já mudou muita coisa. Vai demorar um pouquinho pra vir outro, mas com certeza mudou muito minha vida e foi muito bom”.
5. “Pra mim, a filha é mais importante que qualquer coisa, do que show, barzinho, mais do que tudo. Porque tem tanta gente que não tem filha, não tem filho, que vive em barzinho. Eu mesmo prefiro uma filha, um filho, um menino novinho do que ir pra esse negócio. Eu prefiro estar ali dando amor, recebendo carinho, tudo mais, do que você tá fofocando, bebendo, se desgastando”.
6. “Quando nossas famílias souberam foi uma bomba. Foi uma bomba, porque minha mãe não tava aqui, minha mãe tava viajando. Não, minha mãe tava aqui, mas ela ia viajar. Ela não estaria aqui pra segurar minha onda, pra me dar conselho. Só dependia de mim mesmo e da outra família, que no começo bronqueou e ainda hoje quer botar o dedo onde não deve. Mas eu acho que todo casal, todo casal adolescente passa por isso”.
7. “Eu acho que tem muita gente indo pra a faculdade e, no final, não dá em nada. Acaba não conseguindo aquilo que tanto deseja. Acaba não tendo dinheiro nem sequer pra sustentar a família. Eu quero mesmo é investir num negócio. Acho que vou ser comerciante, ou então fazer Administração pra administrar o comércio. É isso que eu estou pensando pra mim”.

Texto de apoio para a Proposta 1:

MENINOS PAIS⁹⁷

É cada vez maior o número de garotos que têm filhos antes dos 18 anos e, como as meninas, têm sua rotina adolescente virada de ponta-cabeça.

Camilo Vannuchi e Celina Côrtes
Colaborador: Celso Fonseca



Aconteceu. Foi um acidente. Em nove meses, um tsunami colocará de pernas para o ar a vida do casal. A notícia explode feito bomba na sala de visitas. As mães choram, os pais lamentam. Em breve a bronca se

transforma em acolhimento. Todos os mimos são para a futura mamãe. É a menina quem pede morangos às duas da manhã e alguém sai correndo para buscar. É a menina quem ganha roupinhas e brinquedos. Durante 38 semanas, todos perguntarão se ela está se sentindo bem e a acompanharão aos exames. O futuro papai ficará em segundo plano. Será pressionado, culpado, muitas vezes obrigado a conciliar os estudos com o trabalho ou mesmo abandonar a escola, para garantir o sustento do rebento inesperado. Decisões serão tomadas sem sua opinião e, muitas vezes, nem para os exames pré-natais o jovem será convidado. Ele quer participar da gestação e promete trocar a vida de moleque por um emprego, mas poucos percebem seu esforço. Poderia ter sumido, como muitos rapazes ainda fazem, ou proposto o aborto, mas preferiu encarar de frente o desafio. Passará de filho de família a pai de família sem ter dado um tempo na vida para ser ele mesmo. “Fui homem para fazer, serei homem para assumir”, decidiu o paulista Enrico Potenza quando

⁹⁷ Texto disponível na Revista ISTOÉ, n.º 1920, publicada no dia 06/08/2006. Disponível em: https://istoe.com.br/5866_MENINOS+PAIS/. Acesso em: 10 fev. 2020.

a namorada Gisella saiu do banheiro com o teste de gravidez positivo nas mãos. “Tinha 16 anos e achei que havia acabado com minha vida. Agora saio menos de casa e já dou até banho na Isabella sozinho”, conta. Sua filha acabou de completar um ano.

Hoje, nem Enrico nem Gisella trabalham. São os avós que sustentam Isabella. “Não sei o que aconteceria sem a ajuda dos nossos pais.



Mas tem hora que os palpites excedem. Se minha filha tem febre, todos querem se intrometer”, reclama Enrico. Os namorados não se casaram. Aliás, romperam o namoro alguns meses atrás. O stress provocado pela novidade contribuiu para que as brigas se intensificassem. “Muitas vezes, os pais adolescentes sentem-se menos ‘homens’ quando não conseguem arrumar trabalho e desempenhar o papel de provedor, o que pode influenciar na separação”, diz a psicóloga Mara Pusch, coordenadora do Projeto de Orientação e Pesquisa da Casa do Adolescente da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). “Casar não é tão importante. O fundamental é que a criança conviva com as figuras do pai e da mãe, qualquer que seja a condição civil deles”, sugere a especialista.



Enrico faz parte de um universo não contemplado pelas estatísticas oficiais. Enquanto as meninas que engravidam antes dos 19 anos merecem a atenção

de ONGs e políticas públicas, os pais adolescentes permanecem invisíveis. “Nem os recenseadores se preocupam em saber se os meninos são pais, embora façam essa pergunta às mulheres com mais de dez anos”, reclama Jorge Lyra, coordenador do Instituto Papai (Programa de Apoio ao Pai Jovem e Adolescente), do Recife, uma das raras entidades voltadas para esse público. A estimativa, segundo Lyra, é de que pouco mais da metade das mães adolescentes – algo entre 55% e 60% – carrega bebês concebidos por parceiros com menos

de 19 anos. Dessa forma, é possível inferir que cerca de 700 mil adolescentes sejam pais no Brasil – o número de mães ultrapassa 1,2 milhão, segundo o IBGE, o que alcança 15% do total das adolescentes.

De acordo com o Ministério da Saúde, nascem no País cerca de 485 mil crianças por ano filhas de mães com menos de 19 anos. Quase 300 mil – ou 10% do número de



nascimentos – teriam pai na mesma faixa etária segundo com a matemática praticada pelo Instituto Papai. “Nossa cultura machista instituiu que o filho é da mãe. Os meninos têm dificuldade em encontrar um papel que não seja apenas o de provedor e, hoje, não têm sequer direito a creche em seu lugar de trabalho”, diz Lyra. Sua bandeira atual é garantir que em todas as maternidades do País o pai possa usufruir do direito de presenciar o parto de seu filho, não cumprido por muitas maternidades. A expectativa é de que a invisibilidade social que acomete o jovem pai seja reduzida com a entrada em vigor, até o fim de agosto, da nova Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens, encampada pelo Ministério da Saúde. Entre outros aspectos, o documento reconhece a escassez de projetos voltados para os pais adolescentes e instrui as equipes de saúde da família a incorporá-los nas discussões referentes à reprodução. “Em geral, eles são contemplados com programas voltados à sexualidade, mas nunca à reprodução”, diz Thereza de Lamare, coordenadora da área de saúde do adolescente e do jovem do Ministério. Em outros países, os pais adolescentes merecem mais atenção. Nos Estados Unidos, no Canadá e na Inglaterra, recebem na própria escola aulas de iniciação a “cuidados infantis”, até como uma forma de mantê-los na escola.

O muro de silêncio que cerca esses garotos é o trilha pelo qual trafega o jornalista Gilberto Amendola no livro *Meninos grávidos* (Ed. Terceiro Nome, 96 págs., R\$ 16), a ser lançado nos próximos dias. “Na maioria das vezes, o adolescente ‘grávido’ é chamado de monstro pelos pais da menina e de idiota pelos próprios pais”, diz. “Ele não existe para os programas públicos de saúde e não

tem direito a relaxamento no ano escolar, por exemplo. Muitas vezes, não encontra sequer onde sentar quando acompanha a namorada ao médico, já que a única cadeira disponível é usada pela mãe dela, a companhia preferencial”. O paulista Bruno Costa, 15 anos, compareceu a dois exames de ultrassom e não conseguiu disfarçar o olhar embasbacado quando descobriu uma menina de cinco meses escondida na barriga de Analu Florencio, 16. Sem abandonar o estudo, Bruno foi convidado a trabalhar na empresa do pai e se prepara para assumir maiores responsabilidades assim que possível. “A Melissa vai nascer em dezembro e nada vai faltar. Ela não tem culpa de ter dois pais adolescentes”, diz. Bruno e Analu ainda namoram, mas não moram juntos. Aliás, a data do casamento é outro tema que demonstra o excesso de expectativas a serem administradas. “Minha mãe quer que eu fique solteiro por pelo menos dez anos, enquanto a mãe da Analu acha que a gente deve se casar pouco tempo depois do nascimento”, diz o garoto.



A felicidade de Bruno e Analu com cada movimento do bebê na barriga justifica a decisão por manter a criança. Como na maioria das vezes, o aborto foi uma possibilidade sugerida por uma amiga, rapidamente descartada por Bruno, que o considera uma coisa “abominável”. “As classes mais altas costumam optar pelo aborto, que pode ser feito em clínicas especializadas, e depois mandam os jovens estudar no Exterior”, considera a psicóloga e sexóloga carioca Maria Cristina Milanez Werner, vice-presidente da Associação de Terapia Familiar do Rio de Janeiro. O psiquiatra e psicoterapeuta Flávio Gikovate, de São Paulo, faz coro. “A população mais abastada tende a pensar o filho como um estorvo. O garoto não quer perder a liberdade e a menina não quer abrir mão do corpinho de modelo”, diz. Isso não acontece com tanta frequência nas classes mais baixas, onde impera, segundo Gikovate, o que ele chama de mentalidade de clã. “As pessoas estão menos voltadas para o próprio umbigo e curtem a ideia de ter crianças

em casa. Por isso os avós acabam assumindo. Acolher o jovem pai é algo positivo. O que não pode é terceirizar a responsabilidade”, ensina. Ao assumir o filho Matheus, de dois meses, Lucivan Carvalho, 18 anos, se submete em São Paulo a um trabalho pesado para assegurar o sustento do filho, com um salário de R\$ 800 como entregador de jornal. De segunda a segunda, trabalha das 23h às 5h da manhã carregando uma pilha de 300 jornais, que de tão pesada precisa de três pessoas para colocá-la na moto. E lá vai ele, nas madrugadas frias pelas ruas da zona norte de São Paulo, enquanto na pequena casa o esperam o filho e a mulher, Maricélia do Amor Divino, 17 anos.

Judicialmente, a responsabilidade civil sobre filhos de pais adolescentes recai sobre seus avós. Mesmo após os 18 anos, uma eventual ação de alimentos impetrada pela jovem mãe pode ser transferida para os avós paternos, caso o rapaz não tenha condições de arcar com as despesas. O ideal é investir no diálogo e dividir as funções. O carioca Jean Pierre da Silva, por exemplo, virou pai aos 17 anos e conta com a ajuda da família. Não poderia ser diferente, já que o pai dele, Paulo José, também foi pai com a mesma idade. Mesmo assim, sua primeira reação foi de assombro. “Estou ferrado”, resumiu na época. Hoje, o nome do bebê, inspirado no filme O Gladiador, está estampado nas costas do adolescente: Victor Maximus. Guitarrista, Jean Pierre pretende entrar na faculdade de música antes de se casar com Ingrid, o que deve acontecer daqui a um ou dois anos. Por enquanto, foge para a casa dela sempre que pode e acompanha de perto o desenvolvimento do bebê. “No início foi mais difícil. Agora tiramos de letra”, orgulha-se. Quem vive situação semelhante é Marcos Fagner Costa da Silva, 18 anos, que tenta se acostumar com Gustavo, seu filho de 23 dias, que, por enquanto, vive com a mãe, Aline. Os dois namoravam há cinco meses quando a moça engravidou.

Para a psicanalista Leda Zancanela, do Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo, a paternidade precoce interrompe um conflito natural e saudável que o adolescente costuma vivenciar em relação ao



próprio pai, o que torna ainda mais confuso esse momento. “O jovem ainda não se tornou responsável por si mesmo e dele é exigido que se responsabilize por uma segunda e uma terceira pessoa”, analisa.

Quando contou a novidade para um amigo, o paulista Donizet Ribeiro foi aconselhado a se preocupar sobretudo com a questão financeira. “A função do pai ainda é principalmente a de provedor. Eu já estagiava e fiz imediatamente um convênio de saúde para a Renata”, conta ele, pai aos 18 do pequeno Arthur. Hoje, mais da metade de seu salário vai para as despesas com o filho, que mora com a mãe e a avó materna. Em seu caso, isso não significa omissão da família. “Todos jogavam na minha cara que eu deveria ter sido mais cuidadoso e que nós perderíamos a juventude. Mas não fomos expulsos de casa nem obrigados a nos casar. Isso acontecerá quando tivermos condições de arcar também com um aluguel e as despesas da casa”, promete. Hoje, os avós enchem o moleque de presentes. Mas o tratamento dado a Donizet não surpreende. É o típico para a situação. “Para mim, nada. Nunca mais ganhei sequer uma bala”, brinca Donizet.

Mesmo quando a vinda do pequeno é fruto de caso pensado, o impacto da reviravolta não é pequeno. Apaixonado pela baiana Taciara Ribeiro, o carioca Alexandro Proença botou na cabeça que queria ser pai. Os dois sabiam que precisavam usar pílula ou camisinha, mas deixaram a coisa rolar. Alex ficou feliz quando Taciara contou que estava grávida de dois meses. Parecia não ter se dado conta de que tinha apenas 16 anos, estava desempregado e nem chegara a completar o primeiro grau. “Fazer o quê?”, diz, misturando a alegria de carregar no colo lago, um ano, com a constatação: “A trabalhadeira é que deu um susto na gente.” O casal vive com a irmã mais velha de Taciara. O jovem papai vive de bicos, mas não se arrepende: “Estou muito feliz.” Pela ordem natural da vida, filhos são para a vida inteira. Diante do desafio, a felicidade de Alexandro é, pelo menos, um bom começo.

PROPOSTA 2

Plano de Aula

Tema:

Corpo, Sexo e Sexualidade.

Tempo:

Três aulas.

Objetivo:

- Compreender os diferentes entendimentos que as/os jovens têm de temas que envolvem as categorias: Corpo, Sexo e Sexualidade, bem como os diversos discursos acerca dessas temáticas.

Metodologia:**A) Dinâmica:**

Jogo Adolescente (Jogo adaptado de uma atividade criada pela professora Jimena Furlani, em 2005, para o Curso de Formação de Educadores/as – Projeto de Extensão – FAED/UDESC):

1. Divida os participantes em pequenos grupos.
2. Cada grupo recebe um cartão de bingo numérico, igual para todos.
3. Cada número corresponde a assuntos do interesse e da vida das/os adolescentes relacionados aos eixos norteadores deste módulo.
4. A/O professora/o elabora um CARTÃO GIGANTE que será fixado na parede. O cartão apresenta os temas nos lugares dos números

que estão cobertos. Cada assunto é revelado à medida que o jogo prossegue.

5. Os números são sorteados e as equipes discutem cada assunto. Depois de transcorrido o tempo determinado, a discussão volta para o grande grupo.

6. Organizam-se em cartazes os diferentes entendimentos referentes a cada tema.

B) Pesquisa:

1) Levar as equipes para realizarem pesquisas no laboratório de informática acerca das temáticas, de acordo com os diferentes discursos sociais (religioso, médico, midiático e jurídico).

2) Cada equipe ficará responsável por uma temática (aborto, masturbação, IST/HIV/AIDS, gravidez, virgindade, sexo seguro, corpo, sexualidade, primeira relação sexual).

3) Pedir para que cada grupo reúna as informações em forma de cartazes ou powerpoint para apresentação na aula seguinte.

C) Apresentação das pesquisas das equipes sobre as temáticas:

(Pode ser sugerido uma aula ou a junção de alguns temas para algumas aulas a serem aprofundados posteriormente).

Recursos:

Cartões do bingo e cartão gigante, Cartazes, Data show, computador...

Avaliação:

Participação nas discussões

Cartelas para marcação das principais informações apresentadas pelas equipes:

BINGO								
	DROGAS		GRAVIDEZ			ESCOLA		
ABORTO		PRIMEIRA RELAÇÃO SEXUAL	VIOLÊNCIA		SEXO SEGURO	EMPREGO	PAIXÃO/ AMOR	NAMORO
VIRGIN- DADE		IST/HIV AIDS		HOMOSSE- XUALIDADE	DIREITOS HUMANOS			VOTO
	FAMÍLIA			MASTUR- BAÇÃO				

BINGO								
	13		30			61		
04		24	39		55	65	77	98
07		25		43	57			99
	16			48				

REFERÊNCIAS

AMARAL, Regiane da Silva. **Adolescência, juventude e HIV/Aids**: estudo de fatores associados. 85f. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Gestão de Programas e Serviços de Saúde. Universidade Ceuma, São Luís, 2016.

BOECHAT, Gustavo Vargas Laprovitera. **Alerta vermelho**: a AIDS bate à nossa porta (uma história da AIDS na Cidade de Itapetininga 1985 – 1999). Dissertação (Mestrado). 201f. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Programa de Medicina Preventiva. São Paulo, 2017.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Orientação sexual/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais/Secretarias de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Código Penal**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão Sexual**: essa nossa (des)conhecida. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COSTA, Elis Regina da; OLIVEIRA, Kênia Eliane de. A sexualidade segundo a teoria psicanalítica freudiana e o papel dos pais nesse processo. **Itinerarius Reflections**. Revista Eletrônica do Curso de Psicologia do Campus Jataí (UFG). v. 2, n.º 11, 2011.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta, 2011.

EGYPTO, Antonio Carlos, (org.). **Orientação sexual na escola**: um projeto apaixonante. São Paulo: Cortez, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 21 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49ª Ed. São Paulo: Global, 2004.

FRY, Peter. **Para inglês ver**. Identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

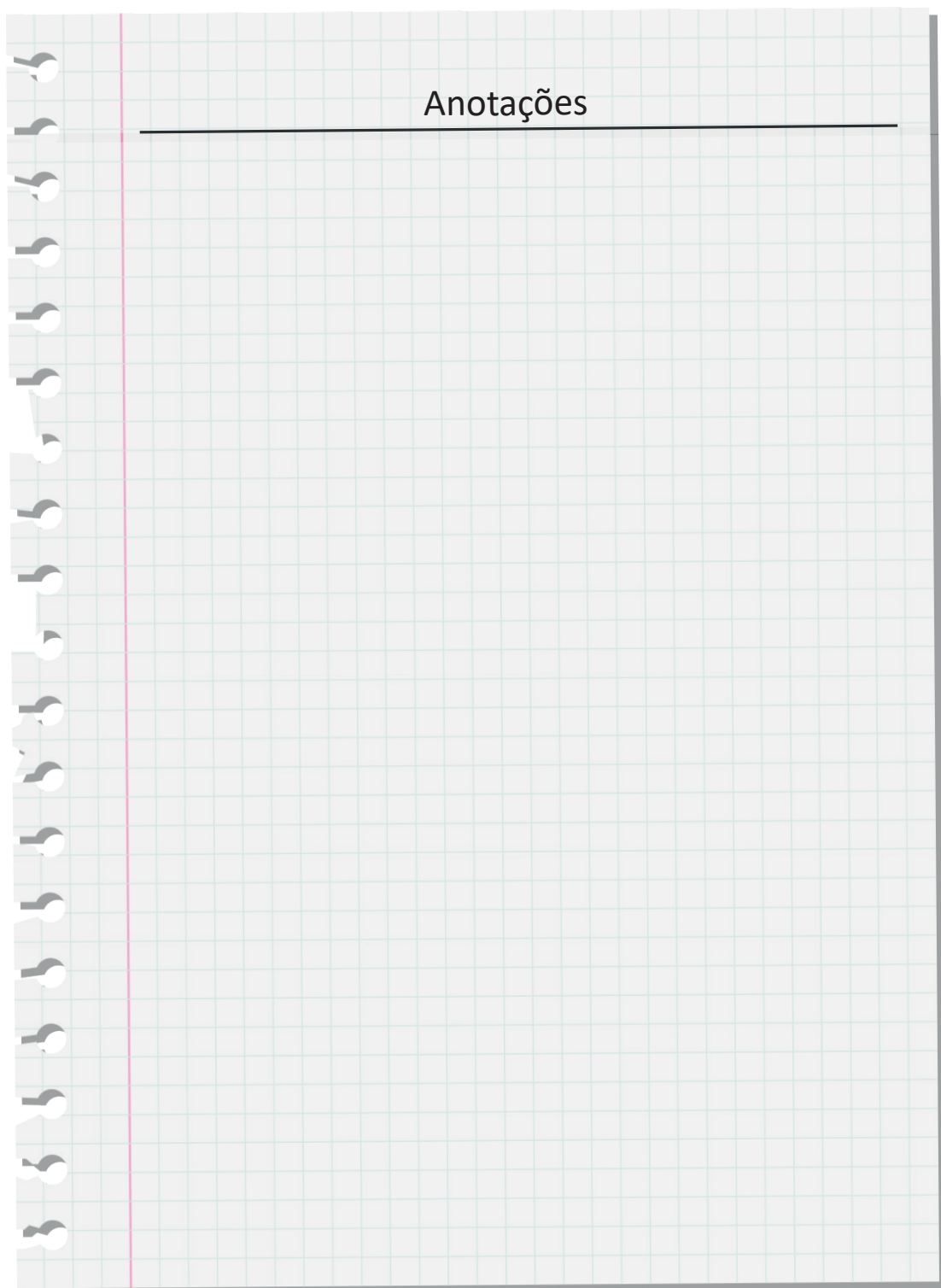
MEDEIROS, Jarles Lopes de. **A escola e os professores diante da problemática da sexualidade**: uma perspectiva histórico-sociológica dos discursos e das práticas educacionais. Fortaleza, 2017. 182 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação). Universidade Federal do Ceará, 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO HIV/AIDS 2018**. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde - Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais SRTVN. 2018.

MULLAHY, Patrick. **Édipo**: mito e complexo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

PONTES, Ângela Felgueiras. **Sexualidade**: vamos conversar sobre isso? Tese. 282f. Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar ICBAS. Programa de Doutorado em Saúde Mental. 2011, Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/24432/2/Sexualidade%20vamos%20conversar%20sobre%20isso.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2019.

SANTOS, Benedito Rodrigues do; MAGALHÃES, Daniella Rocha; MORA, Gabriela Goulart; CUNHA, Anna. **Gravidez na adolescência**: Vozes de meninas e de especialistas. INDICA: Brasília, 2017.





5

as identidades de gênero/sexuais



5.1

as identidades de gênero/sexuais

O planeta Terra é habitado por diferentes formas de vida, raças e espécies. Esses seres possuem particularidades entre si: alguns voam, outros rastejam, nadam, andam, raciocinam, enquanto outros apenas respiram, dentre muitas outras particularidades. De forma geral, as(os) biólogas(os) buscaram catalogar as diferentes espécies e raças em cinco reinos dos seres vivos, que dependendo de suas características se enquadravam em algum destes: Monera, Protista ou Protocista, Fungi, Plantae e Animalia.

Seria uma forma prática e fácil de estudar/compreender as diferentes formas de vida na Terra? Nem tanto, pois o tema é mais complexo. Cada reino possui uma infinidade de subcategorias, milhares de seres. Pertencemos ao reino Animalia, porém não somos as(os) únicas(os). A depender da forma como se locomovem, alimentam-se, respiram, acasalam-se, os animais podem ser classificados em categorias diferentes, o que não caberia neste módulo maiores detalhes⁹⁸.

Pertencemos à espécie *Homo sapiens*⁹⁹. Isso seria suficiente para sabermos as principais características dos seres humanos? O que entendemos por característica principal? Você, prezada(o) cursista, conseguiria destacar as três principais características dos seres humanos? Existem, ainda, três características suas que a(o) diferem das pessoas que a(o) cercam? Bem complexa essa tarefa, não é verdade?

Mesmo pertencendo à espécie *Homo sapiens*, os seres humanos possuem características diversas: étnicas, psicológicas, culturais, aptidões profissionais, gênero biológico, identidade de gênero e orientação sexual, dentre outras. Este módulo discute essas duas últimas categorias com o intuito de mostrar às (aos)

⁹⁸ Se você quiser saber mais sobre os reinos da natureza e sua classificação, sugerimos a leitura da pesquisa “Noções de Taxonomia e Classificação: Introdução à Zoologia”, do Instituto de Física de São Carlos. Disponível em: http://biologia.ifsc.usp.br/bio2/apostila/bio2_apostila_zoo_01.pdf. Acesso em: 28 mar. 2020.

⁹⁹ Conheça mais sobre a espécie *Homo sapiens* lendo a pesquisa do Prof. Fabrício R. Santos, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), intitulada “A grande árvore genealógica humana”. Disponível em: https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/21/05_pag88a113_fabriciosantos_agrandearvore.pdf. Acesso em: 28 mar. 2020.

educadoras(es) que mesmo pertencendo a uma espécie comum, não podemos categorizar os seres humanos apenas de forma binária: homem ou mulher; masculino e feminino; heterossexual ou homossexual e assim por diante.

É importante compreendermos os seres humanos de forma plural, uma vez que há diferentes formas de ser mulher e homem, existem múltiplas feminilidades e masculinidades, bem como diversas maneiras de experimentarmos e sentirmos a nossa sexualidade, como foi discutido no módulo IV. Mesmo tendo características comuns (sistema respiratório, por exemplo), possuímos particularidades que nos diferem umas(uns) das(os) outras(os), e essa diversidade não pode ser estigmatizada. Pelo contrário, deve ser ressaltada, pois a diversidade é uma das principais características da espécie *Homo sapiens*.

5.2

para além da compreensão da sigla LGBT

Quando tratamos das diversidades sexuais é muito comum algumas pessoas não saberem como agir diante da compreensão móvel que há em torno das diferentes identidades e manifestações da sexualidade, do sexo e do gênero. Quando falamos em uma dimensão móvel, entendemos que há constantes mudanças nos conceitos, não existindo um consenso entre eles, podendo assim variar de tempos em tempos ou de acordo com o espaço social. Exemplo dessa (in)compreensão são as siglas¹⁰⁰ que representam as diversidades sexuais: LGBT, LGBTQ+, LGBTI, LGBTTTIS, LGBTQ, LGBTQI, LGBTQIA, GLS, dentre outras.

Em busca de compreendermos as questões em torno dessas siglas, convidamos a assistente social e professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Jessyca Barbosa Duarte¹⁰¹.

A pesquisadora destaca que ainda não existe um consenso sobre qual sigla usar e que existem muitas variações hoje em dia. Essas variações surgem porque outros sujeitos



Para “decifrar” as diferentes siglas é preciso compreender primeiro o significado das letras, pois, a partir disso, você pode significá-las. A – assexuado; B – bissexual; G – gay; I – intersexual; S – simpatizante; Q – queer; T – travesti, transexual e transgênero; L – lésbica. O sinal de “+” significa outros sujeitos.

¹⁰¹ Mestra em Serviço Social (UECE), atualmente desenvolve uma pesquisa de doutorado na Universidade Federal do Ceará (UFC) acerca da temática travestilidade/transsexualidade.

emergem, principalmente a partir dos anos 2000. Isso não quer dizer que são novas pessoas, pois elas sempre existiram de forma silenciada. A partir da década de 1990, a categoria “gênero” adentrou os movimentos sociais, não se restringindo apenas às questões acadêmicas. A entrada das discussões de gênero no campo dos movimentos sociais relacionados à sexualidade e identidade começou a propiciar novas visões e concepções acerca das diversidades sexuais e de gênero.

“Anteriormente, entre as décadas de 1960 e 1970, a categoria mais utilizada era “mulheres”. É a partir das duas décadas seguintes que a categoria gênero passa a ser mais usual, abrangendo outras discussões e outros sujeitos. Esse movimento fez com que as pessoas que compõem essa sigla (LGBT...), uma sigla muito significativa, com muitas particularidades e múltiplas variações, reivindicassem visibilidade, direitos, uma vez que seus corpos, até então, eram vistos como invisíveis, corpos que eram (e ainda são) considerados descartáveis para a sociedade. Por isso, é tão importante que propiciemos abertura dentro das instituições para que essas pessoas falem, para que possamos escutá-las e sabermos quais são as suas demandas”

destaca Jéssyca Duarte.

Oficialmente, em muitas instituições usa-se a sigla LGBT. No entanto, existem outras atualizações como a sigla LGBTQ, a LGBTQI, por exemplo, que inclui as pessoas *queers*¹⁰² e *intersexo*, as quais não se enquadram dentro das normas binárias de gênero. Conforme a professora, até os anos 1990 utilizava-se a sigla GLS, com o “G” (gay) na frente do “L” (lésbicas), dando maior visibilidade aos homens gays dentro do movimento. Assim, as

¹⁰² Para Louro (2004), amparada nos estudos de Judith Butler acerca da Teoria Queer, a pessoa queer é a que foge ao padrão, a desviante, a esquisita, “[...] um jeito de pensar que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do entre lugares, do indecível. Queer é um corpo estranho que incomoda, perturba, provoca e fascina” (LOURO, 2004, p. 57). Para saber mais sobre a Teoria Queer, recomendamos a leitura do livro “Corpo Estranho: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer”, de Guacira Lopes Louro.

mulheres lésbicas reivindicaram visibilidade, direitos e um papel maior de atuação. A mudança da sigla de GLS para LGBT ocorreu no final dos anos 2000.

A atualização da sigla vem ocorrendo constantemente e precisamos entender essas mudanças/variações não como meras modificações de ordem das letras. Temos que compreender essas modificações como algo importante, de luta. Por exemplo, o “L” vir na frente da sigla LGBT significa dar maior visibilidade à luta das mulheres contra o machismo. Essa compreensão é importante para todo o movimento LGBT, uma vez que, além das questões da sexualidade, temos as questões machistas do patriarcado que nos perpassam, a questão do racismo para as mulheres negras, dentre outras problemáticas. As questões da travestilidade/transsexualidade também têm sido colocadas dentro do movimento. Por que não colocar a letra “T” na frente da sigla para dar visibilidade à população transgênero?

Dessa forma, todas essas questões compõem o movimento LGBT, que possui diferentes frentes, para além da ordem das letras da sigla. Todas essas reivindicações dentro do próprio movimento ocorrem não sem contradições, não sem conflitos, no que isso reflete as particularidades do próprio movimento como um todo.

Jéssica Duarte destaca que existem discussões hoje acerca da identidade e da não identidade¹⁰³. Por exemplo, nos países de língua inglesa, como EUA e Inglaterra, têm essa discussão da não identidade queer, que é uma palavra “guarda-chuva”, a qual abriga tantos sujeitos. A palavra queer foi ressignificada, pois no passado era utilizada para xingar as pessoas, depois virou teoria. Hoje as pessoas absorvem essa palavra para si. Então, essa discussão da não identidade já está bem avançada noutros países, até porque existem fatores socioeconômicos que influenciam essas teorias.

No Brasil, ainda estamos caminhando nessas discussões, pois existem muitas pessoas que são contra as políticas da não identidade, mas isso é compreensível. No caso, quem se opõe a não identidade coloca que a questão precisa ser mais bem pensada, porque no Brasil precisamos das identidades para lutar

¹⁰³ Professora, professor, você pode saber mais sobre essas discussões de identidade e não identidade com a leitura do artigo “Os limos felizes da não identidade: tensões e implicações” (VASCONCELOS; ZAGO; MACHADO, 2011).

por direitos. Não temos um sistema burocrático institucional tão organizado em relação ao movimento LGBTQ, como é em outros países, conclui a professora.

Dessa forma, do ponto de vista epistemológico e das políticas públicas, é importante sabermos qual sigla os órgãos oficiais do governo utiliza e também o seu significado. A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)¹⁰⁴, órgãos governamentais e movimentos sociais utilizam a sigla LGBT, que significa Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais. Apesar da sigla ser formada pelas iniciais de apenas quatro grupos, ela se refere a todas aquelas pessoas que não são heterossexuais ou não são cisgêneros. Assim, a sigla LGBT se refere a todas as pessoas que compõem as diversidades sexuais.

Como apontado anteriormente, há algumas variações da sigla LGBT e isso não quer dizer que elas estejam erradas. Há grupos que utilizam essas variações e elas são válidas. Dessa forma, a Coordenadoria de Diversidade e Inclusão Educacional (Codin), vinculada à Seduc, utiliza o termo LGBT em consonância com a ABGLT e demais órgãos governamentais.

Mais importante do que decifrar tais siglas, é compreender e respeitar as múltiplas manifestações da sexualidade e identidades dos sujeitos. Diferentes cidadãs(ãos) compõem a comunidade LGBT e as particularidades que as(os) diferem umas(uns) das(os) outras(os) marca a diversidade do comportamento humano. Portanto, cara(o) cursista, devemos assumir posturas de respeito diante dessa comunidade, uma vez que estamos imersos nela, pois convivemos com alunas(os), amigas(os), colegas de trabalho, vizinhas(os) e familiares que possivelmente pertencem ao grupo em questão.



transexualidade e travestilidade



Agora vamos falar de um assunto muito importante na comunidade LGBT: travestilidade e transexualidade. De forma geral, existe muita incompreensão em torno dessas duas manifestações identitárias, seja relacionada a questões epistemológicas, quando

¹⁰⁴ Você pode conhecer um pouco mais sobre a instituição acessando o site da ABGLT. Disponível em: <https://www.abgl.org/>. Acesso em: 28 mar. 2020.

se indaga: “o que é transexualidade/travestilidade?”, seja também relacionada a dúvidas morais e éticas: “como devo tratar tais pessoas?”.

Concordando com Medeiros e Jucá (2017), não iremos aqui incorrer no risco de conceituar, a partir de uma teoria, o que seria travestilidade e transexualidade, da mesma forma que não explicaremos teoricamente o que é ser homem e o que é ser mulher ou até mesmo a homossexualidade. Não. Optamos por uma abordagem *ênica*, que conforme Benedetti (2005 apud MEDEIROS; JUCÁ, 2017), é uma abordagem segundo a qual os conceitos são criados a partir da fala dos próprios sujeitos.

A melhor forma de compreendermos a travestilidade e a transexualidade é ouvindo esses sujeitos. Assim, convidamos duas mulheres transexuais para dialogarem com o presente estudo: Erikah Pinto¹⁰⁵ Souza e José Honorato Batista Neta¹⁰⁶, ambas professoras e militantes do movimento transexual, travesti e LGBT no Ceará.

A professora e pesquisadora Erikah Souza destaca que os termos transexualidade e travestilidade possuem características distintas, muito embora a maioria das pessoas considere que seja “tudo um pacote só”, uma mesma coisa. Destaca que não é interessante colocar dentro de “gavetas/caixinhas”, delimitando espaços e conceitos. Nessas especificidades é importante compreendermos qual termo usar, quando usar e com quem usar. Muitas vezes, as pessoas não se sentem bem em serem tratadas de uma forma que elas não gostariam.

Transexualidade e travestilidade não são fenômenos da natureza em si, contínua.

¹⁰⁵ Erikah Pinto Souza é licenciada em Pedagogia pela Faculdade Evangélica do Piauí, licenciada em Matemática pela UECE, graduada em Administração pela Faculdade de Tecnologia do Nordeste. Possui especialização nas seguintes áreas: Ensino da Matemática, Gestão e Coordenação Escolar e Gênero e Diversidade na Escola. Atualmente, desenvolve uma pesquisa para Dissertação do Mestrado em Ensino na Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA). É professora de Matemática na Prefeitura Municipal de Maranguape e Diretora de uma escola na Prefeitura Municipal de Itaitinga, além de professora formadora nesta mesma prefeitura.

¹⁰⁶ José Honorato Batista Neta é professora, estudante de Pedagogia na UECE, Educadora Popular e Social, militante do Levante Movimento Popular da Juventude, do Coletivo Paulo Freire – Educação Popular Lutar e Transformar, da União de Negras e Negros pela Igualdade e do Coletivo de Saúde do MST (Unegro).

“Ser uma pessoa travesti e/ou transexual é uma construção social, é um ato político, é a construção de um corpo político, envolvendo discursos de gênero, sexualidade, corpo e diversidade.”

Tudo que quebra ou foge ao padrão heteronormativo causa um transtorno para quem não compreende a dimensão do que é ser uma pessoa nessa condição. No entanto, existem características que distinguem ambas (transexuais e travestis) e é importante falarmos sobre o assunto.

Começando pela transexualidade, a professora questiona:

O que é ser uma pessoa Trans¹⁰⁷?

Uma pessoa transexual é aquela pessoa que não se identifica com a genitália que nasceu, com o órgão sexual biológico. No decorrer de sua vida, ela/ele busca fazer mudanças para se adequar com o que está no seu interior, no seu psicológico, para que se sinta realmente bem.



Existem várias discussões que vão além do campo da construção social, pois uma pessoa pode ser uma mulher trans ou um homem trans e não ter feito a cirurgia de redesignação sexual ainda, uma vez que isso envolve diferentes motivos que estão além da identidade de gênero, que são questões financeiras, também relacionadas à preparação para a cirurgia e todo um processo hormonal e psicológico envolvido. A palavra-chave é construção.

Erikah Souza destaca que devemos ter essa compreensão

¹⁰⁷ Durante o texto, com fins de evitar repetições, sempre que o termo trans for utilizado, compreenda que estamos falando de transexualidade e, em alguns casos, também de travestilidade, a depender do contexto.

de que as pessoas podem se identificar como elas queiram, independente de procedimentos cirúrgicos e/ou hormonais, de condições econômicas ou psicológicas favoráveis para a realização desses procedimentos. Também há sujeitos que não realizaram tais modificações, mas não querem que outras pessoas saibam. Isso também é ser transexual e tal compreensão pode variar de uma pessoa para outra.

Sobre a travestilidade, a professora salienta que embora existam muitas percepções que se aproximam da transexualidade, ela possui dimensões diferentes, com características distintas. Como as pessoas dão muita ênfase a isso, a docente questiona:

O que é ser travesti para as pessoas, de forma geral?

Travesti é aquele ser humano que nasce com um determinado sexo biológico e faz uma construção social em seu corpo em busca de uma identidade de gênero diferente do sexo biológico de nascença.



No caso das mulheres travestis, por exemplo, elas nasceram com um corpo biológico masculino, mas fizeram uma construção social, por meio de uma identidade de gênero feminina, muito embora não vejam a necessidade de fazerem uma redesignação de gênero via procedimento cirúrgico. O que elas querem mesmo é ter a aparência feminina e, nesses casos, a genitália não importa.

Diferente das mulheres e homens trans, que tanto querem ter características diferentes do sexo biológico com o qual nasceram, quanto elas/eles querem fazer também a cirurgia para modificar o corpo, com as travestis isso não ocorre, pois elas não se importam em falar que têm uma genitália diferente da sua identidade de gênero.

O maior desafio para as pessoas trans e travestis, principalmente na atual conjuntura do nosso país, é tentar fazer com que as pessoas aprendam a respeitar as individualidades dos

sujeitos, sem julgamentos. Só assim podemos evoluir enquanto sociedade. O errado para você, pode não ser errado para outra pessoa.

O grande desafio das pessoas trans e travestis na atualidade é tentar fazer com que as pessoas se sensibilizem para a existência de cada pessoa, para o fato de que cada uma é única. O senso comum não é uma regra.

Os tempos mudam, as pessoas e a sociedade mudam e devemos estar abertos a novas propostas e performances de existências.

“Devemos estar abertas(os) para poder compreendermos que a sociedade é dinâmica, só assim podemos evoluir enquanto sociedade”

Conclui Erikah Souza.

José Honorato Batista Neta (ou Neta, como é também conhecida) destaca que não podemos pegar um molde de mulher trans e cristalizá-lo como universal. Isso seria um comportamento normativo muito forte. Há mulheres trans, por exemplo, que não querem fazer o processo de transição de gênero, que não querem colocar silicone no seio, mas querem “ter bunda”. Algumas querem fazer a cirurgia de redesignação sexual e outras não, algumas usam cabelos longos e outras não, barba, maquiagem, assim por diante.

Existe um universo dentro do mundo transexual e travesti e qualquer tentativa de padronizá-lo incorreria no risco de impor uma normatização.”

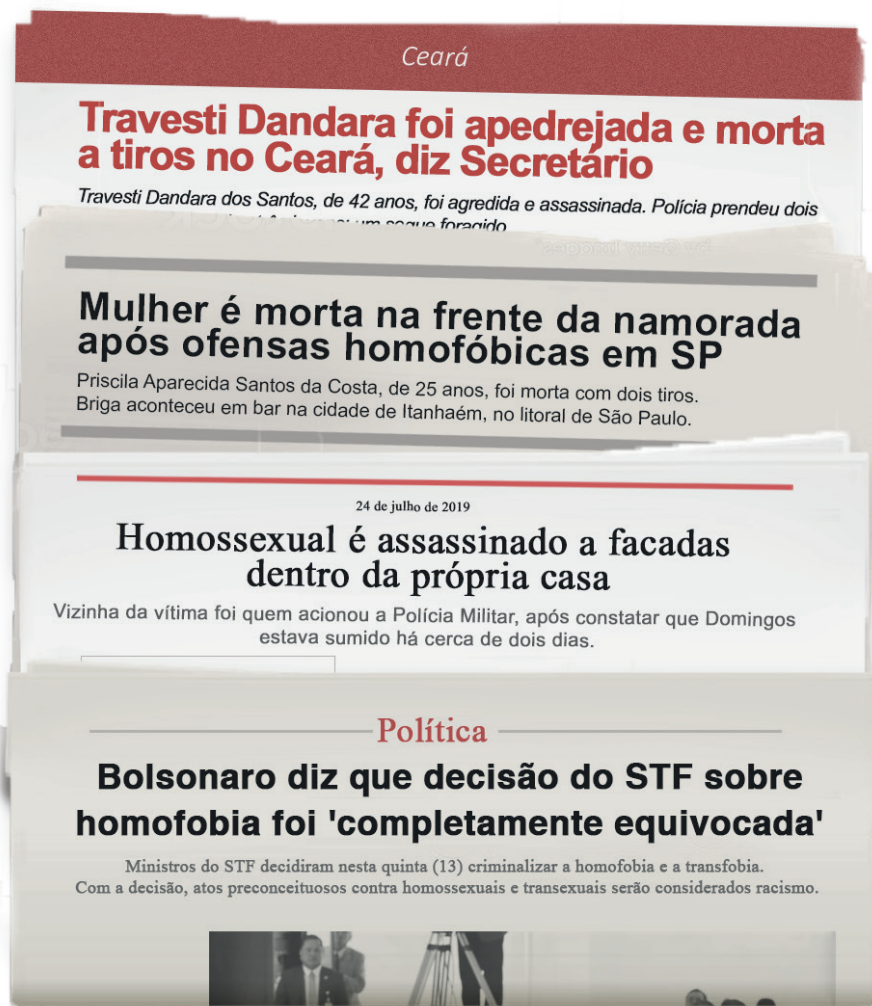
Neta destaca que, de forma geral, a problemática que cerca as pessoas trans é: eu não entendo a transexualidade e nem procuro entender.

Dessa forma, caras(os) cursistas, compreende-se que mais importante do que categorizar as pessoas, é respeitá-las em sua essência e compreender que somos e podemos ser diferentes umas(uns) das(os) outras(os) e que existem várias formas de ser.



5.4

cultura heteronormativa
e culto à LGBTfobia



Essas notícias e muitos outros episódios e discursos são exemplos de como a LGBTfobia desumaniza as pessoas que tem gênero, identidade e orientação sexual diferentes das que são

¹⁰⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

¹⁰⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2016/02/mulher-e-morta-na-frente-da-namorada-apos-ofensas-homofobicas-em-sp.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

¹¹⁰ Disponível em: <https://www.diarioonline.com.br/noticias/maraba/530654/homossexual-e-assassinado-a-facadas-dentro-da-propria-casa>. Acesso em: 10 fev. 2020.

¹¹¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/14/bolsonaro-disse-que-decisao-do-stf-sobre-homofobia-foi-completamente-equivocada.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2020.

consideradas “normais” dentro da cultura cisheteronormativa. A cisheteronormatividade¹¹² institui a heterossexualidade como única possibilidade legítima e natural de expressão identitária e sexual, ou seja, as homossexualidades e transexualidades se tornam “[...] desvio, crime, aberração, doença, perversão, imoralidade, pecado” (JUNQUEIRA, 2007, p. 10).

A norma é naturalizada e “[...] expressa-se por meio de recomendações repetidas e observadas cotidianamente, que servem de referência a todos” (LOURO, 2008, p. 22). A diferença também é ensinada e está inscrita e reinscrita pelas políticas e pelos saberes legitimados, reiteradas por variadas práticas sociais e culturais. Como afirma Goellner (2003), diferentes instituições e costumes sociais, além de ritos, normas e doutrinas, junto com a política, “[...] são construídas e atravessadas por representações e pressupostos de feminino e de masculino ao mesmo tempo em que estão centralmente implicadas com sua produção, manutenção ou ressignificação” (GOELLNER, 2003, p. 18).

Em outras palavras, aquelas(es) que estão dentro dos padrões culturais de masculinidade, etnia branca, heterossexual, cristão, de classe média ou alta, representam a norma. Todas as “outras” pessoas serão marcadas e definidas a partir dessa referência, ou seja, as que fogem à norma serão estigmatizadas. No que tange à sexualidade, a heterossexualidade que é considerada normal, natural, universal, torna-se a referência, sendo, dessa forma, consideradas desviantes, anormais, antinaturais as pessoas que transgridem esse padrão.

Você sabia que, de acordo com Mott (2006), nos últimos quatro mil anos da história humana o Ocidente repetiu que o amor entre pessoas do mesmo sexo era o mais torpe pecado e por esse

¹¹² Utilizamos esse termo para concordar e referenciar o “Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020). O termo cisheteronormatividade foi introduzido por ativistas transfeministas como um neologismo no sentido de atribuir um nome às matrizes normativas e ideais regulatórios relativos às designações compulsórias das identidades de gênero e orientação sexual. Nesse sentido, nomeia-se, consequentemente, experiências de identificação de pessoas, ao longo de suas vidas, com o sexo/gênero que lhes foi designado e registrado no momento do nascimento (atribuição marcada pelos saberes médico e jurídico). Após essa definição, a heterossexualidade passa a ser definida como única possibilidade de sexualidade. Assim, toda uma gama de sexo, sexualidade e identidade de gênero deveriam se enquadrar dentro dos moldes da cisheteronormatividade, sendo apenas pessoas cisgenera e tendo a única orientação sexual considerada normal a heterossexualidade (SILVA, 2017, p. 1).

motivo Deus castigava a humanidade com pestes, inundações, terremotos, entre outras coisas? Que durante a Inquisição os amantes do mesmo sexo eram condenados à morte na fogueira assim como as mulheres que eram consideradas bruxas? Do mesmo modo, alicerçados por teorias científicas racistas e abomináveis, mais de 300 mil homossexuais foram presos nos campos de concentração nazista?

Durante os três primeiros séculos de nossa história, a homossexualidade era conhecida como “abominável e nefando pecado de sodomia” – crime equiparado ao regicídio e à traição nacional e castigado com igual rigor. Quer dizer: dois homens que se amassem deviam ser punidos com a mesma severidade como os inculpadados em crime de lesa-majestade. [...] Foi somente às vésperas de nossa Independência, com a extinção do abominável tribunal da Inquisição, que a sodomia deixou de ser crime e, por influência liberalizante do Código de Napoleão, nosso Código Penal (1823) igualmente descriminalizou o amor unissexual. Foi o primeiro passo a caminho da cidadania dos “pederastas” – termo comum no tempo de nossos bisavós (MOTT, 2006, p. 511).

Apesar dos avanços em nossa legislação acerca da população LGBT, vemos que as notícias desta seção se assemelham ao cenário de séculos passados e a violência contra essa população, vista como minoria social, continua ativa e implacável em nossa sociedade.

O termo “homofobia” é um neologismo cunhado pelo psicólogo clínico George Weinberg (1972), que agrupou dois radicais gregos – ὁμός (semelhante) e φόβος (medo) – para definir sentimentos negativos em relação a homossexuais e às homossexualidades. Junqueira (2007) destaca que o termo é utilizado para violentar e discriminar sujeitos não heterossexuais.

Dessa forma, para entendermos o porquê da íntima relação entre a cisheteronormatividade e a LGBTfobia, elencamos alguns pontos a seguir:

5.4.1

A LGBTfobia (homofobia e transfobia): um problema estrutural

A LGBTfobia é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, sociais e até familiares.

Sabemos que a Constituição Federal (BRASIL, 2016) garante que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Mas será que temos, de fato, direito à liberdade e à igualdade?

Antes de nascer, ao receber nosso nome, somos enquadradas(os) nos processos cisheteronormativos de construção do gênero. Você já percebeu que a primeira pergunta a uma mulher grávida é se o bebê é menino ou menina? Esse nome nos dará a garantia e o reconhecimento social dentro desse sistema¹¹³ binário. Partindo dessa ideia de construção de identidade a partir do nome, vemos que as pessoas trans ocupam ainda (mesmo com a legislação) um não lugar¹¹⁴, ou seja, dentro do sistema não existe um aparato moral que justifique a existência dessa população.

Em sua fala, a professora Neta nos remete à questão do nome como símbolo de luta e direito identitário. Ela destaca que uma de suas maiores lutas no movimento trans/travesti é a aceitação de seu nome, José Honorato Batista Neta. Mesmo contando a história do nome, existe uma luta muito forte de não aceitação de algumas lideranças mais antigas. Também informa que a Associação de Travestis do Ceará (Atrac) luta há 19 anos pelo direito das mulheres e homens trans e travestis de escolherem o seu nome social, só que, muitas vezes, essa liberdade foge aos padrões, pois temos pessoas LGBTs padrão e outras que escapam ao padrão, conclui a professora.

Diante desse cenário, vemos a desumanização das pessoas LGBTs, em especial as pessoas trans, que transgridem as normas de gênero e sexualidade. O processo de exclusão começa muito cedo, dentro da família, quando pais e mães descobrem que suas filhas e/ou filhos estão se rebelando contra o que é imposto

¹¹³ Utilizamos esse termo conforme o Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019, para fazer relação ao sistema social baseado na estrutura cisgênera (COELHO, 2020).

¹¹⁴ Significa que não ocupam um lugar definido na sociedade.

pela natureza ao desejarem usar roupas e brinquedos que não são apropriados para seu gênero. O caminho encontrado para “consertá-los” é, geralmente, a expulsão e a violência.

Outras instituições, como igrejas e escolas, também excluem essas pessoas com argumentos moralistas e religiosos. As(os) LGBTQs são tratadas(os) e consideradas(os) seres marginais por estarem à margem e fora de todos os padrões normativos estruturais.

Sobre a não aceitação das pessoas LGBTQs no âmbito da família, a fala da professora Neta pode ilustrar a situação. Ela destaca que uma das maiores dificuldades atuais das mulheres trans e travestis é não ter um local para viver: “não temos casa, não temos família, não temos escola nem direito à educação, segurança, saúde, não temos direito a completamente nada. Como é que esses direitos nos são negados?”.

A LGBTQfobia, expressa não só em palavras e atitudes agressivas, mas em mortes, retira de uma considerável parcela da população mundial a condição de humanidade, ou seja, a “[...] homofobia passa a ser vista como fator de restrição de direitos de cidadania, como impeditivo à educação, à saúde, ao trabalho, à segurança, aos direitos humanos” (JUNQUEIRA, 2007, p. 7).

Nesse sentido, considera-se que comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cuja heteronormatividade é regra e não exceção. Portanto, torna-se imperativo pensar sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas, econômicas, institucionais e interpessoais. Façamos nossas as palavras do Ex-Ministro Celso de Mello então Presidente do Supremo Tribunal Federal, em 1998:



Não adianta comemorar o cinquentenário da Declaração dos Direitos Humanos, se práticas injustas que excluem os homossexuais dos direitos básicos continuam ocorrendo. É preciso que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário tomem consciência e tenham percepção de que é necessário enfrentar essa situação de grave adversidade por que passam os integrantes deste grupo extremamente vulnerável (MELLO, 1998 apud MOTT, 2012, p. 1-2).

A heteronormatividade mantém fortes vínculos com outros “arsenais normativos, normalizadores e estruturantes” (JUNQUEIRA, 2007, p. 155), tais como o racismo, o sexismo, a misoginia, a xenofobia, o classismo, entre outros.

Os marcadores identitários relativos a sexo, gênero e orientação sexual se constroem em relação com outros: cor, raça, etnia, corpo, idade, classe, origem (social geográfica). Isso significa que não podemos, de maneira isolada, levar em consideração as produções de seus significados, os múltiplos nexos que estabelecem entre si e os mútuos efeitos que produzem.

Os processos identitários de gênero e sexualidade se constroem a partir de representações sociais naturalizadas e das relações de poder, além de se produzirem indissociavelmente das noções de raça, etnia e classe. Em outras palavras, a homofobia, o sexismo, a misoginia e o racismo se encontram, reforçam-se, confundem-se e se retroalimentam uns dos outros.

Nesse sentido, concordamos com Junqueira (2007) ao afirmar que as diferentes manifestações do preconceito, materializadas no machismo, racismo e homofobia, dentre outras formas, engessam o processo identitário das pessoas, com a imposição de limites a outras possibilidades possíveis de viver as identidades. A heteronormatividade é um exemplo disso.

Podemos constatar, dessa forma, que a interseccionalidade das variadas formas de opressão sofridas pela população LGBT deve ser uma ferramenta *sine qua non* para que possamos analisar suas condições de sobrevivência, problematizando a normatização e o binarismo no combate à cisheteronormatividade.

5.4.2

a LGBTfobia e sua estreita relação com as questões de gênero

[...] se um adolescente ou um aluno manifesta qualquer sinal de homossexualidade, logo aparece alguém chamando-o de “mulherzinha” ou “mariquinha”. O que poucos se perguntam é por que ser chamado de mulher pode ser ofensivo. Em que sentido ser feminino é mau? (CARRARA, 2006 apud JUNQUEIRA, 2007, p. 08).

O que essa citação quer nos dizer? Você já tinha pensado sobre isso? Se você pensou na íntima relação entre a LGBTfobia (homotransfobia) e as normas de gênero que regulam nossas crenças, valores e atitudes, tornando nossas relações opressivas e discriminatórias quando significamos o que é ser mulher ou homem, você acertou! O assassinato de travestis e transexuais em nosso país não acontece alheio à história da misoginia.

O país que mais mata LGBTs também é recordista em morte de mulheres, uma vez que, numa sociedade alicerçada em princípios patriarcais, o feminino é, histórica e socialmente, desvalorizado. Assim, as mulheres são consideradas homens incompletos, o que também reflete na população LGBT, uma vez que a violência é maior em relação às pessoas que possuem performances mais próximas do feminino (BENTO, 2014).

É de suma importância que possamos articular o entendimento que temos de feminicídio às singularidades de uma parcela significativa da população que sofre com essa mortalidade transfóbica. Não dá mais para lermos ou ouvirmos casos de ódio e assassinatos pelo simples fato da condição feminina ser considerada defeituosa, um gênero falho e, no que se refere às pessoas LGBTs, serem considerados seres abjetos. Assim, conforme Coelho (2020), uma das funções do feminicídio é subjugar o feminino ao masculino. Da mesma forma, a transfobia submete a transexualidade à cisheteronormatividade/cisgeneridade. Dessa maneira, podemos compreender o “[...] ‘transfeminicídio’ como um dispositivo violento capaz de simbolizar e ritualizar - em formas barbaramente fúnebres - as economias da misoginia e da transfobia, que não cessam de distribuir e concentrar o valor dado a cada vida na sociedade patriarcal” (COELHO, 2020, p. 1).

A misoginia mata tanto quanto a transfobia, seja no espaço público ou privado. A autora Segato (2012) nos apresenta dois conceitos que andam juntos, contudo, com significados distintos. O primeiro, como já conhecemos, é o feminicídio, que opera no espaço doméstico¹¹⁵; o segundo é a noção de

¹¹⁵ O feminicídio não acontece somente no espaço doméstico, contudo penso que a autora quis dizer que ele tem na sua raiz uma implicação nas relações interpessoais.

femigenocídio, que não opera na esfera doméstica, mas remete ao assassinato de mulheres em função do gênero e sem implicação pessoal. Do mesmo modo, Coelho (2020) no inspira ao trazer, a partir de Segato, os conceitos de transfeminicídio¹¹⁶ e transfemigenocídio¹¹⁷. Concordamos com Coelho (2020) ao problematizar que:

O transfeminicídio ou o transfemigenocídio partem de um mesmo núcleo, uma mesma ordem deliberadamente misógina, transmisógina, transfóbica, machista, patriarcal, atravessando o trabalho sexual exercido em condições precárias, passando pela expulsão da casa, pelo isolamento social, pela racialização, pelos mitos do amor romântico. Tudo nas normas binárias, heterossexistas e cisonormativas de gênero culmina em mortes cerimonialmente violentas contra mulheres e travestis (COELHO, 2020, p.1).

Nesse sentido, é imperativo tratar os crimes de transfeminicídio¹¹⁸, LGBTcídio, não como crimes de amor ou passionais, mas delitos de ódio e demonstrações de poder alicerçados em nossa estrutura política sócio-cultural cisheteronormativa.



¹¹⁸O transfeminicídio é classificado como o assassinato sistemático de travestis e mulheres transexuais, sendo caracterizado como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans, motivada pelo ódio, abjeção e nojo” (BENTO, 2014). Trecho da entrevista intitulada “Brasil: o país do feminicídio”, concedida à Revista Fórum em 9 de junho de 2014.

Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/brasil-o-paistransfeminicidio/>. Acesso em: 10 fev. 2020

¹¹⁶ Vejamos alguns exemplos apresentados pela autora: [...] Quando uma mulher cisgênera quer se divorciar e é morta, isso é feminicídio. Quando uma travesti prostituta é morta pelo seu cliente, isso é transfeminicídio. Quando uma mulher morre em decorrência da criminalização do aborto e depois tem o seu cadáver incinerado, isso é femigenocídio. Quando uma mulher transexual morre em decorrência de silicone industrial inflamado porque poucos hospitais públicos são capacitados para tratar o problema, isso é transfemigenocídio [...] (COELHO, 2020).

¹¹⁷ Ver no Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019 (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

5.5

resistência LGBT

As pessoas LGBTs enfrentam um cenário bastante crítico. No Brasil, de acordo com a reportagem de Sousa e Arcoverde (2019), a cada 23 horas uma pessoa é morta em decorrência da homofobia. Em 2019, houve um avanço no que diz respeito às políticas públicas, uma vez que o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou a criminalização da homofobia e transfobia. A partir de então, os crimes motivados por homofobia serão enquadrados no crime de racismo.

Não há dúvidas de que foi um marco na valorização e garantia dos direitos humanos. Porém, é preciso avançar em direção à efetivação do respeito e da dignidade humana do público LGBT. A seguir, vamos falar sobre LGBTcídios.

5.5.1

LGBTcídios¹¹⁹

Dandara Kettlyn de Velasques. Este é o nome real de quem foi denominada pela imprensa como Dandara dos Santos, quando esta foi morta em Fortaleza, CE, em 2017. Ainda que ambos sejam nomes sociais, muitas vezes Dandara teve seu nome civil exposto, apontando uma das maiores violências que pessoas trans são submetidas. A negação de seu nome, sua identidade, uma apropriação de uma sociedade que muitas vezes prefere expor do que acolher. Sua tortura à luz do dia foi filmada e disponibilizada

nas redes sociais, à princípio como um prêmio para quem expressa seu ódio por meio de uma execução que remete às leis abraâmicas. Por fim, diante da mobilização das organizações e ativistas, as imagens serviram como prova para a condenação dos criminosos.

Neon Cunha

Mulher negra, ameríndia e trans. Publicitária e ativista independente articula junto a Marcha das Mulheres Negras de SP. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

¹¹⁹ Com esse termo estamos contemplando os assassinatos de homossexuais e o transfeminicídio

Os dados acerca da LGBTfobia são produzidos por movimentos sociais, exatamente pela urgência do tema e pela luta histórica contra a violência LGBTfóbica, uma vez que o Estado tem se omitido ao não levantar esses números, principalmente tipificá-los criminalmente.

De acordo com o Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras 2019 (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020)¹²⁰, 99% das pessoas LGBTs não se sentem seguras no país.

O índice de violência diária aumentou drasticamente, chegando à marca de 800% de notificações de agressões contra a população trans e ao grave número de 11 pessoas agredidas diariamente no Brasil¹²¹.

Transfeminicídio/Travestício é a expressão mais visível e final de uma cadeia de violência estrutural que responde a um sistema cultural, social, político e econômico estruturado por uma divisão de gênero binária excludente (RADI, BLAS Y SARDÁ-CHANDIRAMANI, ALEJANDRA, 2016 apud BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020, p. 7)¹²²

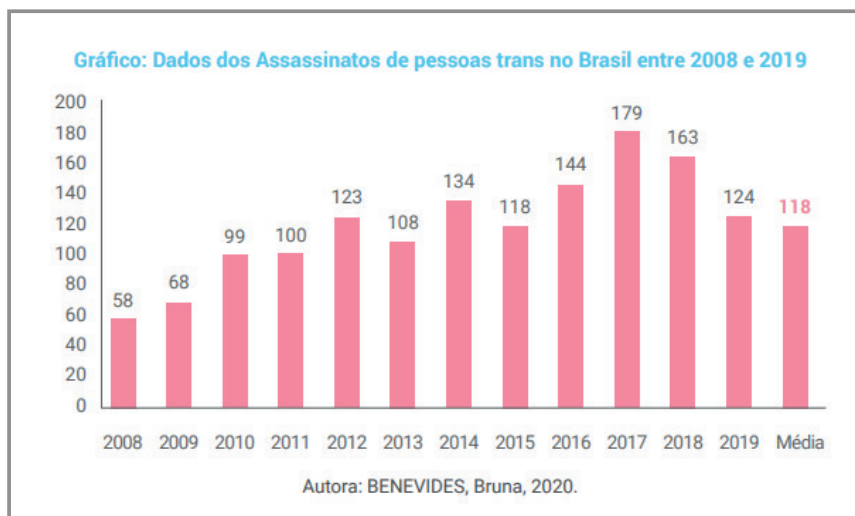
Entre os anos de 2017, 2018 e 2019 foram contabilizados 466 assassinatos de pessoas trans no Brasil. No ranking por estado, levando em consideração dados absolutos, São Paulo aparece em primeiro, com 51 casos; Bahia e Ceará em segundo, com 40 casos.

¹²⁰ O dossiê foi organizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais – Antra. Ele faz parte de uma série contínua de pesquisas que são lançadas anualmente no dia 29 de janeiro - Dia Nacional da Visibilidade Trans. O presente levantamento, assim como as edições anteriores, lançadas em 2018 e 2019, tem como principal característica a produção de dados através de pesquisas, monitoramento e análise, bem como a publicação de resultados sobre a violência enfrentada pela população trans.

¹²¹ Ver Pesquisa na Revista Gênero e Número. Disponível em: <http://www.generonumero.media/transfobia-11-pessoas-trans-saoagredidas-a-cada-dia-no-brasil-2/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

¹²² Ver Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras (2019).

Gráfico 1 – Dados dos assassinatos de pessoas trans no Brasil entre 2008 e 2019



Fonte: Benevides e Nogueira (2019)

Quanto mais jovens, mais expostas ao assassinato estão as pessoas trans, com uma média de 29,7 anos, demonstrando que a expectativa de vida de pessoas trans é baixa.

As mais atingidas por essa realidade são as mulheres trans, pois 97,7% dos assassinatos foram contra pessoas trans do gênero feminino.

A maioria dos assassinatos acontece na rua (64%); no espaço público, direcionados contra travestis e mulheres transexuais profissionais do sexo, os assassinatos totalizam 67%. Sem dúvidas, as travestis e as mulheres transexuais são as mais expostas à violência direta e vivenciam o estigma que os processos de marginalização impõem cotidianamente.

As travestis e transexuais femininas constituem um grupo de alta vulnerabilidade à morte violenta e prematura no Brasil. Apesar de não haver estudos sistemáticos sobre a expectativa de vida das travestis e transexuais femininas, Antunes (2013) afirma que a expectativa de vida desta população seja de 35 anos de idade, enquanto a da população brasileira em geral é de 74,9 anos (IBGE, 2013 apud BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, p. 32).

Comungando com os dados nacionais de desigualdade racial e o extermínio da população negra, tivemos 82% dos casos identificados como sendo de pessoas trans pretas e pardas.

Sabemos que o Brasil é um país racista e violento. A população negra tem mais chances de ser assassinada. Se acrescentarmos os marcadores de gênero e sexualidade esses índices disparam. Trata-se de uma realidade cotidiana que conhecemos bem.

Outro dado importante é como a mídia veicula e divulga os casos de assassinatos dessa população. Diversos canais vêm reportando assassinatos de travestis como se fossem "homens vestidos de mulher" ou ainda "homossexual assassinado com roupas femininas". O mesmo ocorre no caso de homens trans, quando são identificados como sendo "lésbicas" pelos jornais e meios de comunicação.

Em 2019, 29% dos casos notificados não respeitavam a identidade de gênero das vítimas e 91% dos casos expuseram seu nome de registro, muitos deles sem menção ao nome social (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019).

Nesse sentido, concordamos com o Relatório do Mapa dos Assassinatos 2017 ao analisar que:

[...] sobre os efeitos da publicação de fotos desmoralizantes, imagens e vídeos brutais dos assassinatos de Travestis e Transexuais e de como a veiculação deste material nas redes sociais trazem ainda mais sofrimento a memória das vítimas, expondo seus corpos mutilados e muitas vezes desnudos de forma completamente irresponsável e que não colaboram com as investigações como muitos pensam. Apenas transforma o assassinato de pessoas Trans em um show de horrores, aberto a acusação, julgamento e culpabilização das vítimas pelo mal brutal que lhe acometera. Podem ainda incentivar sentimentos perturbadores caso não constem informações sobre o conteúdo e ainda violam direitos post mortem como a honra, imagem, intimidade, privacidade e inviolabilidade de seus restos mortais, garantidos pelo princípio da dignidade da pessoa humana (BENEVIDES, 2017 apud BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019).

Por fim, o dossiê apresenta que 80% dos assassinatos são cometidos com requintes de crueldade, com uso excessivo de violência e associação com mais de um método e outras formas brutais de violência.

O Centro de Referência LGBT Janaína Dutra (CRLGBTJD), localizado em Fortaleza (CE), vem, desde 2017, realizando um levantamento dos casos de homicídio “com possível atravessamento da LGBTfobia”¹²³ na capital cearense. É imperativo afirmar que esses dados não tiveram auxílio técnico dos órgãos de segurança pública pela inexistência de estatísticas oficiais sobre o tema¹²⁴.

Dentre os casos catalogados em 2017, encontra-se o assassinato de Dandara Ferreira, cuja flagrante brutalidade e expressão de transfobia chocaram o mundo e chamaram a atenção para a invisibilidade da violência empreendida contra a população LGBT em nosso estado, contrastando com a negação da existência de casos dessa natureza pelos órgãos oficiais de Segurança Pública (CENTRO DE REFERÊNCIA LGBT JANAÍNA DUTRA, 2018).

Instituições como essas que acompanham a população LGBT no país são precursoras nessas pesquisas, pois problematizam sobre uma face importante dos processos de vulnerabilidade social e as expressões de violência a que grupos sociais como os LGBTs são historicamente submetidos.

Em 2018, ainda de acordo com a pesquisa do Centro de Referência LGBT Janaína Dutra, foram catalogados 09 assassinatos com possível atravessamento da LGBTfobia no município de Fortaleza. A partir desses dados foi possível identificar que:

¹²³ Levantamento do LGBTcídio em Fortaleza - Ano 2018.

¹²⁴ A instituição nos alerta que os dados ora levantados podem não corresponder ao número exato de assassinados com possível atravessamento da LGBTfobia no período pesquisado, bem como apresenta algumas lacunas de informações sobre os casos e seus desdobramentos, pelo motivo acima explicitado.

Foram registrados casos nos bairros Ellery, Benfica, Barroso, Mucuripe, Bela Vista, Edson Queiroz, Planalto Airton Senna e Centro.

Travestis e Transexuais apresentaram o perfil identitário mais vulnerável à violência letal intencional com possível atravessamento da LGBTfobia em Fortaleza, correspondendo a 45% das vítimas.

O perfil etário das vítimas é bastante jovem. 55% tinha entre 17 e 28 anos de idade, ao passo que a expectativa de vida média da população cearense é de 74,3 anos, conforme divulgou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em 2016.

Um terço (1/3) das vítimas atuava como profissional do sexo e 45% não chegou a concluir o Ensino Médio, indicando que os contextos de vulnerabilidade social - em especial a exclusão do mercado de trabalho formal - podem ter uma relação determinante ou potencializadora do acesso à violência letal.

Apenas 01 (uma) das 09 (nove) vítimas foi identificada como branca, sendo as demais pardas ou negras.

78% dos crimes ocorreram em vias ou locais públicos e 22% na residência da própria vítima.

Por fim, identificamos que ambas pesquisas revelaram a insegurança, impunidade e invisibilidade que ainda fazem da cidadania plena da população LGBT um grande desafio contemporâneo.

Portanto, é de suma importância que possamos atrelar a legislação, fruto da conquista do movimento LGBT, a mudança estrutural das normas sociais cis-heteronormativas. Como faremos isso? Qual o papel da educação e da escola para o combate à LGBTfobia? A criminalização da LGBTfobia resolve o problema dos crimes de ódio à população LGBT?

Para nos ajudar a iluminar essa problemática, convidamos a advogada Ananda Puchta, que participou, enquanto sociedade civil, do processo de criminalização da LGBTfobia. Aproveitem e reflitam sobre as questões acima propostas.

Ananda Puchta

Curitiba, 30 de março de 2020

“*Olá, tudo bem? Meu nome é Ananda Puchta, sou advogada, e estou aqui para compartilhar com vocês um pouco da minha experiência como representante da sociedade civil no processo da criminalização da LGBTfobia. No dia 14 de fevereiro de 2019 eu fui uma das defensoras que, representando o Grupo Dignidade - ONG curitibana que defende os direitos humanos LGBTI+ -, sustentou na tribuna do Supremo Tribunal Federal (STF) como amicus curiae (amiga da Corte) da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26. Mas o que é amicus curiae? O amicus curiae é um instituto jurídico que possibilita a manifestação de uma terceira parte perante o Tribunal, ou seja, qualquer entidade da sociedade civil organizada que, comprovadamente, demonstre interesse em discutir a temática, pode propor um pedido de amigo da Corte.*

Aquele dia 14 de fevereiro foi a primeira vez em toda a minha carreira que subi na tribuna do STF e, posso dizer, não foi uma tarefa fácil. Com apenas cinco anos de formada, com alguma experiência na atuação jurídica a frente de uma entidade séria como o Grupo Dignidade tive, naquele momento, a responsabilidade de levar aos Ministros não só os dados alarmantes da realidade violenta que assola a vida de muitas lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans e intersexo, como também a responsabilidade de representar uma comunidade tão diversa. Naquele momento, eu era a única mulher cisgênera, negra e lésbica a falar, e tinha apenas 10 minutos. Esses 10 minutos na verdade, resumem um trabalho de meses, de uma equipe coesa e incansável,

que percorreu inúmeras vezes os corredores do Congresso Nacional, da Procuradoria Geral da República, do Supremo Tribunal Federal, que pressionou políticos, gestores, juristas e a opinião pública. Tudo isso em busca de um objetivo comum: cobrar um posicionamento do Estado Brasileiro, fazer com que a população LGBTI+ fosse contemplada na já existente Lei de Racismo, até que o Congresso Nacional legislasse algum dispositivo específico e que contemplasse os direitos dessa população.

Não sejamos ingênuos, o julgamento da ADO 26 e do MI 4733 protagonizou uma midiática disputa entre os Poderes da República e, por certo, os bastidores estavam acirrados para manter o julgamento inerte, sem conclusão. Ainda assim, a força da sociedade civil cobrou o papel contramajoritário do STF e uma vitória agridoce se concretizou em meados de junho de 2019.

O sabor do ganha, mas não leva, o agridoce na boca, é evidente. Isso porque, apesar do STF considerar a violência contra pessoas LGBTI+ ou LGBTIfobia como racismo social, pois externa o subjugo de uma população perante outra, a real mudança perpassa pelo árduo e ainda incipiente reconhecimento social e respeito às diversas identidades de gênero, orientações sexuais e expressões de gênero. Ou seja, nosso trabalho está apenas começando.

Nesse sentido, a educação é a nossa maior arma contra o preconceito. Somente através da informação e do conhecimento conseguiremos de fato mudar a cultura de violência que assola nossa população. Aprender a lidar com as diferenças, conhecer as diversas formas de amar e de ser, são passos importantes para que toda complexidade humana possa ser compreendida e respeitada. O medo do que não se conhece e a repulsa propagada contra a população LGBTI+ por pessoas que, ao invés de amarem o próximo como ele é, o condena, fazem com que, ainda, precisemos de legislações punitivas para nos proteger.

Por certo, a educação é muito mais eficaz na luta contra a LGBTIfobia do que a punição penal, mas, em uma sociedade que não valoriza o corpo docente como deveria, que trata a educação não como investimento e prioridade, mas como despesa que onera os entes federativos, não há outra possibilidade a não ser exigir que, ao menos, o Estado Brasileiro tome alguma atitude contra a violência bárbara que acomete as pessoas LGBTI+.

Essa experiência foi, sem sombra de dúvidas, muito marcante na minha vida pessoal e profissional, mas tenho certeza que essa legislação fará ainda mais diferença na vida de pessoas comuns que, agora, podem exigir respeito e igualdade ao Estado quando forem discriminadas. Espero que nunca esqueçam o poder da educação nessa luta, que é, antes de tudo, por dignidade."

*Abraços,
Ananda Puchta
Curitiba, 30 de março de 2020*

5.6

o desafio da escola: a (des)construção da diferença

A escola, enquanto instituição promotora de aprendizagem, construção do conhecimento, mas também palco de relações sociais, deve discutir esses temas que vimos apresentando ao longo deste curso. Sobre as questões das identidades sexuais, não seria diferente, uma vez que diferentes alunas(os) e profissionais frequentam seus espaços, portanto, é fundamental que o diálogo seja efetivado para que as pessoas possam conviver umas com as outras em relações pautadas no respeito.

É muito comum algumas(uns) professoras(es) e/ou gestoras(es) alegarem que o tema não é discutido na escola devido

a uma resistência das famílias dos jovens, que não concordariam, ou até mesmo uma ausência de formação docente que validasse o debate. Uma pesquisa desenvolvida por Medeiros (2017) com professoras(es) do município de Fortaleza acerca das concepções e práticas docentes no que diz respeito à sexualidade dos alunos evidenciou esses dois argumentos no discurso docente, mas trouxe também à tona uma resistência docente em falar sobre o assunto.

De forma geral, as(os) professoras(es) não discutiam o tema na escola, justificando falta de tempo devido à exigência de cumprimento do calendário escolar. Acreditam também que discutir acerca da sexualidade e identidade dos alunos diz respeito, unicamente, às professoras de biologia, o que não procede.

Alguns professores, isoladamente, debatem o tema quando ele emerge em sala de aula materializado em situações de machismo e homofobia, mas nem todos. De modo geral, a pesquisa mostrou que as concepções pessoais que as(os) professoras possuem a respeito da sexualidade e/ou identidades sexuais e de gênero, influenciam e guiam suas práticas pedagógicas. Algumas professoras afirmaram que não tratam do assunto, pois consideram que “Deus fez o homem para a mulher” e que não cabe à escola questionar isso.

Cara(o) educadora/educador, é para superar esse quadro de silêncio e preconceito nas práticas educativas, como também enfrentar as desigualdades de gênero e hierarquias sexuais, que estamos aqui, juntas(os), conhecendo e construindo conhecimento. É importante que você saiba que não tem obrigação de saber de tudo, mas é preciso estar aberta(o) à busca sempre contínua de novos conhecimentos, sobretudo quando estamos lidando com as(os) alunas(os).

Podemos até não saber como agir diante de alguma situação mais complexa envolvendo pessoas LGBTQs, mas certamente sabemos que o preconceito, a exclusão e a violência não são caminhos viáveis. Na dúvida, optemos sempre pelo respeito, pela tolerância e compreensão, sem segregação ou silenciamentos. A escola tem essa função social de receber e incluir todas(os). Dito isso, retomamos alguns apontamentos das professoras Erikah Souza e Neta sobre a escola.

Erikah destaca que temos grandes desafios na escola, instituição que deveria ser um espaço acolhedor, mas que na

prática, não é. Informa que muitas pessoas LGBTs iniciam suas vidas com o desafio de se afirmarem, primeiramente, nos seus lares, junto a suas famílias. Em seguida, adentram outros espaços, como a escola. Com o tempo, sobretudo as alunas trans, são excluídas e expulsas da instituição. No futuro, devido ao não acesso à escola, a profissionalização acaba sendo mais difícil, o que não gera muitas opções para o mercado de trabalho, por isso muitas acabam se rendendo à prostituição, mercado da beleza ou subempregos.

Nesse sentido, a professora Neta complementa salientando que:

“a expulsão de uma travesti/transsexual da escola ocorre de diversas formas, não necessariamente com as(os) gestoras(es) e professoras(es) segurando a mão das(os) alunas(os) e (as)os pondo para fora. A expulsão começa com a negação do banheiro, da voz, do comportamento, das vestimentas, com a negligência e silenciamento diante de pedidos de ajuda perante situações de violência, também quando dizem: “você é menino, vista-se como menino”, entre outras situações.”

Neta destaca ainda que há um processo de negação da sexualidade ao longo da Educação Básica. Em relação às pessoas LGBTs, há uma grande preocupação e dificuldade com a aprendizagem, uma vez que essas pessoas têm que se preocupar com as(os) colegas que são possíveis agressoras(es); têm que se preocupar com as(os) professoras(es) que não intervêm e quando o fazem é para dizer que elas/eles não são normais, que devem agir e se vestir como homem (no caso do gay ou trans feminina) ou como mulher (no caso da lésbica ou trans masculino).

Neta relembra que escutou muito esse discurso de repressão e exclusão de suas professoras: “você menino, fale direito, fale como homem”. Ela relata que são palavras muito difíceis de escutar nesse processo e que esse olhar de negação, exclusão das(os) professoras(es) perturba muito, pois é um olhar de repúdio para as(os) alunas(os) transexuais e travestis, é um olhar que diz: “você não deveria estar aqui”.

Um dos problemas mais acentuados para a população trans e travesti é a falta de estudos, situação que acaba por deixá-las sem qualificação e, conseqüentemente, sem emprego. Dessa forma, as professoras Erika e Neta apontam os mesmos percalços de violência e negligência escolar que expulsam as trans da escola, não assegurando uma formação completa, pelo menos na Educação Básica. Esse quadro repercute nas dificuldades de profissionalização, mas também na falta de oportunidades. Assim, a prostituição acaba sendo uma saída, mas não a única.

Neta continua relatando que essa negação do estudo é muito forte, pois quando se abandona ou se é expulsa(o) da escola, não há formação que assegure um bom futuro profissional, por isso a prostituição e os trabalhos subalternos apontam como alternativa. Quando algumas se formam no ensino superior, ainda assim acabam não tendo oportunidades de emprego. No caso das professoras, por exemplo, existe uma grande resistência das famílias em terem professoras trans na Educação Infantil.

A negação da educação e de todos os espaços é uma das maiores pressões que a população trans sofre, destaca. O problema começa na escola, mas antes da escola tem a família. Muitas vezes a criança trans sofre na escola e leva para a família, o que gera outra problemática: a família aceita o processo transexualizador da criança e a escola atrapalha.

A escola é o local onde se aprende a base do ensino. Se temos uma escola que não abrange todas as pessoas é porque há expulsão, ou seja, se a instituição não acolhe, ela expulsa, se ela expulsa a trans e esta não volta, configura-se, assim, a evasão escolar. Neta conclui lançando a seguinte reflexão:

[...] quando a(o) aluna(o) abandona a escola, é porque a escola já abandonou a(o) mesma(o). Eu mesma fui abandonada pela escola, pelas professoras e professores, pelo núcleo gestor. Entregaram-me ao Conselho Tutelar, pois não sabiam lidar com o meu processo de rebeldia, não compreendendo-me. Andei de escola em escola, até que um dia encontrei uma escola que tinham pessoas diferentes assim como eu. Eram os excluídos dos excluídos, como é a criança trans (NETA).

Erikah finaliza suas contribuições informando que a aversão aos LGBTs, em geral, é fruto de todo um contexto opressor imposto a essas pessoas. Por achar que a população LGBT rompe os padrões sociais que as pessoas devem seguir, os quais foram transmitidos de tempos em tempos por diversas instituições sociais (família, escola, igreja), a sociedade impõe que o comportamento

dito normal, heteronormativo deve ser respeitado. Dessa forma, acusam as pessoas LGBTQs, sobretudo as trans, de romperem a barreira do que é considerado “respeitoso” e “tradicional”.

5.7

legislações importantes

I. Casamento e união estável

Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, pela primeira vez, a união estável homoafetiva. A conversão da união estável em casamento foi reconhecida pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução n.º 175 de 14 de maio de 2013. A resolução proíbe que cartórios em todo o país se recusem a celebrar ou converter uniões estáveis em casamento.

II. Adoção

A adoção de crianças por casais do mesmo gênero não é proibida, mas também não é regulamentada por lei. A primeira adoção oficial aconteceu no ano de 2005, em Catanduva, no interior de São Paulo. Três anos depois, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mudou o formato da certidão de nascimento de “pai e mãe” para “filiação”, para ser abrangente com casais LGBTQs.

Segundo o art. 42 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

Podem adotar os maiores de 18 anos, independente do estado civil [...].

§ 2º Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.

III. Nome Social

O Decreto n.º 8727/2016 garante o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Do mesmo modo, o Decreto estadual n.º 32.226/2017 dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração Pública Estadual.

O Conselho Estadual de Educação do Estado do Ceará estabeleceu a Resolução CEE n.º 437/2012 que inclui o nome social de travestis e transexuais nos registros escolares internos do sistema estadual de ensino.

As Portarias SME n.º 03/2010, SEMAS n.º 01/2010 e n.º 71/2015 garantem respectivamente o uso do nome social de travestis e transexuais nas escolas, em equipamentos ligados à Política de Assistência Social e nas carteiras de estudantes.

IV. Saúde LGBT

A Portaria n.º 2836/2011 institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral LGBT. A cirurgia de redesignação sexual é feita pelo SUS desde 2008, para mulheres trans e 2013, para homens trans. Também em 2013, o Conselho Federal de Medicina (CFM) determinou que casais do mesmo gênero também podem participar de tratamentos de reprodução assistida.

Em fevereiro de 2018, o STF determinou que pessoas trans não precisam passar por cirurgia ou autorização judicial para mudar o registro civil em cartório.

V. Educação

Segundo a Constituição de 1988 (BRASIL, 2016), a educação é um direito fundamental (art. 6º, caput). É competência comum, da União, Estados, Municípios e Distrito Federal “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência” (art. 23, V). Já no Capítulo próprio sobre a educação, a Constituição prevê:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias [...]; [...] **Art. 208 [...]** § 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo (grifos nossos).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), garante o direito à escola a todas as pessoas, sem discriminação (art. 3º, IV).

De acordo com a Cartilha O Ministério Público e a Igualdade de Direitos para LGBTI, os conceitos e a legislação são de extrema importância na atuação do Ministério Público para a existência de políticas públicas de enfrentamento a LGBTfobia e programas de promoção e respeito à diversidade, bem como o acesso e permanência de todas as crianças na escola.

A Comissão Permanente de Educação do Grupo Nacional de Direitos Humanos, criado pelo Conselho Nacional de Procuradores Gerais, apresenta relevante enunciado que diz:

Cabe ao Ministério Público adotar medidas que visem garantir a igualdade efetiva de acesso e permanência na escola por parte de todos e todas, nos termos do artigo 206, I, da Constituição Federal, incluindo-se no projeto político-pedagógico - PPP e regimento escolar, de todos os níveis de ensino, conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero, de raça ou etnia, de enfrentamento à homofobia, transfobia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher (n.º 39 (10/2016)).

A Resolução do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e promoção dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nº 12, de 16 de janeiro de 2015, estabeleceu entre outras coisas: “Deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero,

quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito” (Art. 6º).

Em Fortaleza, a lei municipal nº 9548/2009, estabelece a redução das desigualdades por orientação sexual e identidade de gênero nos espaços escolares municipais.

VI. Proteção contra todo tipo de violência

O Decreto de 04 de junho de 2010 estabeleceu o Dia 17 de Maio como data Nacional de Combate à Homofobia.

No Ceará, o Decreto nº 31.188/2017, instituiu o Plano Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia e Promoção dos Direitos Humanos da população LGBT do estado.

Ainda em nosso estado, a Portaria nº 30/2017 (GDGPC) amplia o atendimento especializado nas Delegacias de Defesa da Mulher às mulheres travestis e transexuais que sofrem violência doméstica e familiar prevista na Lei Maria da Penha.

Em Fortaleza, as leis municipais n.º 8626/2002, 9572/2009, 9573/2009 estabelecem, respectivamente, a visibilidade da luta no combate a LGBTfobia e efetivação da atenção ao combate à lesbofobia e à transfobia.

Finalmente, no dia 13 de junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que, até a aprovação de lei específica pelo Congresso Nacional, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, se enquadram nos crimes previstos na Lei 7.716/2018, ou seja, em crimes de racismo, pois este ultrapassa aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos e alcança a negação da dignidade e da humanidade de grupos vulneráveis.

5.8 dicas de filmes

Bixa travesty

Direção: Linn da Quebrada, Jup do Bairro, Liniker de Barros. Brasil, 2019.

Meninos não choram

Direção: Kimberly Peirce. EUA, 2000.

DZI Croquettes

Direção: Raphael Alvarez e Tatiana Issa. Brasil, 2010.

Para Wong Foo, Obrigada por Tudo! Julie Newmar

Direção: Beeban Kidron. EUA, 1995.

Minha Vida em Cor-de-Rosa

Direção: Alain Berliner. França, 1996.

Priscilla, a rainha do deserto

Direção: Stephan Elliott. Austrália, 1994.

A Garota dinamarquesa

Direção: Tom Hooper. EUA, 2016.

A pele que habito

Direção: Pedro Almodóvar. Espanha, 2011.

Má educação

Direção: Pedro Almodóvar. Espanha, 2004.

Transamérica

Direção: Duncan Tucker. Alemanha, 2005.

5.9

dicas de séries



Orange Is The New Black

(Netflix), 2013-2019.

Sense8

(Netflix), 2015-2018.

The Fosters

(FreeForm), 2018.

Transparent

(Amazon), 2017.

Eu sou Cait

(I am Cait), E!, 2015.

A vida de Jazz

(I am Jazz), Discovery Home & Health, 2015.

5.10

campanhas educativas

Último domingo do mês de Junho - Luiz Palhano

A Semana Luís Palhano Loiola, nome dado à Semana da Diversidade Sexual do Estado do Ceará, em homenagem ao professor adjunto da Faculdade de Educação (FAEC) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) de Crateús, vítima de crime homofóbico em 2008, foi instituída pela Lei 14.820, de 20 de dezembro de 2010, e sancionada pelo então governador Cid Gomes. Luís Palhano Loiola, doutor em educação pela UFC, pedagogo, era um estudioso sobre juventude, educação sexual, sexualidade, homossexualidades, currículo, movimentos sociais e coordenava um grupo de pesquisa na FAEC dentro destas temáticas. Foi consultor do Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), ONG cearense que atua na defesa dos direitos da população LGBT¹²⁵. A Semana Luiz Palhano tem início no último domingo do mês de junho de cada ano.

17 de Maio - Janaína Dutra

A Semana Janaína Dutra de Promoção do Respeito à Diversidade Sexual e de Gênero no Estado do Ceará foi instituída pela Lei nº 16.481, de 19 de dezembro de 2017, sancionada pelo governador Camilo Santana. O autor da Lei foi o deputado estadual Renato Roseno. Janaína Dutra foi a primeira travesti a conseguir carteira de filiação junto à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Exerceu trabalho pioneiro junto ao Ministério da Saúde na elaboração da primeira campanha de prevenção da AIDS, destinada especificamente às travestis¹²⁶.



¹²⁵ Texto retirado do site da SEDUC. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2019/06/24/semana-luis-palhano-debate-diversidade-no-contexto-escolar/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

¹²⁶ Texto retirado do site da SEDUC. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2019/05/15/seminario-janaina-dutra-debatera-os-direitos-humanos-lgbt-em-contexto-escolar/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

5.11

atividade escolar/eletiva



AS IDENTIDADES DE GÊNERO/SEXUAIS

PROPOSTA 1

5º ENCONTRO:

QUALQUER MANEIRA DE AMOR VALE A PENA

Objetivo:

- Entender como a sociedade heteronormativa se apresenta na escola e se impõe criando dispositivos discriminatórios e violentos contra os LGBTQs.

Acolhida:

Desejar boas-vindas e informar sobre a temática e seus objetivos.

Dinâmica:

- 1) Divida os participantes em três grupos.
- 2) Cada grupo irá apresentar um desfecho para a história (disponível anexo) que será contado pela liderança responsável pelo encontro do grupo.

Problematizar:

- Vocês conhecem alguma história semelhante a que eu acabei de contar? Como foi o desfecho? Podem contar como foi?
- Qual o papel da família e da escola diante dessa situação?
- Por que escolheram este desfecho para a história?

Canto:

Paula e Beбето
(Milton Nascimento)

Ê vida, vida, que amor brincadeira, à vera
Eles se amaram de qualquer maneira, à vera

Qualquer maneira de amor vale a pena
Qualquer maneira de amor vale amar

Pena, que pena, que coisa bonita, diga
Qual a palavra que nunca foi dita, diga

Qualquer maneira de amor vale aquela
Qualquer maneira de amor vale amar
Qualquer maneira de amor vale a pena
Qualquer maneira de amor valerá

Eles partiram por outros assuntos, muitos
Mas no meu canto estarão sempre juntos, muito

Qualquer maneira que eu cante esse canto
Qualquer maneira me vale cantar

Eles se amam de qualquer maneira, à vera
Eles se amam é prá vida inteira, à vera

Qualquer maneira de amor vale o canto
Qualquer maneira me vale cantar
Qualquer maneira de amor vale aquela
Qualquer maneira de amor valerá

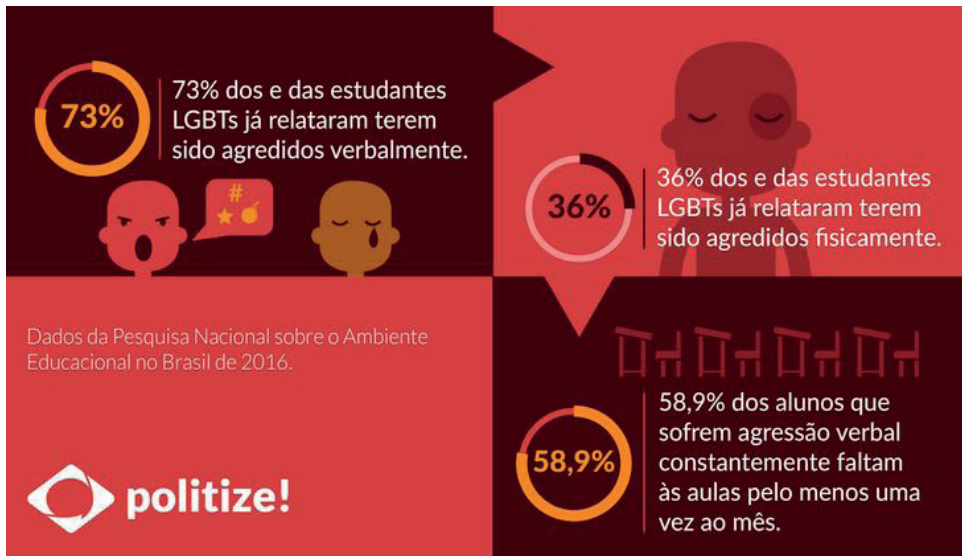
Pena, que pena, que coisa bonita, diga
Qual a palavra que nunca foi dita, diga

Qualquer maneira de amor vale o canto
Qualquer maneira de amor vale me vale cantar
Qualquer maneira de amor vale aquela
Qualquer maneira de amor valerá

Esquentando a conversa:

Esquente a discussão utilizando a imagem sobre a violência LGBT na escola (Figura 2) e a reportagem de Esmeraldo (2013), do site G1, sobre uma escola do Ceará que desenvolve projeto contra a homofobia em sala de aula.

Figura 2 – Violência LGBT na Escola



Fonte: Politize!¹²⁷

Reportagem do G1 (Carolina Esmeraldo)¹²⁸

No Ceará, escola desenvolve projeto contra homofobia em sala de aula

Vídeos, aulas, livros e oficinas são utilizados no programa. Tema do projeto é Literatura e Diversidade Sexual.



Foto: Dario Gomes.

A Escola Estadual de Ensino Médio Nazaré Guerra, localizada no município de Itatira, distante 216 km de Fortaleza, inova no combate

¹²⁷ Disponível em: <https://www.politize.com.br/lgbtfobia-brasil-fatos-numeros-polemicas/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

¹²⁸ Reportagem disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2013/06/no-ceara-escola-desenvolve-projeto-contr-homofobia-em-sala-de-aula.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

ao preconceito. A instituição implementou um programa de combate ao bullying homofóbico e de conscientização da diversidade sexual. O projeto teve início no começo deste ano, entre março e abril. Usa de vídeos, aulas e oficinas para esclarecer alunos.

A literatura também é muito utilizada durante as aulas do projeto. Segundo o professor coordenador do projeto, Francisco Wesley Carlos Sales, a intenção do programa é, também, transformar por meio da literatura. "Queremos transformar por meio de livros clássicos. Perguntamos, por exemplo, se Romeu e Julieta fossem um casal gay, os alunos ainda iriam gostar?", diz Francisco.

Francisco afirma que as atividades ocorrem dentro do Núcleo Trabalho, Pesquisa e demais Práticas Sociais (NTPPS), um programa de Reorganização Curricular da Secretaria de Educação do Ceará (Seduc), que aborda temas como drogas, doenças sexualmente transmissíveis, problemas familiares, meio ambiente e outros assuntos. "Estamos nos baseando no livro Saúde da Escola, que nos foi fornecido. Dentro deste material, tinha o assunto sobre diversidade sexual", afirma Francisco.

Com o tema Literatura e Diversidade Sexual, a Escola Nazaré Guerra pretende conscientizar os alunos desde os primeiros anos do colégio. "Queremos que os alunos cheguem já sabendo que a escola está com a preocupação de acabar com o preconceito", esclarece o professor. A diretoria da escola dá total apoio ao projeto, segundo Francisco. "Esse projeto veio para ajudar a gestão. A escola está sendo pioneira no assunto, pelo que a gente sabe", diz.

Antes de implantar o projeto, a instituição realizou uma pesquisa entre os alunos para saber o que eles achavam da diversidade

sexual. Foram ouvidos 251 alunos. Trinta por cento deles apresentavam preconceitos e 20% já haviam presenciado atos de intolerância a homossexuais. "Depois do projeto, o preconceito diminuiu", conta Francisco.

A criação do projeto por parte da escola se deu por vários fatores. "A gente vê ainda que existe um preconceito dentro da escola, como brincadeiras. Agimos dentro da escola para que os alunos possam agir fora", explica Francisco. A ideia do projeto é expandir as ações. "Futuramente, a gente quer disseminar o projeto para o município todo, para todas as escolas", completa o professor.¹²⁹

Questão debate:

As duas informações apresentadas se relacionam? Por quê?

Estas informações são convergentes ou divergentes? Por quê?

Qual a relação entre o episódio representado pelos grupos e as notícias apresentadas aqui?

Como podemos combater a LGBTfobia na escola? Dê exemplos?

Compromisso:

Convidar as participantes e os participantes a produzirem um concurso de cartazes/desenhos entre os colegas com a temática: "Escola sem LGBTfobia". Realizar um debate motivacional acerca da temática e do concurso com os participantes. Programar e realizar em data determinada a premiação para os melhores cartazes/desenhos.

¹²⁹ A reportagem foi transposta aqui na íntegra, conforme divulgada no site G¹.

Texto de apoio

Esta é uma história de ficção, qualquer semelhança com a realidade é mera coincidência.

Em uma escola estadual de Ensino Médio de tempo integral, duas alunas foram flagradas trocando carícias e se beijando no corredor próximo ao banheiro. Alguns alunos curiosos passavam e riam da cena, outros xingavam as moças, alguns ainda admiravam-se e um pequeno grupo tratou de registrar o episódio filmando o acontecimento.

No outro dia, a representação de carinho entre as namoradas já tinha viralizado no insta dos grupos da escola e, conseqüentemente, todo corpo docente já identificava as estudantes, bem como o núcleo gestor, que a princípio não se manifestou.

O burburinho nos corredores da escola, entre aqueles que condenavam o gesto e os que apoiavam a manifestação de carinho, só aumentava a ponto das discussões se acirrarem, destoando dos conteúdos ministrados pelas professoras e professores.

Nesse momento, chegam à coordenação as famílias de alguns alunos da escola. Elas exigiam um posicionamento de extrema violência contra as alunas envolvidas e ameaçavam reunir outras famílias para boicotar a escola retirando seus filhos.

Qual seria a atitude correta da gestão escolar, bem como de seus docentes diante desta situação-problema? Quais direitos estão sendo assegurados as meninas envolvidas? Apresente um desfecho de acordo com a reflexão do grupo.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Org.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BENTO, Berenice. Brasil: o país do feminicídio. **Fórum**. 09 de junho de 2014. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/brasil-o-pais-transfeminicidio/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Lei n.º 9.934, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ministério da Educação. Brasília, 1996.

CENTRO DE REFERÊNCIA LGBT JANAÍNA DUTRA. **Relatório anual do Centro de Referência LGBT Janaína Dutra**: atividades e perfil da população LGBT atendida em 2017. Prefeitura Municipal de Fortaleza. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social. Coordenadoria da Diversidade Sexual. Fortaleza, 2018.

COELHO, Caia. Tranfeminicídio: a insubordinação ao sistema de Gênero. In: BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

ESMERALDO, Carolina. No Ceará, escola desenvolve projeto contra homofobia em sala de aula. **G1**. 26 de junho de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2013/06/no-ceara-escola-desenvolve-projeto-contr-homofobia-em-sala-de-aula.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

G1. Travesti Dandara foi apedrejada e morta a tiros no Ceará, diz secretário. **G1**. 07 de março de 2017. Disponível em: Travesti Dandara foi apedrejada e morta a tiros no Ceará, diz secretário. Acesso em: 10 fev. 2020.

GOELLNER, Silvana Vildore. A produção cultural do corpo. In: NECKEL, Jane Felipe; LOURO, Guacira Lopes (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GONÇALVES, Alessandra. Homossexual é assassinado a facadas dentro da própria casa. **Diário do Pará em Marabá**. 24 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.diarioonline.com.br/noticias/maraba/530654/homossexual-e-assassinado-a-facadas-dentro-da-propria-casa>. Acesso em: 10 fev. 2020.

JUNQUEIRA, Rogério. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Bagoas: estudos gays – gêneros e sexualidades**, vol. 1, nº 1, Natal-RN, jul-dez 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 17 – 23, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre a sexualidade e a teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MAZUI, Guilherme; CASTILHOS, Roniara; ORTIZ, Delis. Bolsonaro diz que decisão do STF sobre homofobia foi ‘completamente equivocada’. **G1**. 14 de junho de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/14/bolsonaro-disse-que-decisao-do-stf-sobre-homofobia-foi-completamente-equivocada.gh.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

MEDEIROS, Jarles Lopes de. **A escola e os professores diante da problemática da sexualidade**: uma perspectiva histórico-sociológica dos discursos e das práticas educacionais. Fortaleza, 2017. 182 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação). Universidade Federal do Ceará, 2017.

MEDEIROS, Jarles Lopes de; JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Professoras transexuais no Ceará**: primeiras aproximações de pesquisa. XVI Congresso de História da Educação do Ceará. Anais

[...]. Icó, Ceará, 2017.

MOTT, L. Antropologia, teoria da sexualidade e direitos humanos dos homossexuais. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 1, n. 01, 27 nov. 2012.

MOTT, L. Homo-afetividade e direitos humanos. **Revista Estudos Feministas**, 14(2), 509-521, 2006.

ROCHA, Lúcio Guilherme da. Mulher é morta na frente da namorada após ofensas homofóbicas em SP. **G1**. 25 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2016/02/mulher-e-morta-na-frente-da-namorada-apos-ofensas-homofobicas-em-sp.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

SEGATO, Rita Laura. Femigenocídio y feminicídio: una propuesta de tipificación. **Revista Herramienta**, n.º 49, marzo de 2012.

SILVA, Karine Nascimento. Incursões e interditos sobre as sexualidades, identidades e as questões de gênero no âmbito da família e da escola. V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. **Anais [...]**. V. 1, 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA21_ID298_15082017142046.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

SOUSA, Viviane; ARCOVERDE, Léo. Brasil registra uma morte por homofobia a cada 23 horas, aponta entidade LGBT. **G1**. 13 de maio de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/17/brasil-registra-uma-morte-por-homofobia-a-cada-23-horas-aponta-entidade-lgbt.ghtml>. Acesso em: 28 mar. 2020.

VASCONCELOS, Michele de Freitas Faria de; ZAGO, Luiz Felipe; MACHADO, Dagoberto de Oliveira. Os limbos da não identidade: tensões e implicações. **Revista Subjetividades**. V. 11, n.º 3, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/5017/0>. Acesso em: 10 fev. 2020.

Posfácio:

A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. E o saber é a herança de tudo que os nossos ancestrais conheceram e nos transmitiram, assim nos relata Tierno Bokar.

Esperamos que este livro tenha contribuído para a construção desse saber que é teórico-prático e que nos desafia a pensar novas perspectivas de abordagem em nossas escolas.

Gostaríamos de considerar que esta é uma obra escrita em 2020 e por esse motivo apresenta conceitos, categorias e recortes históricos estabelecidos naquela conjuntura como pesquisas e dados da época.

Portanto, desejamos com esta leitura que os(as) profissionais da educação entendam que as instituições escolares são também espaços da diversidade de gênero e sexual e que o respeito ao diferente deve ser uma postura político-profissional a ser assumida por todas(os)



